



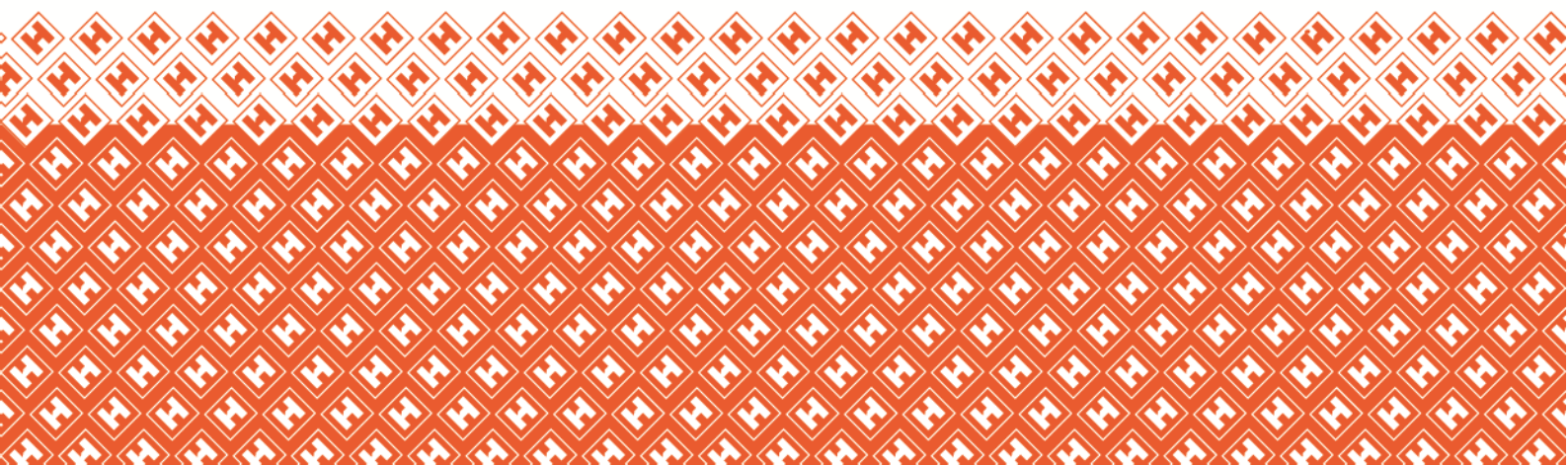
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

CLEUMAR RODRIGUES PEREIRA

**INSUBMISSOS:
O Movimento dos Cabanos (1835-1840)
no Ensino de História**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
Junho / 2024





UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

INSUBMISSOS:

O Movimento dos Cabanos (1835-1840) no Ensino de História

Cleumar Rodrigues PEREIRA

Material de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (Ietu), *Campus* Xinguara, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), na Linha de Pesquisa *Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão*, como parte dos documentos a serem avaliados pelos professores que compõem a banca para conferir o título de Mestre.

XINGUARA – PA

2024



INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO



CENTRO DE ESTUDOS EM TEORIAS DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIAS

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Campus de Xinguara

P436i Pereira, Cleumar Rodrigues
 Insubmissos: o movimento dos Cabanos (1835-1840) no
 ensino de história / Cleumar Rodrigues Pereira. — 2024.
 110 f.: il.

 Orientador(a): André Carlos Furtado.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e
 Sudeste do Pará, Programa de Pós-Graduação em Mestrado
 Profissional em Ensino de História, Xinguara, 2024.

 1. História - Estudo e ensino. 2. Brasil - História - Cabanagem,
 (1835-1840). 3. Cinema na educação. 4. Historiografia. 5.
 Representações sociais. I. Furtado, André Carlos, orient. II.
 Título.

CDD: 22. ed.: 981.1

Elaborado por Maria José Pereira da Silva - CRB-2/1707

CLEUMAR RODRIGUES PEREIRA

INSUBMISSOS:

O Movimento dos Cabanos (1835-1840) no Ensino de História

Defesa realizada em: **26 / 06 / 2024.**

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor André Furtado – Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Professora Doutora Magda Ricci – Arguidora Externa
Universidade Federal do Pará

Professora Doutora Maria Clara Sales Carneiro Sampaio – Arguidora Externa
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Professor Doutor Bruno Silva – Arguidor Interno
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Professor Doutor Carlo Guimarães Monti – Suplente Interno
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

XINGUARA, 2024

*À minha esposa Suelene, amor da minha
vida, que não mede esforços para me
apoiar em todos os momentos*

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Suelene, pelo amor tão dedicado a mim que me deu segurança em momentos difíceis.

Aos meus filhos, Athws Ryan e Matheus, pela resiliência nos momentos que não pude estar presente.

À minha mãe que sempre me incentivou a crescer também em termos de conhecimentos.

Aos meus mestres, em especial, o Professor André Furtado, meu orientador, por me proporcionar um aprendizado robusto por sua erudição e pela maneira tão gentil de me ensinar a ser pesquisador.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo fomento da investigação por meio de uma bolsa de estudos durante o curso de Mestrado.

Aos avaliadores da banca de qualificação e defesa da presente dissertação, Professores Bruno Silva e Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, pelas excelentes sugestões de aprimoramento no texto da dissertação.

Igualmente à Professora Magda Ricci, pela gentileza em se juntar a essa equipe, na banca de defesa, que certamente apontará questões fundamentais para a minha pesquisa.

A Cabanagem foi uma revolução social que dizimou a população amazônica e abarcou um território muito amplo. Contrastando com este cenário amplo e internacional, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional, típico do período regencial do Império do Brasil. No entanto, os “patriotas” cabanos, ao longo do movimento, criaram um sentimento comum de identidade entre povos de etnias e culturas diferentes, que extrapolava estes ditames

(Magda Ricci)

RESUMO

INSUBMISSOS:

O Movimento dos Cabanos (1835-1840) no Ensino de História

Esta dissertação visa impulsionar reflexões em sala de aula referentes à Cabanagem (1835-1840), ocorrida durante o Período Regencial do Brasil Império, sobretudo atentas às *representações* sócio-políticas desse processo histórico. O principal objetivo consiste em analisar tal conteúdo a partir de diferentes visões, buscando promover uma circularidade entre os *saberes escolares*, por meio do uso das narrativas presentes em livros didáticos – ainda que sejam mínimos os espaços concedidos ao assunto –, e *acadêmicos*, mediante a mobilização de historiografias antigas e recentes acerca da temática. O intuito consiste em mapear quais foram os antecedentes, as causas, os líderes e as mudanças resultantes do *Movimento dos Cabanos* ocorrido na Província do Grão-Pará, para desenvolver estratégias tecnológicas de divulgação desse conhecimento que leve em conta diversas interpretações em prol da uma inovação na área. Por isso que, entre os resultados deste trabalho, vinculado à linha de pesquisa *Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão*, encontra-se o produto audiovisual intitulado *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*.

Palavras-chave: Ensino de História; Cabanagem; Representações; Cine-historiografia.

ABSTRACT

INSUBMISSES:

The Cabanos Movement (1835-1840) in History Teaching

This dissertation aims to encourage classroom reflection on the Cabanagem (1835-1840), which took place during the Regency period of Brazil's Empire, paying particular attention to the socio-political representations of this historical process. The main objective is to analyse this content from different perspectives, seeking to promote a circularity between *school knowledge*, through the use of narratives present in textbooks – even though the space given to the subject is minimal – and *academic knowledge*, through the mobilization of old and recent historiographies on the subject. The aim is to map out the background, causes, leaders and changes resulting from *The Cabanos Movement* in the province of Grão-Pará, in order to develop technological strategies for disseminating this knowledge that take into account different interpretations in favor of innovation in the area. That's why, among the results of this work, linked to the research line *Languages and historical narratives: production and dissemination*, is the audiovisual product entitled *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*.

Keywords: History Teaching; Cabanagem; Representations; Cine-historiography.

LISTA DE ABREVIATURAS

Associação Nacional de História – ANPUH
Base Nacional Comum Curricular – BNCC
Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin – BBM
Brasileira Guita e José Mindlin – BBM
Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias – Cehtas
Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – Cefet-PA
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes
Faculdade de História – FHT
Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa – Fapespa
Fundação Biblioteca Nacional – FBN
Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB
Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas – GEPAm
Instituição de Ensino Superior – IES
Instituição de Ensino Superior – IES
Instituto de Estudos do Trópico Úmido – Ietu
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA
Laboratório de Ensino da Matemática da Amazônia Tocantina – Lemat
Lei das Diretrizes e Bases – LDB
Lei de Diretrizes e Bases – LDB
Língua Brasileira de Sinais – Libras
Ministério da Educação – MEC
Ministério da Educação – MEC
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
Museu de Arte de Belém – MABE
Museu de Arte de Belém – MABE
Pessoa com Deficiência – PcD
Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – Parfor
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – PPGECM

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática – Educimat

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – Ppgh-UFF

Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História – ProfHistória

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD

Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica – Propit

Universidad de Antioquia – UdA

Universidad Veracruzana – UVC

Universidade de São Paulo – USP

Universidade de São Paulo – USP

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Universidade Federal de São Paulo – Unifesp

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa

Universidade Federal do Tocantins – UFT

Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Fluminense – UFF

Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

Université Jean Moulin – LYON 3

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Capa do livro didático da coleção Teláris 8º Ano Ens. Fundamental

Imagem 2 - A tomada ao Trem de Guerra (1940), aquarela de Alfredo Norfini

Imagem 3 - Mapa dos movimentos revoltosos iniciados no período da Regência (1831-1840)

Imagem 4 - Capa do livro didático da coleção Historiar 8º Ano Ens. Fundamental

Imagem 5 - Breves em 25 de novembro de 1842 (1847), de Adalbert Heinrich Wilhelm

Imagem 6 - Forte do Presépio, Belém (PA)

Imagem 7 - Capa do livro didático da coleção Araribá Mais 8º Ano Ens. Fundamental

Imagem 8 - Cabana no rio Madeira (1862), Xilogravura, de Auguste François Biard

Imagem 9 - Tela de abertura do curta-metragem

Imagem 10 - Formulário de cessão de direitos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
 CAPÍTULO 1 – A INVISIBILIDADE DA CABANAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA: Uma análise de livros didáticos voltados para o 8º Ano do Ensino Fundamental.....	27
1.1. O sufocamento da revolta cabana pelos manuais escolares.....	28
1.2. Das páginas às salas de aula, os cabanos rompem o cerco.....	39
 CAPÍTULO 2 – PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CABANAGEM: Interpretações acerca das causas, dos antecedentes, dos líderes e das consequências.....	52
2.1. Raízes profundas de passados que abalaram o Grão-Pará.....	53
2.2. A chama inflamada e as marcas indeléveis na escrita da História.....	60
 CAPÍTULO 3 – A PODEROSA SUBVERSÃO DA AMAZÔNIA NAS TELAS E ALÉM: Uma jornada audiovisual pelo Ensino de História dos Cabanos sublevados.....	77
3.1. Por que produzir um curta-metragem? Da justificativa ao roteiro.....	78
3.2. Quais debates teórico-metodológicos podem ser mobilizados?.....	86
 CONCLUSÃO.....	101
 REFERÊNCIAS.....	105

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado, que recebeu o título *de Insubmissos: o Movimento dos Cabanos (1835-1840) no Ensino de História*, e busca analisar os acontecimentos em apreço a partir de diferentes visões historiográficas, tendo por base tanto os *saberes acadêmicos* quanto os *escolares*. A ideia consiste em tentar mapear quais teriam sido os principais antecedentes, causas, líderes, mudanças e resultados desse processo, considerado de viés popular, que ocorreu na Província do Grão-Pará durante o século XIX.

Depois de percorrer esse percurso investigativo ao longo dos dois primeiros capítulos, no terceiro e último apontaremos caminhos para que colegas docentes da Educação Básica encontrem nesse trabalho novas inspirações e estratégias para desenvolverem, em suas salas de aula, atividades mobilizando recursos tecnológicos para a divulgação do conhecimento que leve em conta diversas interpretações em prol da inovação no Ensino de História.

Mas antes de chegar ao tema propriamente dito, esta Introdução percorrerá uma narrativa que tem por objetivo apresentar, antes de qualquer coisa e ainda que parcial ou minimamente, o meu percurso formativo, as experiências acumuladas até o momento e as trocas intelectuais estabelecidas para a elaboração desta pesquisa de pós-graduação.

Chamo-me Cleumar Rodrigues Pereira e minha primeira formação acadêmica se deu entre os anos de 2001 e 2004 por meio de uma parceria entre a Prefeitura de Redenção (PA) e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet-PA), face à carência e a grande necessidade de profissionais docentes formados na região. Isso porque a referida Instituição de Ensino Superior (IES) havia lançado, à época, um edital para o preenchimento de mais de cinquenta vagas e, diante da oportunidade, inscrevi-me, fiz a prova e passei nesta avaliação, conquistando, assim, um posto para realizar o curso chamado Normal Superior com ênfase em Ciências e Tecnologias do referido Cefet-PA, concluído em 2004.

Cerca de três anos depois, no ano de 2007, passei por um processo seletivo semelhante, mas, agora, para concorrer a uma vaga de Especialização em Docência em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática (Educimat), do Ministério da Educação (MEC), promovido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), *Campus* de Marabá. Foi uma excelente oportunidade de formação, pois o curso teve intensa troca de experiências entre profissionais docentes do Sul e Sudeste do Pará, diversificando atividades, realizando reflexões sobre a sala de aula com aproximações e distanciamentos entre

os diversos planos de ensino das redes de educação. Sua conclusão aconteceu só em 2009, porém, deixou uma marca positiva e de mudanças nas práticas obsoletas para o ensino.

Já em 2010, no auge do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), inscrevi-me na Plataforma Paulo Freire apontando o curso de Licenciatura em Computação como primeira escolha numa possível seleção, oferecido pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *Campus* Parauapebas. Foram tempos de muitas descobertas interessantes, principalmente porque, em se tratando de tecnologias, correspondia igualmente em uma época de intensas transformações e convergências de mídias digitais, com as escolas buscando – e talvez precisando – se adaptar aos novos rumos que o mundo informatizado vinha tomando. Neste sentido, posso dizer, com toda certeza, que o curso de Licenciatura em Computação foi um divisor de águas em minha vida profissional, porque, até então, eu não entendia qual era o papel das tecnologias no ensino e qual era a importância dessa ferramenta para a elevação das aprendizagens e mudanças de estratégias metodológicas do professor ao ensinar. Cursar Computação me fez enxergar muitas coisas que eu precisava mudar em minha própria docência. Concluí o curso em novembro de 2014, mas, apesar de transcorridos dez anos, ainda guardo na lembrança muitas lições e já coloquei em prática outras tantas atividades lá debatidas que serviram para melhoria da minha atuação enquanto educador.

No ano de 2019, novo desafio: inscrevi-me e fui aprovado no processo seletivo para a Especialização em Docência para a Educação Profissional, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Este correspondeu a um curso capaz de trazer os debates mais atuais sobre os temas que lhe dão nome. Para minha trajetória foi um presente ter cursado esta Especialização, pois, como eu já havia estudado essas áreas antes, foi como se eu tivesse feito uma atualização geral de tudo que havia discutido em todos os cursos que passara até àquele momento. Assim, ao concluí-lo em 2021, saí com uma bagagem de saberes que tem sido minha porta de entrada em outros projetos nos quais participo.

A formação Normal Superior me auxiliou a adquirir uma base sólida no campo da Pedagogia e das práticas educacionais que dela derivam. Esse programa de ensino me forneceu uma compreensão aprofundada dos princípios educativos, das teorias de aprendizagem e das metodologias de ensino. Como resultado, desenvolvi habilidades relevantes para planejar e implementar estratégias eficazes para a sala de aula, além de ter adquirido uma compreensão abrangente em prol do desenvolvimento cognitivo e sócio emocional dos educandos.

Por sua vez a Licenciatura em Computação me auxiliou a obter saberes específicos na área da tecnologia da informação. Tal campo de estudo me proporcionou uma compreensão abrangente dos fundamentos computacionais, da programação, dos sistemas operacionais, das

redes e de outras áreas relacionadas ao mundo digital e tecnológico. Esta segunda formação me permitiu explorar as aplicações educacionais desses recursos, como o uso de computadores e *softwares* para os processos de ensino-aprendizagem.

Ao combinar essas duas áreas, adquiri uma *expertise* única e que me é valiosa para enfrentar os desafios educacionais contemporâneos, sobretudo no contexto do mundo digital. Nesse meio tempo, foram em inúmeras frentes a minha atuação, tais como: Professor da Educação Básica, entre 2004 e 2006, por meio de um contrato na Prefeitura de Canaã dos Carajás (PA), atuando na Escola Municipal João Nelson dos Prazeres Henriques; Diretor Escolar, de 2006 a 2008, mediante um Cargo Comissionado na mesma municipalidade, mas agora junto à Escola Municipal Francisca Romana dos Santos; fui ainda, a partir de 2008 até 2013, Professor da Educação Básica, já efetivado através de concurso da Prefeitura de Canaã, quando passei a atuar nesta mesma última escola citada.

Depois, minha trajetória ingressou em uma nova fase, quando então comecei a assumir diversas Coordenações na qualidade de funcionário público municipal de Canaã dos Carajás, tais como a de Técnico Pedagógico; a de Coordenador e, ainda, a Coordenação Adjunta do curso de Especialização em Docência na Educação Infantil da UFPA no triênio 2013-2016, parte com bolsa fomentada pelo MEC; Coordenador Técnico Pedagógico, de 2016 a 2018, do Programa de Exame de Suplência Municipal; e Coordenador do Centro Municipal de Formação dos Profissionais da Educação de Canaã dos Carajás, entre 2019 e 2021. Atualmente, ocupo o posto de Professor da Educação Básica junto à Escola Municipal Francisca Romana dos Santos (pela Prefeitura de Canaã), mas agora acrescido do grupo escolar Nei Irani Vieira da Silva.

Além disso, convém mencionar minha entrada neste Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), em nível de Mestrado, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Meu ingresso se deu em 2021, por intermédio do Exame Nacional acesso feito naquele ano, quando conquistei uma das dezoito vagas disponíveis para o *Campus* Xinguara. Essa vitória me fez sentir extremamente agradecido e honrado por ter conseguido entrar, principalmente por não ter uma formação acadêmica na área de História, embora sempre tentando atuar nesse campo, ficar próximo de leituras e debates dessa ciência, por gostar dela e sempre valorizá-la. Assim, aos meus conhecimentos pedagógicos, juntava-se, pouco a pouco, os saberes ligados ao Ensino de História a partir do curso de pós-graduação.

Com efeito, em março de 2022 iniciei o presente Mestrado, tendo sido muito bem recepcionado na Unifesspa, tanto pela Coordenação do ProfHistória – então dirigido pelos Professores Doutores Bruno Silva e Anna Carolina de Abreu Coelho – quanto pelos profissionais do corpo docente que, por sinal, ao conhecer seus currículos, pesquisas e trabalhos

em andamento, fiquei muito feliz em perceber o preparo técnico e a competência de toda a equipe reunida no núcleo local do ProfHistória da Unifesspa, do *Campus Xinguara*.

Assim, uma das primeiras disciplinas cursadas, no semestre 2022.1, foi *Teoria da História*, de caráter obrigatório, e que teve como ministrante o Professor Doutor André Furtado que, por sinal, tornou-se – antes do término daquele mesmo período – meu Orientador. Essa matéria possibilitou, a partir da aprendizagem de conceitos em diversos temas de História, tais como: tempo, fato histórico, época, documento, análise documental, versões e outros que possibilitam uma melhor compreensão por parte do discente / investigador. Nesse aspecto, como a disciplina teve itinerário formativo com estudos teórico-metodológicos de alta relevância, com aprofundamento em procedimentos dos principais nomes relacionados à área em destaque, fui conseguindo realizar a pesquisa que vinha se desdobrando na utilização fontes, primeiras e secundárias, considerando o recorte temporal etc.

No mesmo período cursei a disciplina optativa intitulada *Cidade, Patrimônio Urbano e Ensino de História*, regida pela Professora Doutora Anna Coelho, já mencionada. Esta matéria foi decisiva para uma reflexão sobre a constituição histórica da cidade e sua formação ao longo do século XIX e que, enquanto objeto de estudo do historiador, está intrinsecamente conectada com a formação da identidade urbana no oitocentos. Nesse sentido, pude vislumbrar a formação da sociedade amazônica que, paradoxalmente, quis reproduzir a cultura, a arquitetura e outros traços europeus que conflitavam com as identidades dos povos originários, descendentes de escravizados, brancos pobres, miscigenados e outros que se estabeleceram à beira dos principais rios da região. De maneira geral, a disciplina se mostrou uma fonte importante de informações nos estudos sobre a formação social da Amazônia e como esta região se constituiu ora à margem ora dialogando com os valores europeus do século XIX.

Simultaneamente, no mesmo semestre, cursei a disciplina, igualmente obrigatória, denominada *História do Ensino de História*, que foi ministrada pelo Professor Doutor Heraldo Márcio Galvão Junior. Nesta o ponto que mais contribuiu com minha pesquisa foi o tema das diferentes concepções a respeito do ensino e da aprendizagem, bem como os conhecimentos históricos necessários para a chamada História Escolar, justamente porque nela foi possível refletir sobre o itinerário do Ensino da História ao longo do século XX, suas rupturas e permanências além das perspectivas teórico-metodológicas. Portanto, no que diz respeito aos estudos dos itinerários formativos e a luta dos pesquisadores e educadores para firmar a História como disciplina na base curricular das escolas brasileiras, trata-se de uma disciplina essencial para se compreender os meandros e os precursores que pavimentaram os desenhos curriculares nacionais, assegurando os estudos em História para gerações de brasileiros.

Já no período relativo ao semestre de 2022.2, cursei a disciplina *Seminário de Pesquisa*, conduzida pelos Professores Doutores Daniel Brasil Justi e Eduardo de Melo Salgueiro. Ela ajudou a embasar a construção científica de meu objeto de estudo, propiciando também condições técnicas para o aprendizado de noções, conceitos e ideias a respeito da produção acadêmica em nível de Mestrado. De acordo com os objetivos propostos, esta matéria contribuiu para debates que problematizam as diferentes formas de fazer uma pesquisa, estabelecer conhecimento e diferenciação entre epistemologia, senso comum e ciência. Foi ainda essencial para orientar os procedimentos formais de uma investigação e como se constrói a redação de trabalhos, especialmente o pré-projeto de pesquisa. Portanto, os docentes conduziram os debates de forma que os conteúdos discutidos puderam agregar conhecimentos e, também, saberes técnicos quanto aos procedimentos investigativos com o exercício da profissão de professor-pesquisador de História.

Ainda neste segundo semestre de 2022, procurei cursar um componente curricular em outra IES ligada à rede do ProfHistória, quando solicitei matrícula na disciplina denominada *História e História Pública*, oferecida pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e ministrada pela Professora Doutora Livia Monteiro, realizado remotamente. Esta disciplina possibilitou a discussão e a compreensão a respeito da (re)emergência de debates acerca da difusão e divulgação do conhecimento histórico. De maneira muito particular, seus encontros permitiram percorrer caminhos que mostram um pouco da atuação dos historiadores e do método histórico fora da academia (no governo, em corporações, nos meios de comunicação, em sociedades históricas, museus e, até mesmo, em espaços privados). As discussões promovidas nos diferentes enfoques da disciplina permitiram uma visão mais geral e completa das possibilidades e meios de atuação do profissional historiador. Mostrou-se ainda necessária ao reconfigurar o lugar, ou os lugares dos confrades de ofício, propondo novos espaços e formas de comunicação / divulgação, bem como outras maneiras de refletir sobre o passado e sua relevância social na contemporaneidade. Portanto, foi decisiva para a formação de saberes profissionais, sobretudo voltado para o Ensino de História.

Enquanto ia cursando as matérias foram ocorrendo parte dos encontros de orientação, que se iniciaram logo no primeiro semestre de 2022 e aconteceram uma vez a cada quinze dias. No primeiro encontro, o Professor André Furtado, já de posse de uma prévia da proposta de pesquisa, quis ouvir e entender as inquietações que me levaram a querer pesquisar, inicialmente, o tema *Cabanagem e gamificação*, como também conhecer quais eram as principais indagações sobre o projeto de pesquisa, além de querer saber se eu já tinha uma linha teórica consistente para encaminhar a investigação. Eu havia chegado nesse tema ao pensar na possibilidade de

garantir uma melhor aprendizagem sobre a Cabanagem e reduzir os impactos emocionais nos estudantes, torando o assunto leve e, ao mesmo tempo, de maior interesse em potencial do ponto de vista dos estudos. Daí a possibilidade do uso de jogos durante as aulas.

O neologismo é oriundo do inglês, *gamification*, e consiste em uma metodologia de ensino que une a mecânica dos *games* com o propósito de desenvolvimento das atividades escolares, motivando comportamentos, apontando um objetivo a ser alcançado. Por meio dele se criam fases para a realização de determinadas tarefas, promovendo situações de interação com o fito de planejar respostas e, sobretudo, transformar conteúdos difíceis mais acessíveis e com um linguajar melhor compreensível no universo vocabular por assim dizer infanto-juvenil.

Com efeito, “gamificar” uma aula não é uma ação pedagógica simples. Isso porque, primeiramente, é preciso que o professor que se proponha a se lançar nesse desafio conheça a sistemática e a mecânica dos jogos digitais, por exemplo, para poder realizar um planejamento que contemple as estruturas necessárias que levarão os alunos a atingir a meta central que corresponde a desenvolver o aprendizado sobre a temática abordada. O docente não precisa ter experiência em tecnologias para gamificar uma aula, mas é necessário possuir, ao menos, certa afeição por esses entretenimentos para que a atividade proposta otimize os espaços de descontração da turma mesmo que seus desenvolvimentos não sejam realizados através de meios digitais. Afinal de contas, poderão ser utilizados recursos de toda natureza, inclusive os alternativos, como recicláveis ou reutilizáveis.

No entanto, à medida que a investigação avançava, fui deslocando-me dessa ideia, pois a realidade é que os jogos poderiam ter uma maior aplicabilidade no Ensino de História para crianças. Porém, como as fontes que eu passava a utilizar se voltavam para um público mais adolescente (mais adiante detalharei a documentação mobilizada), preferi refletir, junto com meu Orientador, a respeito de outra estratégia de intervenção didática, sem abandonar a perspectiva de que esta, para atrair os educandos, precisava utilizar recursos tecnológicos, de modo a aproveitar, igualmente, o meu conhecimento e formação na área.

Portanto, a partir do segundo encontro de orientação, o Professor André Furtado sugeriu uma série de leituras, para realização de fichamentos e organização cronológica de fatos. Foram indicadas dez referências que, em cada encontro, meu orientador me ouvia sobre o andamento, buscando debater as formas pelas quais esses textos ajudavam a clarear as ideias da pesquisa. Também me sugeriu alguns formatos de anotações e reflexões para pensar na escrita do trabalho encadeando cada uma das leituras e realizando revisões, análises sobre os métodos como cada autor escreveu e focalizou seus escritos.

Assim, quando do momento da Qualificação, da qual participaram os Professores

Doutores Bruno Silva (Arguidor Interno), da Unifesspa e do ProfHistória, portanto, e Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, da mesma IES, porém, de outro programa de pós-graduação (Arguidora Interna), eu ainda mantive a ideia inicial de *gamefication*, mas já sinalizando para a possibilidade de criação de um produto audiovisual. Tal exame ocorreu em junho de 2023 e, a partir dele, reorientei as rotas da presente investigação.

No ano anterior a este último momento da pesquisa e de lá até a data atual, da defesa, participei de inúmeros eventos e atividades, como ouvinte e, por vezes, apresentando trabalhos, que foram me ajudando a avançar na pesquisa. Entre eles saliento os seguintes: 1) *XIII Encontro Estadual de História da ANPUH-GO: História, crise ambiental e vulnerabilidades sociais*, ocorrido entre os dias 02 e 06 de maio de 2022; 2) *Iº Colóquio Nacional de Cultura POP e Tecnologias Digitais*, realizado no período de 06 a 09 de junho de 2022; 3) *II Colóquio Internacional de História das Américas: Continente Subversivo (séculos XVI-XX)*, que acompanhei *on-line* pelo Canal da América (YouTube), realizado de maneira interinstitucional, entre, por exemplo, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, sede do evento) e a Unifesspa, entre 09 e 11 de agosto de 2022, organizado pelo Grupo de Ensino e Pesquisas Americanistas (GEPAm), liderado pelo já citado Professor Bruno Silva; 4) o minicurso *Maneiras de fazer, maneiras de historiografar: a epopeia da narrativa historiográfica em Michel de Certeau*, pela ocasião do *I Simpósio de História, Literatura e Resistências: narrativas de conflitos, historiografia e escritas em momentos de lutas*, promovido pelo Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), realizado entre os dias 22 e 25 de agosto de 2022; 5) o curso de formação *on-line História das Américas: Vozes e Silêncios*, que ocorreu entre os dias 16 de agosto e 06 de setembro de 2022, realizado pela Associação Nacional de História (ANPUH); 6) a apresentação do trabalho sobre “As tecnologias como suporte para a construção do conhecimento em sala de aula” junto ao *I Congresso Internacional – Educação para o futuro da humanidade*, realizado pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), entre os dias 19 a 22 de outubro de 2022; 7) o *1º Simpósio de Humanidades Digitais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*, nos dias 17 e 18 de agosto de 2022, de forma remota pelo Campus Maracanã; 8) o *II Simpósio Internacional de História e V Semana de História do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (Ietu) – Unifesspa: A Amazônia em suas múltiplas temporalidades*, ocorrido entre 30 de novembro a 02 de dezembro de 2022, no qual também integrei o minicurso *A Amazônia negra e a História ensinada: educação das relações étnico-raciais após vinte anos da Lei 10.639/2003*, ministrado por Luciana Teixeira e Edival Magalhães dos Santos, colegas

veteranos do ProfHistória da mesma instituição, entre outros ao longo de 2023 até agora.

Fiz tudo isso e mais um pouco (e nem menciono as publicações, pois algumas delas estão ainda por surgir), por interesse, preocupação em mergulhar no Mestrado, bem como para fazer jus à bolsa de estudos recebida por meio do fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão do governo federal ao qual agradeço por ter viabilizado esta investigação e contribuído para a minha formação na pós-graduação.

Em meio a esses debates, foi se concretizando, cada vez mais, a temática de pesquisa que nasceu, entre outros intervenientes (conscientes ou não), através de uma curiosidade pessoal muito grande no sentido de conhecer mais e poder explicar melhor sobre o Movimento dos Cabanos na Educação Básica. Ora, sabe-se que o Ensino de História, sobretudo nas séries iniciais, transita entre conhecimentos de cunho arqueológico sobre a dita evolução das sociedades e dos seus modos de vida, quando entram leituras de partes da geografia do Mundo Antigo, com ênfase na Mesopotâmia, avança-se sobre uma breve educação patrimonial e discussões sobre a memória familiar, tais como: árvore genealógica etc., formação das cidades / bairros, locais onde os alunos residem, ensinando-se também acerca de datas comemorativas etc. É aqui – e quase tão só neste instante – que se adentra mais enfaticamente no período que contém o conteúdo da Cabanagem junto aos anos finais do Ensino Fundamental, quando se aborda, entre outros assuntos, o processo histórico da Adesão do Pará à Independência do Brasil. Trata-se de uma matéria espinhosa, não sendo fácil viabilizar muitas explicações que fiquem ao largo das conotações de violência e apresentar o número extremamente considerável de mortes entre outras atrocidades cometidas, sobretudo durante os anos de combate.

Não por outros motivos, vale frisar de saída, que a Cabanagem foi um movimento que tomou grandes e surpreendentes proporções, conseguido seu intento popular no que tange à tomada do poder na Província do Grão-Pará em 7 de janeiro de 1835. Tal processo se configurou como importante para a formação da Amazônia, em geral, e do povo paraense, em particular, no sentido de ter sido uma forma de resistência e identidade, pouco conhecida mesmo pelos conterrâneos dos cabanos, quanto mais pelos estudantes de 8º Ano da Educação Básica, por exemplo, que parecem não atentar a mais nada que não esteja *on-line* ou seja digital.

De certa forma, o movimento sofreu um apagamento da sua memória, visto que está profundamente ligado a reivindicações de massas de brasileiros em processo de constituição enquanto tais, sendo eles indígenas, negros livres, recém-alforriados, escravizados ou quilombolas, mestiços, pobres e até miseráveis que, há muito, viviam em condições desumanas de vida, morando em cabanas à beira dos rios, em detrimento de outros que, enquanto cidadãos

portugueses, brancos e comerciantes bem-sucedidos, recebiam melhores atenções e tinham suas necessidades prontamente atendidas pelo Governo da Província.

Além disso, vale sublinhar que, a depender de quem escreva sobre os fatos ocorridos na Cabanagem, o leitor vai refletindo e formando sua consciência crítica a respeito. Ora, é nesse aspecto que o processo histórico em apreço ganha nomenclaturas diferentes, a exemplo de: revolta, revolução, motim ou levante. Portanto, amparado por essas diferentes versões e referências que este trabalho vislumbra desanuviar parte do apagamento dessas lutas que, certamente, contribuíram para a formação da sociedade paraense e, por conseguinte, brasileira, para dizer o mínimo e ficar apenas na quadra, hoje, nacional. Em realidade, faz-se mister dispor de meios pelos quais o tempo esteja no centro dos debates entre a História e a Memória, porquanto, cada uma a seu modo, elas se servem de determinados procedimentos para revisitar os passados, sejam estes reconhecidos e festejados ou esquecidos e recusados.

Com efeito, pelo fato deste estudo considerar a relevância de impulsionar reflexões referentes ao Ensino de História sobre a Cabanagem (1835-1840), ocorrida durante o Período Regencial (1831-840) do Império do Brasil, especialmente as representações sócio-políticas desse processo histórico. Portanto, o *Objetivo Geral* consiste em analisar o Movimento dos Cabanos, a partir de diferentes visões historiográficas – entre saberes escolares e acadêmicos – no sentido de mapear quais foram os antecedentes, as causas, os líderes e as mudanças resultantes dessa revolta, considerada popular, que ocorreu na Província do Grão-Pará durante o século XIX, para desenvolver estratégias tecnológicas de divulgação desse conhecimento histórico que leve em conta diversas interpretações em prol da inovação no Ensino de História.

Nesse sentido, os *Objetivos Específicos*, por sua vez, visam: I) elaborar revisão de literatura sobre o assunto, com base em sua historiografia, antiga e atual, bem como lançando mão de narrativas e imagens que as representam em livros didáticos; II) propor a elaboração e aplicação de um vídeo entre 15 e 20 minutos aproximadamente de duração, mobilizando reflexões sobre História (e historiografia) Digital, por exemplo, que promova a junção de saberes históricos acadêmicos e escolares; & III) legar um produto da pesquisa / intervenção didática no formato de curta-metragem como material alternativo e complementar para o Ensino de História pautado nessa temática que possa ser utilizado em salas de aula de todo o país, mas, especialmente, nas escolas do Pará, sendo este o estado de minha atuação profissional.

Justifica-se esse trabalho, conforme se verá logo no primeiro capítulo da presente dissertação, pelo fato, de um lado, de a temática ser pouco abordada e, quando é tratada, só excepcionalmente mobiliza uma historiografia atualizada que não se prende a uma tradição de escrita da História pautada tão-só em vieses políticos e econômicos; de outro lado, pode-se

menção que o cenário da pandemia vivenciada no Brasil, particularmente entre os anos de 2020 e 2022 – muito embora ecoe em salas de aula até hoje –, mostrou que o uso de recursos tecnológicos daquele período vieram para ficar, não tendo estes mais cedido o espaço conquistado naqueles momentos difíceis junto às estratégias pedagógico-didáticos. Eles podem, se bem manejados, se mostrarem úteis e, sobretudo, eficazes, nos processos de ensino-aprendizagem e por abrirem um leque de ideias na elaboração de diferentes materiais para o Ensino de História, além de se constituir como um referencial lúdico para que os docentes de todo o país dinamizem suas aulas nessa *Era pós-Covid*.

Quando aos aspectos teórico-metodológicos, longe de muitas promessas falaciosas e de elucubração acadêmica, partiremos, simplesmente, da definição de Roger Chartier para refletirmos junto do conceito de *representação*, “para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”; e porque ela é o instrumento “que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de o reconstruir em memória e de o figurar tal como ele é”.¹ Nossa ideia é mostrar, operacionalmente, como essas questões se verificam na empiria em si. Além disso, para a análise de fatos históricos e que estão vívidos (ou não) na memória da população amazônida, esta pesquisa encontra amparo no pensamento de Michel de Certeau que descreve a função do historiador como aquela que seria capaz de “dar voz ao não dito”.² Convencionou-se a partir daí, quanto aos procedimentos, realizar uma espécie de *operação historiográfica*, no sentido de buscar nas entrelinhas dos documentos e referências que poderão compor o rol das fontes para a pesquisa que se desenha para o estudo em tela, avaliando os conteúdos de forma a encontrar pontos de aproximação, distanciamento ou até total discordância sobre um mesmo fato entre a documentação consultada.

Tais fontes, aliás, serão tomadas de pronto, considerando uma diferença entre dois principais conjuntos, a saber: os livros didáticos e a historiografia (fontes primárias e secundárias). Isso porque, ao se considerar aqui uma investigação sobre a circularidades entre essas instâncias da produção do conhecimento – cada qual com suas demandas –, faz-se necessário partir de algumas definições. Assim, para o primeiro caso, saliento que o *saber escolar* é aqui compreendido enquanto conhecimento de natureza complexa que, a despeito de sua epistemologia própria e, portanto, suas especificidades, “não abdica de aproximações,

¹ CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002, p. 16-17 & 20.

² CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

diálogos e tensões com a historiografia, com a Teoria da História etc.”.³ Já o *saber acadêmico* é aquele produzido a partir dos parâmetros da ciência moderna e “que têm a universidade como instituição de referência para sua afirmação [...] [e] enunciação do conhecimento histórico”.⁴

Assim, partindo dessas concepções, nesta pesquisa se explorará tanto os *saberes escolares* (via livros didáticos do 8º ano do Ensino Fundamental) quanto os *acadêmicos* (por meio dos usos que se fará da historiografia, seja ela mais antigo ou recente sobre a temática). Para o caso do conhecimento produzido em sala de aula, serão priorizadas três coleções de manuais escolares, quais sejam: a *Teláris*, da Editora Ática; a *Araribá Mais*, da Moderna; e a *Historiar*, da Saraiva, todas com as edições de 2018, que constam no Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) de 2021, fazendo um recorte em três pontos principais: 1) o destaque ou a quantidade de discussões sobre o tema; 2) a forma de expressão utilizada pelos autores para se referir aos fatos; e 3) as representações do cabano.

Também são três os capítulos deste trabalho. No primeiro, intitulado *A invisibilidade da Cabanagem na Educação Básica: uma análise de livros didáticos voltados para o 8º Ano do Ensino Fundamental*, será abordado a construção do conhecimento histórico e a sua transmissão por meio dos manuais escolares que desempenham um papel crucial na formação dos estudantes. No entanto, é importante analisar como determinados eventos e episódios do passado são abordados nesses materiais, especialmente no que diz respeito aos esquecimentos ou sub-representações que pesam sobre eles. É aí que se fará uma análise detalhada de três coleções de História amplamente adotadas no contexto educacional brasileiro: as já mencionadas a *Teláris*; a *Historiar*; e a *Araribá Mais*. Neste Capítulo 1 o será examinado como o Movimento dos Cabanos é tratado em cada um desses projetos editoriais de livros didáticos, identificando as possíveis lacunas historiográficas.

O segundo, por sua vez, denominado, *Perspectivas historiográficas sobre a Cabanagem: interpretações acerca das causas, dos antecedentes, dos líderes e das consequências*, sairá um pouco do *conhecimento escolar* para tratar, mais enfaticamente, do *saber acadêmico*. Sua meta visa completar a circularidade didática e as trocas letradas entre as escolas e as universidades, proposta nesta Introdução, buscando aprofundar o estudo sobre o Movimento dos Cabanos ao explorar diversas perspectivas e leituras sobre o processo histórico em destaque. Assim, neste Capítulo 2, serão consideradas as raízes profundas da revolta,

³ SILVA, Cristiani Bereta. Conhecimento histórico escolar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 52.

⁴ KNAUSS, Paulo. Conhecimento histórico acadêmico. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 47.

analisando os acontecimentos que abalaram a Província do Grão-Pará para identificar as principais (des)razões que incendiaram a ação dos cabanos, compreendendo os fatores críticos que desencadearam a maior rebelião da História do Brasil e da região amazônica, para ficarmos, inicialmente, só nas quadras regional e nacional.

Por fim, o Capítulo 3, intitulado, *A poderosa subversão da Amazônia nas telas e além: uma jornada audiovisual pelo Ensino de História dos Cabanos sublevados*, redundará em um produto / intervenção didática que, ao acompanhar as recentes interpretações historiográficas sobre o assunto, poderá adentrar, este sim, um pouco mais em um viés continental, Atlântico e continental que o presente estudo ia sugerindo ao se apropriar da escrita da História atual acerca do tema. Ainda nessa parte abordaremos a importância da tecnologia como aliada ao Ensino de História, explorando suas possibilidades para as salas de aula da Educação Básica de forma inovadora. Investigar-se-á como esses recursos podem enriquecer os processos de ensino-aprendizagem, proporcionando novas maneiras de envolver os educandos com a História, incluindo os passados da Cabanagem. Aqui também se discutirá as interfaces entre História e Cinema, História Pública, História Digital etc. para fundamentar sua produção audiovisual.

Ao sumarizar os resultados deste estudo de mestrado, o produto / intervenção didática criado na forma de curta-metragem que recebeu, justamente, o título de *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*, corresponde à contribuição desta investigação para as salas de aula de todo o Brasil e quaisquer interessados na matéria. Trata-se de um caminho interessante e lúdico para abordar o Movimento dos Cabanos de maneira acessível e educativa aos estudantes do segmento citado. Por meio dessa cine-historiografia se busca contribuir para a divulgação e a valorização da História da Cabanagem, proporcionando aos estudantes uma perspectiva mais abrangente desse marco da História local, regional, nacional, continental...

Dessa forma, espera-se contribuir para o resgate e a valorização desse episódio fundamental, permitindo que as gerações futuras compreendam e apreciem a riqueza e a complexidade do Movimento dos Cabanos enquanto herança e parte integrante da construção da identidade paraense e amazônica, em particular, bem como nacional e americana, em geral. Afinal, por ora, há, como se verá, omissões no tratamento dado à Cabanagem, o que ressalta a necessidade de uma crítica dos materiais didáticos e historiográficos, visando propor uma representação mais inclusiva, sendo a proposta de curta-metragem como cine-historiografia uma forma de complementar os manuais escolares e, com isso, oportunizar ou viabilizar o preparo de uma aula mais dinâmica sobre o tema no Ensino de História.

Assim, ao realizar a investigação, pude ter contato com historiografias importantes as quais mostram o desenrolar dos acontecimentos e processos relativos ao Movimento dos Cabanos, descrevendo suas espacialidades, destacando os sujeitos considerados mais importantes, trazendo relatos sobre atuação de figuras, por assim dizer, “de proa” no evento etc. Todo esse aparato favoreceu a segurança para referenciar os estudiosos que me acompanham nesta dissertação, sendo esta pesquisa vinculada à linha de pesquisa intitulada *Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão*.

Para finalizar esta longa Introdução, gostaria apenas de dizer ainda que o tema da minha pesquisa, a Cabanagem ou, como tenho defendido, o Movimento dos Cabanos (para direcionar o olhar aos sujeitos em si, antes de fazê-lo ao processo histórico nomeado a partir de suas ações / agências), é bastante amplo. Seja por sua extensão geográfica ou a abrangência dos ideais de luta, reivindicações dos atores etc., reverberando no além-mar, bem como por todo o continente e destes também recebendo contribuições na chamada *Era das Revoluções*, em termos *hobsbawmianos*, o fato é que somente por intermédio do contato e leitura das interpretações variadas e das visões diferentes entre os historiadores que se dedicaram a entender e a contar este momento, é que poderemos repensar o Ensino de (sua) História.

CAPÍTULO 1

A INVISIBILIDADE DA CABANAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA:**Uma análise de livros didáticos voltados para o 8º Ano do Ensino Fundamental**

A Cabanagem foi uma revolta que reuniu as reivindicações de ascensão política dos grupos ricos e médios locais com as exigências populares por melhores condições de sobrevivência. Logo, ter uma vida melhor era o desejo dos cabanos, população formada por indígenas, negros e mestiços pobres que moravam em cabanas à beira de rios e igarapés (Ana Claudia Fernandes)

A Cabanagem (1835-1840) representa um processo que, se não mudou o curso no qual a História estava caminhando na primeira parte do século XIX, na região do Grão-Pará, ao menos construiu sua própria trajetória, em que pessoas pobres e insatisfeitas com a falta de ações voltadas à melhoria da qualidade de vida na região da Amazônia. Com efeito, pouco a pouco eles foram se organizando, inclusive militarmente, no afã de derrubar os governos tidos como opressores para se levantarem e proporem uma estrutura social alternativa e, assim, foi surgindo o Movimento dos Cabanos.¹

Após vários embates sangrentos que culminaram na morte de um número considerável de pessoas, o poder foi tomado pelas mãos dos integrantes da *Cabanagem* que, por sua vez, não dispunham de conhecimento e experiência política suficientes para gerenciar um governo, segundo entendimentos consagrados pela historiografia. Mesmo porque, neste ato – e isto corresponde a um dado espetacular –, os sujeitos amotinados estavam desenhando o início de um processo histórico sem precedentes no território brasileiro, em geral, e amazônico, em particular, que culminaria numa guerra deles, cabanos, contra as tropas do Governo Provincial, levando ainda ao estouro de grandes perseguições a comerciantes e aristocratas de origem portuguesa por parte dos sublevados no Grão-Pará.²

¹ As representações a respeito desses indivíduos, à época dos fatos, são consideradas por alguns historiadores como preconceituosas, sobretudo na perspectiva da aristocracia e, principalmente, dos portugueses e demais estrangeiros que viviam no Brasil Império. É o que aponta, entre outras referências, os escritos de: CLEARY, David. *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém: Secult, 2002, p. 188-189, cujas fontes remontam a registros que datam de 17 de dezembro de 1835.

² O termo *Cabanagem* deriva de *cabanos*, como já se explicitou, que é atribuída aos homens e mulheres residentes em moradias simples, cobertas de palha. *Cabano* também significa um tipo de chapéu, do mesmo material, comum entre os mais humildes da Amazônia. Cf. SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022.

“Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região”,³ tendo chegado nas fronteiras do Império, no Brasil central, além de ter se aproximado do litoral das regiões que, hoje, correspondem ao Norte e ao Nordeste do país. Nesse sentido, gerou muitos distúrbios, interna ou externamente, adentrando, inclusive, os rincões da América caribenha, em meio a uma significativa circulação e tráfico de notícias, ideias, pessoas e (contra)informações.

A *Cabanagem* reuniu, portanto, com conjunto de eventos emblemáticos que deixaram marcas profundas, sobretudo, nas culturas paraense e amazonense e, por isso, tornou-se objeto de múltiplas interpretações, de acordo com a ideologia política ou a visão teórica relativa aos fatos ocorridos. Estes se desenrolaram na região amazônica do Província do Grão-Pará, em especial, entre os anos de 1835 e 1840, muito embora seus processos históricos se conectem a dimensões tempo-espaciais que espraiam tal geografia e recorte cronológico. Para analisar a importância ou não conferida aos seus acontecimentos junto a livros didáticos e observar as representações que estes fazem dos cabanos em suas páginas – ainda que, já adiantando aqui, não sejam muitas –, pretende-se utilizar três impressos voltados para as salas de aula, muito utilizados, hoje, em muitas escolas do Estado do Pará e em grande parte dos colégios de Educação Básica. Tratam-se das seguintes coleções voltadas ao 8º Ano do Ensino Fundamental: a *Teláris*, da Editora Ática; a *Araribá Mais*, da Moderna; e a *Historiar*, da Saraiva, todas publicadas em 2018 (São Paulo) e constam no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), através das quais pretendo usar como fontes para investigar a circularidade, as assimetrias ou não verificadas nas trocas intelectuais entre os saberes históricos acadêmicos e escolares.⁴

1.1. O sufocamento da revolta cabana pelos manuais escolares

Uma rápida passagem de olhos sobre os livros didáticos que circulam no país atualmente permite constatar, sem demora, que a *Cabanagem* não tem presença relevante nesses materiais. Outro fato sobre esta importante “revolução”⁵ é que só a partir do ano de 1865, ou seja: mais

³ RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007, p. 6.

⁴ Este plano corresponde a uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) do Brasil, que possui, como objetivo principal, o fito de avaliar e distribuir materiais didáticos, pedagógicos e literários às escolas públicas de todo o país. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) compreende, assim, um conjunto de ações voltadas à prática educativa, em várias esferas. “As escolas participantes do PNLD recebem materiais de forma sistemática, regular e gratuita. Trata-se, portanto, de um Programa abrangente, constituindo-se em um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas Escolas beneficiadas”. PNLD / MEC. Disponível em: <<https://www.fn.de.gov.br/programas/programas-do-livro>>. Acesso em: 13 maio. 2022.

⁵ Parcela significativa dos historiadores analisam o cenário oitocentista à luz daquilo que alguns denominaram de o “Século da Revolução”, no qual, com frequência, apresenta-se uma série de acontecimentos que marcaram esse

de duas décadas após o término dos eventos que deram nome ao processo histórico em tela, é que começaram a aparecer as primeiras versões sobre o longo período de tensão vivenciado no Grão-Pará, durante o século XIX. O processo histórico em si é de extrema relevância, pois, segundo alguns historiadores, redundou na morte de 30 a 40 mil pessoas (o que não era pouco em termos proporcionais numa Província na qual essas cifras representavam cerca de um quinto da população). Endossando parte de tais números, alguns trabalhos vão mais longe e afirmam ainda que as baixas, no período da *Cabanagem*, dizimaram cerca de 30% dos moradores da capital, Belém, que, à época, contava com um número de aproximadamente 120 mil habitantes.⁶

As concepções dos livros didáticos consistem em abordar, via de regra, os eventos constantes na História Política *stricto sensu* (para não dizer hegemônica). Assim, quando dão vazão ao passado regional – conectando-o ou não ao Brasil Império e à chamada *Era das Revoluções* –, fazem-no a partir do momento em que a *Cabanagem* enfatiza seus atores principais, datas que, até hoje, são comemorativas, do ponto de vista das ações governamentais. Dessa forma, os manuais escolares se colocam, essencialmente, como narrativas de uma História Política arcaica. Seja como for, nesse movimento historiográfico há um consenso segundo o qual o período da *Cabanagem* tenha ocorrido entre os anos de 1835 e 1840, e que, seus personagens de proa, chamados líderes da então *revolução social*, à época teriam sido Félix Malcher (1772-1835),⁷ Francisco Vinagre (1793-1873)⁸ e Eduardo Angelim (1814-1882).⁹

período no tocante às novas formas com que as sociedades se organizam e participam da cena política de suas regiões, a exemplo do desejo de integrarem eleições face a um horizonte de expectativas no qual se faziam notar várias possibilidades: liberalismo, democracia, socialismo, nacionalismo etc. Cf. RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. 8.ed. São Paulo: Cultrix, 2002. Note-se, aliás, que inclusive a cronologia do oitocentos é avaliada de forma diversa, pois inicia tardiamente no tempo cronológico do século XIX e avança sobre o XX. Neste sentido, para certas interpretações, a *Cabanagem* deve ser vista como um processo revolucionário oriundo da dita arraia-miúda da Amazônia, cujos acontecimentos ainda carecerem de compreensões. Cf., entre outros, DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1990.

⁶ RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 1). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970, p. 1000.

⁷ Felix Malcher (1772-1835) foi um fazendeiro que se tornou um importante líder liberal, tendo alcançado posições em milícias e na política local de Belém, chegando ao posto de Tenente-Coronel da mesma corporação. Foi vereador na capital do Pará e fiel aliado do Cônego João Batista Gonçalves Campos (1782-1834), outra liderança apegada ao viés do liberalismo e conhecido redator do popular periódico local, a saber: *O Paraense*. Segundo alguns estudiosos, esse nome emerge após o desaparecimento de outras personagens centrais, estes sim forças motrizes, pois “é quase certo que Campos deveria ter sido aclamado líder da revolução de 1835, mas morreu um pouco antes no Acará, mais precisamente nas terras dos Henriques e de Malcher. Sua morte foi o estopim para a eclosão cabana”. RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007, p. 17-18.

⁸ Francisco Vinagre (1793-1873) foi um lavrador que se tornou um político considerado brilhante, Comandante de Armas no breve governo do presidente Félix Malcher, antes citado, e que assumiu a presidência da Província do Grão-Pará quando este último foi deposto e morto. Cf. SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022.

⁹ Eduardo Angelim (1814-1882) foi um lavrador da Província do Ceará que viveu agregado de Malcher após sua chegada à Província do Grão-Pará, na década de 1820, sendo que, depois de algum tempo, começou a arrendar terras para trabalhar na lavoura. Grande conhecedor das dificuldades do povo paraense e considerado um homem

Ao revisitar a historiografia e consultar referências de diferentes estudos sobre a *Cabanagem*, é possível encontrar relatos com diversas visões a respeito dos acontecimentos – como não poderia ser diferente. Isso tanto devido ao momento de elaboração da análise dos fatos, quanto por aproximações com determinadas correntes teórico-metodológicas ou, ainda, por conta das tendências de práticas de certos historiadores em favorecer as elites e as aristocracias ao longo dos tempos. Ocorre, além disso, que tais encaminhamentos se deram, particularmente, mediante a já referida perspectiva política tradicional e *stricto sensu*, de modo a desvalorizar a construção social de passados e memórias nos quais participam e estão bem representados as classes menos favorecidas, os pobres ou, para usar uma expressão da época, a arraia-miúda do Império brasileiro. Assim, invariavelmente, a *Cabanagem* é descrita entre os acontecimentos da História Política,¹⁰ pois se encontra envolta com questões ligadas ao “patriotismo”¹¹ e às lutas por mudanças das estruturas de poder no Grão-Pará oitocentista que acabara de aderir à Independência do Brasil. Com efeito, tal como havia ocorrido em outros países da região e na Europa, determinados grupos buscaram defender a criação da República do Brasil em detrimento da decadência e arcaísmo político-administrativo, face igualmente às péssimas condições econômica e social nas quais as pessoas viviam naquele momento.

Ora, a história da Independência do Brasil é frequentemente enquadrada em narrativas que destacam a luta pela libertação do jugo colonial português. No entanto, uma análise mais aprofundada revela que, para muitos sujeitos, o desfecho dos acontecimentos não trouxe as prometidas igualdade e liberdade. No cenário da região amazônica, sobretudo no Grão-Pará, a adesão ao processo independentista frustrou as expectativas de diversas camadas populares, verificando-se, em realidade, a continuidade das estruturas coloniais que gerou a resistência das classes desfavorecidas, culminando no movimento da Cabanagem. Até porque a forma como se deu a Adesão acabou preservando os elementos sociais e econômicos característicos do período colonial. As elites mantiveram o controle sobre as terras, a escravidão persistiu, o recrutamento militar forçado continuou e permaneceram os direitos políticos monopolizados

inteligente e corajoso, de gestos agradáveis ao próximo, tornou-se respeitado e chegou a ser o terceiro e último presidente da Província do Grão-Pará. Cf. RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007.

¹⁰ Como se sabe a História Política foi glorificada no século XIX junto ao nacionalismo que tornou o Estado como espécie de campo dileto para investigações. Posteriormente desprezada pela *École des Annales* desde fins dos anos 1920, mas especialmente no pós-1945, em favor de uma História total que buscasse privilegiar a análise das coletividades e as formas de organização econômica e social. Logo, a recuperação desse tipo de historiografia, há cerca de quarenta anos, aproveitou-se das novas tendências, renovando métodos e objetos, inclusive conversando com outras Ciências. Cf. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ / FGV, 1996.

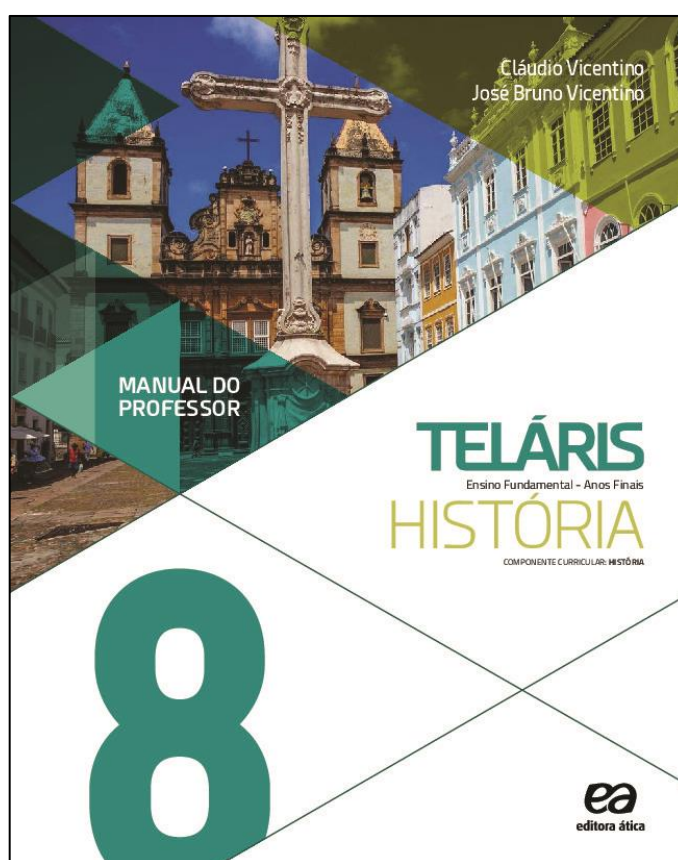
¹¹ Termo utilizado por alguns que enaltecem a luta dos *cabanos* pela tomada do poder no Grão-Pará e ênfase sobre a cólera contra o governo feito por portugueses. Cf. HURLEY, Henrique Jorge. *A Cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936. Disponível em: <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>. Acesso em: 13 maio. 2022.

pelas classes dirigentes. Essa manutenção das desigualdades e opressões pressionou as camadas populares, compostas por indígenas e negros, escravizados ou não, mestiços e brancos pobres. A desagregação político-administrativa de Portugal só fez piorar o tratamento que recebiam. Afinal, “todos esses elementos mostraram à massa de ‘despossuídos’ que ainda não havia chegado sua vez, que continuavam a ser tratados como raças inferiores, como subumanos”.¹²

De qualquer modo, o presente trabalho não tem a intenção de se aprofundar nas visões dos historiadores ou testemunhas por assim dizer oculares (memórias) da *Cabanagem*. A proposta dessa pesquisa visa analisar qual o lugar ocupado por esse processo histórico nos manuais do 8º Ano do Ensino Fundamental, a partir das três coleções antes mencionadas, a começar pela *Teláris*. Seus autores são Cláudio Vicentino, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (1975) pela Universidade de São Paulo (USP), e José Bruno Vicentino, Graduado em História (2006) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Ambos têm experiências na produção de livros didáticos, sobretudo das editoras Ática e Scipione.¹³

Imagem 1

Capa do livro didático da coleção *Teláris*



¹² SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 39.

¹³ Informações colhidas junto aos respectivos currículos da Plataforma Lattes.

Disponível em: <<https://www.edocente.com.br/pnld/2020/obra/telaris-historia-8-ano-atica/>>.
Acesso em: 13 maio. 2022; & VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História: 8º Ano*, Ensino Fundamental, anos finais (manual do professor). São Paulo: Ática, 2018, p. 1.

O manual escolar da Imagem 1, fruto da coautoria entre os historiadores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, apresenta um formato de organização moderno e atraente ao utilizar um modelo de diagramação que oferece aos estudantes subsídios de contextualização que se valem de uma série de recursos atuais, tais como: tabelas, (info)gráficos, mapas e um conjunto muito vasto de imagens, como as fotos de lugares, pessoas, objetos, paisagens, obras arquitetônicas e pinturas que retratam diversos momentos da História. Sobre a tiragem do livro de História do 8º Ano do Ensino Fundamental da coleção *Teláris*, infelizmente não foi possível especificar, pois não obtive acesso a esse tipo de dado.

Para cada capítulo o livro didático em apreço dispõe de quatro sessões que auxiliam os estudantes na compreensão do assunto em tela. São elas: a) a seção “Trabalhando com documentos”, que aciona uma base da pesquisa histórica pautada na prática de consulta de fontes para embasar as interpretações porventura elaboradas; b) a seção “Conexões”, que aproxima o discente do entendimento possível naquelas conjunturas, buscando o contexto em outros fatos e explicando a documentação analisada na parte anterior; c) a seção “Mapeando Saberes”, que instiga o aluno a discutir e apresentar suas aprendizagens sobre o tema; & d) a seção “Atividades”, que dispõe de diferentes abordagens de exercícios para o estudante responder e realizar produções com junto aos processos de ensino-aprendizagem da disciplina. Após essas sessões, chega-se ao momento da “Auto avaliação”, na qual os autores deixam um espaço com várias perguntas sobre o desenvolvimento das atividades executadas e o que cada um pensou a respeito, se gostou ou não e quais aspectos encontrou maiores dificuldades.

De forma abrangente, pode-se afirmar que o presente manual escolar, por sua composição estrutural e metodológica, possui, de maneira geral, boa qualidade técnica, teórico-metodológica e está atualizado com as atuais diretrizes educacionais, alinhado, sobretudo, às discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).¹⁴ A coleção *Teláris*, cuja primeira edição data de 2018, foi ofertada junto ao PNLD de 2020 e se encontra estruturada de forma moderna e intuitiva. Isso porque foi produzida com uma gama variada de *boxes* e elementos

¹⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica no Brasil. Conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, nº 9.394, de 1996, a BNCC deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio de todo o país. A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades por meio das quais se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. Estes dados foram extraídos do *site* do MEC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio. 2022.

visuais que trouxeram maior leveza ao texto didático, contribuindo, sobremaneira, na melhoria da compreensão discente acerca de processos históricos que são, invariavelmente, complexos.

Antes de tratarmos, propriamente da eventual presença do movimento *cabano* na coleção da Editora Ática, convém sublinhar que a estrutura que forma o rol dos assuntos discutidos no livro didático em questão se acham organizados em quinze (15) capítulos sequenciados cronologicamente a partir do “Iluminismo e a Independência das 13 Colônias da América do Norte”, contemplando a passagem do século XVIII para o XIX, até chegar ao “Fim da Monarquia no Brasil”, ao término do oitocentos e princípio do novecentos. A sequência observa, portanto, o seguinte encadeamento: História – Unidade 1, Capítulo 1: “O Iluminismo e a independência das 13 colônias da América do Norte” já citado; 2: “A Revolução Francesa”; 3: “As rebeliões na América ibérica”; Unidade 2, 4: “Napoleão e o Congresso de Viena”; 5: “A Revolução Industrial”; 6: “As independências na América espanhola”; 7: “A independência da América portuguesa”; 8: “Os Estados Unidos no século XIX”; Unidade 3, 9: “A Europa no século XIX”; 10: “O imperialismo na África e na Ásia”; Unidade 4, 11: “O Primeiro Reinado”; 12: “O período regencial”; 13: “Segundo Reinado: economia e sociedade”; 14: “A política no Segundo Reinado”; & 15: “O fim da monarquia no Brasil”.¹⁵

Como se vê, o manual escolar separou o capítulo doze (12) para o “Período Regencial”¹⁶ que, em seu terceiro tópico, traz aquilo que os autores denominam como “As rebeliões regenciais”. Nesse tópico há uma breve apresentação de seis movimentos dessa natureza que aconteceram durante a chamada Regência (1831-1840), entre as quais se encontra uma malfadada alusão à *Cabanagem* que não cita sequer um historiador importante e reconhecido por seus pares que tenha pesquisado o tema. A breve narrativa não consegue discutir a temática aliando-a a elementos da historiografia que pudessem conferir maior credibilidade ao resumido relato presente em poucas linhas. Ele vem ladeado, aliás, por um *box* que indica o *download* de um jogo sobre o Movimento dos Cabanos, desenvolvido pelo Laboratório de Realidade Virtual da Universidade Federal do Pará (UFPA). Assim, em suas laudas, o livro didático de História da coleção *Teláris* para o 8º Ano do Ensino Fundamental apontam somente o seguinte:

¹⁵ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Ática, 2018, p. 6-8.

¹⁶ O Período Regencial foi uma época da História do Brasil, transcorrido entre os anos de 1831 e 1840, interpondo-se, portanto, entre as fases do Primeiro e do Segundo Reinado. Quando o Imperador D. Pedro I abdicou do poder, em 1831, seu filho e herdeiro do trono, D. Pedro de Alcântara, tinha apenas 5 anos de idade. À época a Constituição brasileira determinava que, neste caso, o país deveria ser governado por regentes até que o sucessor atingisse a maioridade. Cf. RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007.

Em 1835, teve início uma luta entre comerciantes e proprietários de terra do Grão-Pará. Em meio aos conflitos, a população ribeirinha, que vivia em cabanas e era composta de indígenas, mestiços e negros, revoltou-se contra os membros das elites. Visando melhores condições de vida, os rebeldes tomaram a cidade de Belém, proclamando uma República independente na província do Grão-Pará. O primeiro governo rebelde foi encabeçado pelo fazendeiro Félix Antônio Malcher, que logo tentou desbancar as lideranças populares. Após confrontos armados entre os revoltosos, Malcher foi derrotado e morto. O segundo governo formou-se sob o comando do cabano Francisco Vinagre, que teve de enfrentar os bombardeios dos navios de guerra enviados pelo governo imperial. Derrotado, Francisco Vinagre foi preso, e Belém voltou ao domínio do Império. Algum tempo depois, os cabanos retomaram as armas sob a liderança do irmão de Francisco, Antônio Vinagre, e de Eduardo Angelim. Mais uma vez, a capital da província foi conquistada pelos revoltosos, com a instauração de um terceiro governo rebelde. Durante os conflitos, escravizados eram libertados e os ricos proprietários sofriam linchamentos. Em 1840, o movimento foi sufocado pelas tropas governamentais. Durante a revolta morreram cerca de 30 mil pessoas, o equivalente a mais de um quinto da população da província.¹⁷

Como se vê, o texto é quase protocolar, apegado às informações básicas, poucos investimentos interpretativos ou historiográficos para explicar as motivações e o cenário para além das questões internas. Além disso, os autores se valem da imagem d'*A tomada ao Trem de Guerra* que, possivelmente, tem o potencial de, por vezes, representar os cabanos como violentos. Isso porque não há contraditórios no texto que trazem outra visão dos fatos ocorridos, face à demonstração e prova acerca da veracidade do ataque pelas referências presentes no livro didático apontando-o como um evento que tenha sido, de fato, de notória agressividade.¹⁸

As razões de tais extremismos poderiam ser várias. Afinal de contas, estava-se diante de uma grande frustração social a propósito da continuidade das estruturas coloniais apesar da Adesão da Província do Grão-Pará à Independência do Brasil, em 15 de agosto de 1823 (quase um ano após o chamado *Grito do Ipiranga*, em 7 de setembro de 1822). Por isso, pairava uma tensão na sociedade, em todas as camadas, embora com maior força entre as camadas menos abastadas, tendo emergido aí toda espécie de violências contra portugueses, já corriqueiras na Corte, a cidade do Rio de Janeiro, sobretudo entre setores mais humildes da população. Isso fez “com que o rastilho da rebeldia e do sentimento de lusofobia se disseminassem pelo Pará e aumentassem a preocupação e a repressão por parte das autoridades, que se sentiam cada vez mais ameaçadas pela ‘ralé’, pela ‘arraia-miúda’, que deveria ser contida a qualquer custo”.¹⁹

¹⁷ VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Ática, 2018, p. 198.

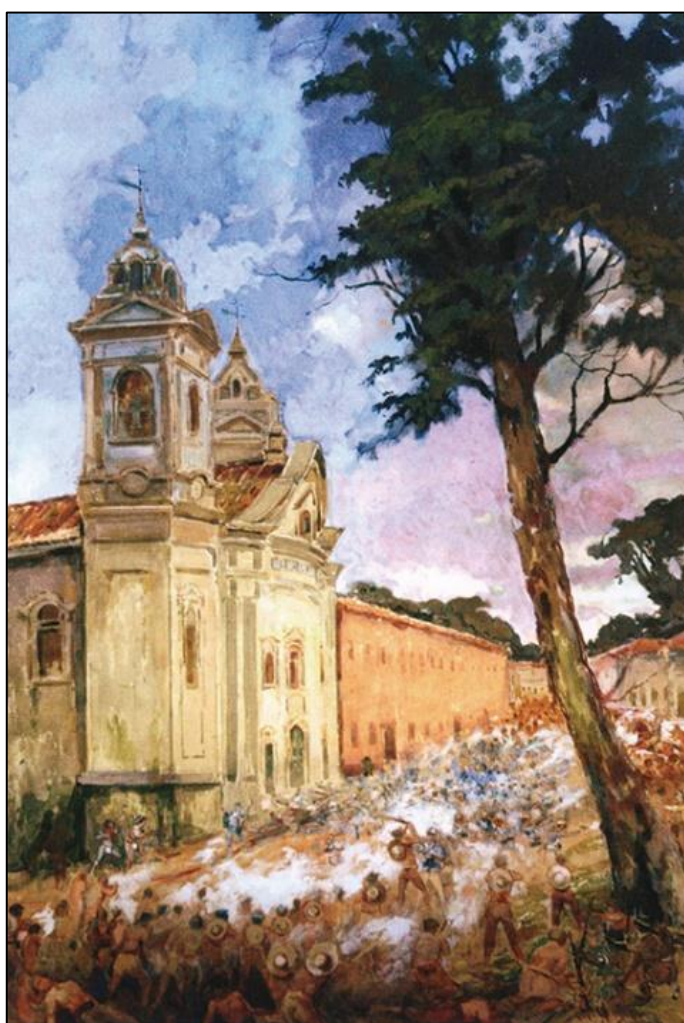
¹⁸ O assalto ou a tomada ao trem de guerra foi um episódio da *Cabanagem* relatado em *Motins Políticos*, assinado pelo já citado Domingos Antonio Raiol, o Barão de Guajará, e publicado entre 1865 e 1890.

¹⁹ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 39.

Tanto que, na tela reproduzida no livro didático de História da coleção *Teláris*, de Alfredo Norfini (1867-1944),²⁰ posterior aos eventos em um século, retrata-se o ataque à então vila de Vigia durante a Cabanagem, ocorrido em agosto de 1835. A batalha se deu nos arredores da Igreja dos Mercedários, próxima ao chamado Trem de Guerra ou Casa Quartel, onde se guardavam armas e munições, alvo estratégico dos cabanos, que estavam em maior número, mas com menor poder de fogo, como não poderia ser diferente.²¹

Imagem 2

A tomada ao Trem de Guerra (1940), aquarela de Alfredo Norfini



Acervo do Museu de Arte de Belém (MABE). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/imagens/exposicoes-historicas-e-artisticas-2015/norfini-alfredo-201ca-tomada-ao-trem-de-guerra201d-acervo-do-museu-de-arte-de-belem/view>>. Acesso em: 10 fev. 2024; &

²⁰ Pintor, paisagista e professor nascido em Florença, na Itália, em 1867, e falecido no Rio de Janeiro, em 1944. Cf. ALFREDO Norfini. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de arte e cultura brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22260/alfredo-norfini>>. Acesso em: 16 maio. 2023.

²¹ Por uma questão de acesso à melhor qualidade e/ou alta resolução, muitas vezes busquei as Imagens da presente dissertação em outros espaços (sítios originais), para reproduzir as imagens que constam nos livros didáticos.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Ática, 2018, p. 198.

Na imagem, vê-se soldados vestidos de branco e azul, enfileirados ao lado da igreja e das edificações anexas. O sentido turvo das pinceladas, além de representar as correntes artísticas da época em que foi produzida a tela, bem como o estilo de Norfini, talvez igualmente tivesse a ideia de, realmente, apontar o emaranhado e a complexidade das questões retratadas, nas quais os soldados também se confundiam com a arraia-miúda, porque faziam parte dessa parcela social. Sob a sombra de uma árvore, ao abrigo da natureza, os cabanos, com suas armas e chapéus de palha, confrontam e cercam o poder provincial. “O ato da multidão é elevado ao extremo. No entanto, ele também tem sua dose de irracionalidade, de situação limite. Era um punhado de gente se precipitando para a luta, mas também para a morte”.²²

O quadro representa, portanto, como já se disse aqui e pelo próprio título da tela, a tomada do Trem de Guerra pelos cabanos, com o fito de melhor se armarem para as batalhas. O episódio, ocorrido em 1835, foi marcante, sobretudo, pelo grande número de mortos. É nitidamente perceptível a pouca importância que a coleção dá aos estudos sobre a *Cabanagem*, evento central na História do Brasil Império e em suas ramificações continentais e atlânticas. Porém, há que se compreender que todo o desfecho do que foi esse movimento contestatório ocorreu em um cenário regional, da Amazônia, principalmente a paraense, e que, por isso, acaba mantendo maior repercussão no âmbito da História Local ou Regional do Pará. No caso do livro didático de História da coleção *Teláris* voltado para o 8º Ano do Ensino Fundamental, é bem isso que se verifica, porque sequer se vincula a narrativa às atuais perspectivas historiográficas que abordam as conexões transterritoriais e além-mar do Movimento dos Cabanos que estão sendo citadas aqui. O tema, além do *box* e do texto citados, volta em outras ocasiões pontuais, quando é listada entre outras chamadas sublevações ou é acionada na realização de exercícios para aferir os processos de aprendizado, ficando o Ensino de História a desejar nessa seara.

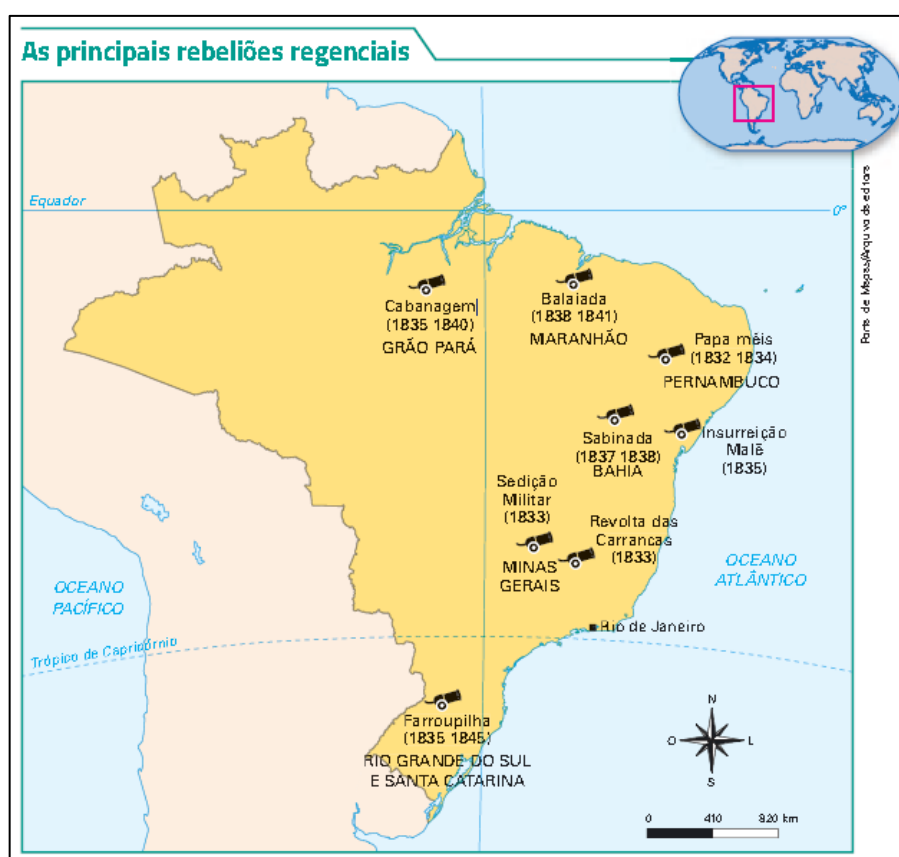
Uma dessas aparições é ilustrativa, no entanto, do esforço didático que se materializa pela repetição da presença de um mesmo mapa, seja vinculado aos conteúdos ou, depois, por ocasião de um exercício avaliativo. Assim, por mais que existam críticas a serem feitas aos livros didáticos, de outro lado é preciso apreciar o empenho de síntese, o grau de dificuldade associado à elaboração desses materiais e a necessidade de criar uma visualidade que prenda a atenção dos discentes. Sem imagens dessa natureza, em mundo tão digital como o de hoje, de

²² LAGE, Leandro Rodrigues; FRANÇA, Júlia Mota. Fantasmas do levante cabano: entre o heroísmo do sujeito revoltado e a ira da multidão sediciosa. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 56, p. 107-132, jun. 2021, p. 125.

acesso rápido a informações, certamente os capítulos ficariam desinteressantes porque constituídos somente por textos. Eles são a base, por certo, dos processos de aprendizagem, mas, considerando que não temos como fechar os olhos para as realidades que nos cercam, ceder um pouco a universo imagético e ao peso que, em potência, ele possui na atualidade, é uma forma de (re)pensar o Ensino de História. Atentos a isso, porém, sem perder o rigor e a confiabilidade dos dados, caros ao ofício de historiador e à prática docente, é possível responder às exigências educacionais dos nossos tempos com qualidade e o esmero indispensáveis. A cartografia histórica em questão, replicada na coleção *Teláris*, é a seguinte:

Imagem 3

Mapa dos movimentos revoltosos iniciados no período da Regência (1831-1840)



ATLAS histórico escolar. Rio de Janeiro: Ministério da Educação (MEC) / Fename, 1979, p. 30; *Revista Nossa História*, ano 4, n. 37, nov. 2006; & VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais (manual do professor)*. São Paulo: Ática, 2018, p. 195.

Isto posto, vale frisar que existe ainda outras formas de trabalhar esse importante assunto e vinculá-lo à parcela da historiografia, uma vez que o desenho curricular de cada Estado da Federação contempla disciplinas auxiliares para ministrar aulas se utilizando de fatos relevantes que ocorreram em cada rincão do território primeiro dito colonial, depois imperial – como é o

caso em apreço – e finalmente republicano. No tocante ao Estado do Pará, tem-se, em alguns municípios, a disciplina *Estudos Paraenses* ou *Estudos Amazônicos*, que são amparadas por referências de muitos pesquisadores da região. Assim, a bibliografia desses materiais é marcada, de forma majoritária, por estudiosos paraenses ou que atuam no estado e, a partir deles, são embasadas as narrativas para o conhecimento histórico sobre a *Cabanagem*, permitindo que se supra, ao menos em tese, a referida lacuna que é didática e historiográfica.

Didática porque, como se viu, concede-lhe na coleção *Teláris*, pouco espaço; historiográfica, porque, mesmo que infimamente retratada, aborda o tema ao largo de suas renovações interpretativas, já bem distantes de uma leitura estritamente nacionalista ou regionalizada do tema. Ora, as novas interpretações já deram conta que, dadas as condições de extrema marginalização, a insatisfação das classes desfavorecidas se manifestou em uma série de revoltas e rebeliões na região, antes mesmo da eclosão da *Cabanagem*. Esses eventos, como a Revolta de Muaná, a Confederação de Cametá, a Revolta de Salgado e outras, representaram sintomas do crescente descontentamento e da disposição para desafiar as estruturas de poder estabelecidas no Grão-Pará e região. Logo, o Movimento dos Cabanos não pode ser compreendido de forma isolada, mas como o ponto culminante de um processo de resistência e mobilização popular que se arrastava por décadas, séculos, no caso de algumas leituras históricas. Com efeito, correspondeu não apenas uma luta por liberdade política e social, porém, igualmente, uma reação às injustiças e desigualdades persistentes nas sociedades da Amazônia pós-independência e pós-adesão. “Essa onda de rebeliões promovidas pela massa de despossuídos no Pará já era prenúncio da *Cabanagem*, movimento no qual a explosão da insatisfação popular adquiriu proporções inimagináveis para a elite paraense”.²³

Do ponto de vista do avanço interpretativo, pode-se mencionar que, desde as avaliações de primeira hora, apontou-se que se tratava de um motim político, fruto de levantes sucessivos que, uma vez florescidos no bojo de sedições presentes na Corte pós-1831, rapidamente teriam migrado para as capitais das novas províncias, como teria sido o caso da Amazônia. Nessa linha, que remonta às décadas subsequentes dos acontecimentos, portanto, ainda no século XIX, a *Cabanagem* foi vista como uma revolta de caráter regional, que deveria ser apreciada no âmbito dos problemas vivenciados com a formação do Império do Brasil. No decorrer das décadas de 1920 e 1930, novas avaliações historiográficas vieram à baila, a exemplo da análise do movimento como uma guerra de Independência tardia, ou, inclusive, uma espécie de reação de viés nacionalista. É aí que os cabanos, outrora vistos como ralé baderneira, passaram a ser

²³ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 40.

observados como *patriotas*, mesmo porque estariam lutando em prol da *causa brasileira*. Nada mais apropriado ao país que tinha acabado de festejar o Centenário da Independência sendo que, na região amazônica, seus intelectuais logo trataram de reavaliar seus passados da região em comum ao país, advindo daí uma historiografia que embarcou na leitura do ódio racial como a base do movimento: os cabanos, formados especialmente por mestiços e negros, escravizados ou forros, contra a elite branca e, sobretudo, a portuguesa. Outra vertente, nesses mesmos anos, no entanto, obteve maior longevidade e adeptos: a de viés marxista dentro da História Política que, até hoje, predomina sobre o tema. “Caio Prado Júnior, de maneira precursora, atribuía aos cabanos da Amazônia do século XIX a prerrogativa de terem sido os únicos revolucionários populares e partidários de ideais libertários que conseguiram tomar o poder”.²⁴ Tal interpretação perdurou, apontando os integrantes da Cabanagem como rebeldes primitivos, sendo esta avaliação caiopradiana tendo se estendido até a década de 1980. Uma hipótese para essa permanência na memória historiográfica e, em particular, didática, talvez possa se explicar pelo fato de o intelectual em tela ter sido, ele próprio, fundador de editora, a Brasiliense, em 1943.

1.2. Das páginas às salas de aula, os cabanos rompem o cerco

Ao avançar para a coleção *Historiar*, que foi reformulada e já se encontra em sua terceira edição, contemplando várias demandas oriundas da BNCC, é possível notar tanto a sua aproximação temática às realidade do estudante quanto das necessidades docentes. Os conteúdos são organizados de forma sintética e objetiva, marcados por uma linguagem considerada de fácil compreensão que, por sua vez, embasa-se numa estrutura ágil. Ao articular, via uma História Integrada, os temas da História do Brasil com os de outras sociedades, revela suas matérias simultaneamente por um ordenamento cronológico e temático.

A proposta valoriza os saberes dos alunos que são utilizados sempre que necessários, com o fito de estabelecer nexos entre o passado e o presente, aproximando, assim, os assuntos abordados ao cotidiano do corpo discente. Outro destaque recai sobre o uso de diferentes fontes históricas, escritas ou não, pois estes apresentam aos estudantes textos e imagens que viabilizam a possibilidade de consolidar suas habilidades no que respeita à alfabetização histórica. Para o professor, a nova edição da *Historiar* traz a marca de um caráter processual, formativo e participativo que promovem o desenvolvimento competências, valores e atitudes, a exemplo da fala em público, do ato de argumentar ou produzir reflexões, incentivando a ação cidadã dos

²⁴ RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007, p. 9.

educandos. Além disso, existe o *Manual do Professor Digital* que oferece sequências didáticas e diversos recursos audiovisuais que tendem a facilitar a preparação das aulas, auxiliando no uso de dados que se somam às *Avaliações e Fichas de Acompanhamento* que permitem observar os avanços tanto da turma, em geral, quanto de cada estudante, em particular.

Seus autores são Gilberto Cotrim, Bacharel e Licenciado em História (1983) pela USP, e Mestre em Educação, Arte e História da Cultura (2003) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); e Jaime Rodrigues é Bacharel e Licenciado em História (1988) pela USP, tendo obtido seu doutorado (2000) e o mestrado (1994) em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), possui vários pós-doutorados, alguns no exterior, e, hoje, é Professor Titular de História do Brasil do Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).²⁵ Em relação aos responsáveis pelo livro didático anterior, nota-se que os atuais reúnem maior experiência, sendo que ambos produzem, há anos, manuais escolares sobretudo para as editoras Moderna e – como é o presente caso – Saraiva, com destaque para o currículo deste último, Rodrigues.

Imagem 4
Capa do livro didático da coleção *Historiar*



²⁵ Informações colhidas junto aos respectivos currículos da Plataforma *Lattes*.

Disponível em: <<https://www.edocente.com.br/pnld/2020/obra/historiar-8-ano-saraiva/>>.
 Acesso em: 13 maio. 2022; & COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Saraiva, 2018, p. 1.

Este livro didático, por sua vez, é composto com a seguinte organização: “História – Projeto Temático: Saúde e educação”, no qual consta a Unidade I, por sua vez integrada pelos Capítulos que seguem. 1: “Revolução Inglesa”; 2: “Era do Iluminismo”; 3: “Revolução Industrial”; 4: “Revolução Francesa”; & 5: “Época de Napoleão”. Já a Unidade II, conta com o 6: “Independência dos Estados Unidos”; 7: “Independências na América Latina”; & 8: “Independência do Brasil”. A partir da Unidade 3, aparecem os Capítulos 9: “Primeiro Reinado”; 10: “Período Regencial”; 11: “Segundo Reinado”; & 12: “Da Monarquia à República”. Por fim, na Unidade 4, completa o quadro com os Capítulos 13: “Europa no século XIX”; 14: “Imperialismo na África e na Ásia”; & 15: “América no século XIX”.²⁶

Os temas trabalhados neste manual escolar seguem uma cronologia histórica que caminha, desde a Revolução Inglesa, até a América no século XIX trazendo uma metodologia transdisciplinar que trata de assuntos como saúde e tecnologia, promovendo relações destes com os assuntos da historiografia a respeito do assunto que está sendo porventura ministrado. A propósito do temática de maior interesse aqui, ou seja: o Movimento dos Cabanos, o livro didático produz uma pequena apresentação dos fatos, nomeando-a como *revolta popular*. Os autores delimitaram o período inicial de 1835 citando alguns grupos que participaram dessa articulação sediciosa, tais como: índios, negros, homens e mulheres pobres que viviam em cabanas simples à beira dos rios. Além dessa breve narrativa acerca dos partícipes, o manual escolar dá destaque ao Cônego João Batista Gonçalves Campos (1782-1834) como um dos principais líderes da *Cabanagem*,²⁷ o que denota um viés personalista na escrita da História.

Os autores tratam sobre as divergências entre as lideranças cabanas em relação à maneira como atuariam politicamente, bem como os motivos que teriam levado ao fim dessa *Era* dos governos cabanos, no ano de 1840. Para ilustrar o minúsculo relato sobre o movimento, o livro didático contextualiza seus acontecimentos com a imagem da obra *Breves em 25 de*

²⁶ Cf. COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Saraiva, 2018.

²⁷ Batista Campos nasceu no Acará, em 1782, e faleceu em 31 de dezembro de 1834, em Barcarena. É considerado um dos intelectuais do movimento contestatário conhecido como *Cabanagem*. Foi ele quem, segundo muitos relatos, teria alimentado a resistência dos chamados *cabanos* em relação ao Presidente da Província, a saber: o senhor Lobo de Sousa. Em face de suas posições políticas acabou precisando se refugiar no interior do Grão-Pará, visando escapar das perseguições empreendidas pelo Governo. Além disso, é necessário dizer que foi de sua lavra a redação do primeiro jornal publicado na capital que se tem notícia, ou seja: *O Paraense*. Foi também o responsável por outro periódico, intitulado *Publicador Amazoniense*. Tais dados foram extraídos do site da PREFEITURA de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 13 maio. 2022.

novembro de 1842,²⁸ que corresponde a uma pintura responsável por retratar o modelo de moradia utilizada por cabanos no Grão-Pará. Eis a imagem em apreço:

Imagem 5

Breves em 25 de novembro de 1842 (1847), de Adalbert Heinrich Wilhelm



Coleção *Brasiliana Itaú*, São Paulo.

Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18223/breves-den-25ten-november-1842>>. Acesso em: 20 jun. 2022; & COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais (manual do professor). São Paulo: Saraiva, 2018, p. 155.

Ao subestimar essas condições de existência, as elites políticas e econômicas da Província do Grão-Pará estavam alheias à insatisfação popular até a eclosão da Cabanagem, que adquiriu proporções inimagináveis, chegando a gerar surpresa, por assim dizer, na classe dirigente. Uma vez tendo ignorado o grau de descontentamento e a mobilização dos sujeitos desfavorecidos, mostrando uma desconexão entre os grupos quanto às percepções sociais. Isso tem levando as atuais interpretações historiográficas a atentarem aos personagens marginalizadas. Ao reconhecer o papel crucial das rebeliões prévias na preparação do terreno para o Movimento dos Cabanos, muitos tem destacado a complexidade e a profundidade das

²⁸ A gravura retrata a passagem de Adalbert Heinrich Wilhelm (1811-1873), príncipe da Prússia, pela então freguesia paraense de Breves. Segundo seus escritos, “Algumas touceiras de bananeiras misturavam-se por entre os dois curtos renques de casas que constituíam o lugarejo, de que a alta floresta virgem era o fundo. As casas desta rua, que desce em direção à água, são em parte construídas sobre estacas, que nas marés baixas elevam-se de 1 a 15 metros acima do solo. Suas paredes são ou de troncos de palmeira rachados ao meio, ou de uma armação de varas revestida de pecíolos de palmeiras, os telhados são de folhas de palmeiras. As janelas são, na falta de vidraças, providas de esteiras de cana em forma de grades, que me fazem lembrar as janelas dos haréns orientais”, descreve o nobre em seu texto. WILHELM, Adalbert Heinrich. Diário de viagem. In: *Brasiliana Itaú*. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23413/a-aventura-do-principe-da-prussia-pela-amazonia>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

tensões que culminaram nesse evento histórico significativo dentro do cenário histórico do Brasil no século XIX. Entre tais sujeitos estavam, sobretudo, indígenas, negros, mestiços e brancos pobres, que já vinham, séculos a fio, sendo explorados, portanto, desde o período colonial. Tratava-se de uma imensa exclusão social, cuja lógica integrava as lógicas da “colonização portuguesa no Brasil, já integrada ao modo de ser capitalista, o que também colocou este grande contingente de despossuídos à margem da história”.²⁹

Na iconografia na Imagem 5 acima, por exemplo, sobre o tipo de moradia dos cabanos, o livro didático da coleção *Historiar*, também destinada aos estudantes do 8º Ano de Ensino Fundamental, pretende mostrar a baixa qualidade de vida que a população, à época da Cabanagem, experimentava em seu cotidiano. Dessa forma, considera-se que, de alguma maneira, o retrato da revolta dessas pessoas poderia estar ali representado, pois, mesmo não dizendo exatamente as dificuldades enfrentadas por aquelas pessoas simples e paupérrimas, é possível – mediante a observação ao *não dito* – que possam causar impacto nos educandos que, porventura, tenham acesso à tela em questão ou mesmo vivam condições semelhantes.³⁰

Mesmo no bojo da interpretação caiopradiana, alguns pesquisadores discordaram da perspectiva de um Movimento dos Cabanos essencialmente marcado pela *luta de classes*, muito embora embarcaram na tese do processo como revolta popular armada ou enquanto uma guerrilha combativa do *status quo* na região amazônica. Assim, todo o passado do Grão-Pará acabava sendo transformado no caso exemplar da opressão colonial que alijava a arraia-miúda. A avaliação sobre as ações desses despossuídos ressurgiu, dessa forma, quase um século e meio depois como uma luta empreendida contra certa hegemonia lusitana e por extensão, também inglesa, esta sim totalmente imperialista, tal como se dizia que os Estados Unidos da América (EUA) exerciam sobre o Brasil ao tempo dessas interpretações historiográficas. Elas foram produzidas ao longo do Regime Civil-Militar (1964-1985), quando o país tinha passado por experiências traumáticas causadas pelo Estado de exceção, inclusive com forte inserção paraense nessas questões, haja vista o caso da Guerrilha do Araguaia (décadas de 1960 e 1970). Mais recentemente, “foram difundidas outras facetas da chamada ‘colonização’ no Pará e na Amazônia cabana. O ‘tráfico das ideias’, [...], vindo pelas Guianas e pelos Andes, é um caminho que vem rendendo bons estudos, como os de Décio Freitas e Vicente Salles”.³¹

²⁹ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 70-71.

³⁰ Sobre o *não-dito*, Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

³¹ RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007, p. 11.

Neste sentido, o fato é que, mesmo utilizando-se da iconografia através de uma pintura importante que remonta aos grupos marginalizados, o livro didático da coleção *Historiar* poderia ter explorado um pouco mais a historiografia na direção em destaque, conectando-os ao menos com os acontecimentos que marcaram o Período Regencial. Até porque é nesse marco cronológico e capítulo (10) do manual escolar que se debate a Cabanagem. Para ilustrar o passado-presente, o livro didático apresenta uma imagem recente de Belém, com uma vista do Forte do Presépio, construído no século XVII, na capital da Província e que foi tomado, conforme a legenda da fotografia, pelos cabanos no oitocentos. Acompanhem:

Imagem 6
Forte do Presépio, Belém (PA)



COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais (manual do professor). São Paulo: Saraiva, 2018, p. 147.

Afora a repetição do mesmo tipo de mapa e da reaparição pontual do assunto em exercícios ou em outros conteúdos, presentes também no livro didático da coleção *Teláris*, a *Historiar* as caracteriza, no entanto, como *revoltas provinciais*. Tal circunstância poderia denotar uma leitura restritiva do processo histórico, limitada à região. Porém, a grande novidade que desfaz essa possibilidade, no entanto – e isto sim a notabiliza em relação ao que se viu até aqui – é a existência de um *box* de *Leitura complementar* que reproduz vários trechos responsável por resumir um artigo da historiadora Magda Ricci. Trata-se de uma referência no tema que temos mobilizado ao logo dessa dissertação, publicado em 2007 na revista *Tempo*, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (Ppgh-UFF).

Eis, enfim, um gesto nítido de circulação entre saberes históricos acadêmicos e escolares, que já se manifestavam sob outras formas, mas que então se explicitou nesse caso.

Textualmente falando, a coleção *Historiar* sintetiza o Movimento dos Cabanos, já em uma transição entre a velha narrativa exclusivamente política, dando mais vazão às personagens e diferentes grupos sociais envolvidos com o processo histórico. Registra o livro didático que

A Cabanagem foi uma revolta popular que aconteceu em 1835 na província do Grão-Pará, que compreendia os atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá e Roraima. Os revoltosos eram homens e mulheres pobres, indígenas, negros e mestiços que extraíam produtos da floresta e viviam em casas simples, como cabanas, à beira dos rios. Por isso, foram chamados de *cabanos*, e a rebelião ficou conhecida como Cabanagem. Muitos líderes populares da revolta eram conhecidos por apelidos, como João do Mato, Domingos Onça e Mãe da Chuva. Um dos líderes foi o padre Batista Campos, que costumava benzer as armas dos rebeldes. A princípio, os cabanos foram apoiados por fazendeiros descontentes com a centralização política. Os fazendeiros queriam exportar mais produtos (como cacau, madeira, ervas e peles) sem pagar pesados impostos. Porém, não demorou muito para que os fazendeiros se afastassem do movimento. Em 1835, os cabanos conquistaram Belém e mataram várias autoridades, inclusive o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza. Os revoltosos controlaram a cidade até o ano seguinte. Os cabanos tiveram dificuldade para governar. Faltava-lhes organização, havia divergências entre os líderes e a rebelião foi traída várias vezes. Tudo isso facilitou a repressão violenta das tropas enviadas do Rio de Janeiro pelo governo regencial. A derrota final dos cabanos ocorreu em março de 1840, quando os últimos revoltosos foram perseguidos em povoações do interior. Milhares de cabanos foram mortos e muitos sobreviventes foram presos.³²

Assim, praticamente dessa forma se encerram as referências à Cabanagem no capítulo correspondente. Por esse motivo, faz-se necessário avançar para as considerações a respeito da próxima e última coleção de livros didáticos aqui considerada, qual seja: a coleção *Araribá Mais*, das mais famosas entre as três, porém, conhecida apenas como *Araribá*. Ao oferecer uma proposta pedagógica diversificada e com elementos de complementação para o conhecimento dos alunos, o manual escolar em apreço se caracteriza, sobretudo, como moderno e inovador.

Organizada pela Editora Moderna, trata-se de uma publicação de autoria coletiva, o impresso foi concebido, desenvolvida e produzida por uma equipe, mas sendo Ana Claudia Fernandes, Graduação em História (2004) pela USP e Mestra (2010) em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da mesma Instituição de Ensino Superior (IES), a principal responsável pela organização. Atualmente edita e produz conteúdo didático e gerencia o editorial de Ciências Humanas e Sociais na Santillana Educação.³³

³² COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais (manual do professor). São Paulo: Saraiva, 2018, p. 155 [grifo dos autores].

³³ Informações colhidas junto ao currículo da Plataforma Lattes.

Entre os elementos estruturadores da proposta pedagógica em tela estão as seções “Para refletir”, que traz uma série de textos e imagens que podem ser utilizados em discussões de determinados temas; “Ser do mundo”, que objetiva construir uma gama de conhecimentos significativos a partir do posicionamento crítico do estudante; e, por fim, “Documento”, que explora tanto fontes secundárias (historiográficas) quanto primárias (registros históricos), buscando conferir um rigor científico aos temas discutidos em sala de aula. Com esse encadeamento, viabiliza uma metodologia de ensino-aprendizagem que permite o contato do educando com uma perspectiva próxima às tarefas do ofício de historiador.

Na Imagem 7, logo abaixo, pode ser observado o seu já bem conhecido frontispício.

Imagem 7
Capa do livro didático da coleção *Araribá Mais*



Disponível em: <<https://pnld.moderna.com.br/historia/arariba-mais/>>.
Acesso em: 10 jun. 2022; & FERNANDES, Ana Claudia (ed.). *Araribá Mais: História* (manual do professor).
São Paulo: Moderna, 2018, p. 1.

Como não poderia ser de outra forma, a coleção busca favorecer a formação cidadã do corpo discente, aliado ao respeito à diversidade com um projeto didático que permeia o material e convida o educando a compreender os fatos históricos em cada período, da maneira mais

isenta possível e com certos distanciamentos, o que mostra ser uma excelente proposta para o Ensino de História, muito apreciada, aliás, pelos professores. A organização das temáticas está formulada da seguinte maneira: Unidade I – “Revoluções na Inglaterra”, composta por três Capítulos, a saber, 1: “As revoluções políticas”; 2: “A Revolução Industrial e as mudanças na sociedade”; & 3: “Os impactos da Revolução Industrial”. Na sequência, a Unidade II, intitulada “O Iluminismo, a Independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa”, está formado pelos Capítulos 4: “O Iluminismo e a Independência dos Estados Unidos”; & 5: “A Revolução Francesa”. Ato contínuo, a Unidade III, “A Era de Napoleão e as Independências na América”, contém os Capítulos 6: “O Império Napoleônico e a Revolução de São Domingo”; & 7: “Independências na América espanhola”. Depois vem a Unidade IV, denominada “A Independência do Brasil e o Primeiro Reinado”, que reúne os Capítulos 8: “A crise do sistema colonial no Brasil”; 9: “Brasil independente”; & 10: “O Primeiro Reinado”. A Unidade subsequente, de número V, ou seja: “Revoluções e novas teorias políticas do século XIX”, traz os Capítulos 11: “Revoluções e unificações na Europa”; & 12: “A Europa industrial e os trabalhadores”. A Unidade VI, “A Era do Imperialismo”, arregimenta os Capítulos 13: “A Segunda Revolução Industrial”; & 14: “O capital financeiro e a expansão imperialista na África, na Índia e na China”. Finalmente, um alento para o movimento considerado subversivo pelas autoridades constituídas oitocentistas, pois a Unidade VII, “Brasil da Regência ao Segundo Reinado”, apresenta os Capítulos 15: “O período regencial (1831-1840)” e destaque para “A Cabanagem (Grão-Pará, 1835-1840)”; 16: “O Segundo Reinado”; & 17: “O fim da escravidão no Brasil”. Por fim, a última Unidade, VIII, intitulada de “A expansão dos Estados Unidos no século XIX”, é formado por dois Capítulos. São eles o 18: “A expansão para o oeste e a Guerra de Secessão”; & o 19: “Crescimento econômico e imperialismo”.³⁴

Muito elementos poderiam ser destacados no sentido de apontar a efetiva circulação entre os saberes históricos acadêmicos e escolares, como são os casos, do sumário citado – e que reverberam, de fato, nos conteúdos – da incorporação de elementos caros à historiografia brasileira ou que tem sido mais pesquisado nos últimos anos, qual seja: o uso dos termos *crise do sistema colonial* (Capítulo 8) de um lado, e investimentos em direção ao Oriente, quando abordam diretamente a *China* (14). Mas, aqui, interessa, de forma detida, o Movimento dos Cabanos, situado dentro da Unidade que aborda os períodos Regencial e Segundo Reinado.

Assim, para representar o cabano e suas condições socioeconômicas no entremeio dos anos do enquadramento cronológico (1831-1840), o livro didático em destaque traz um pequeno

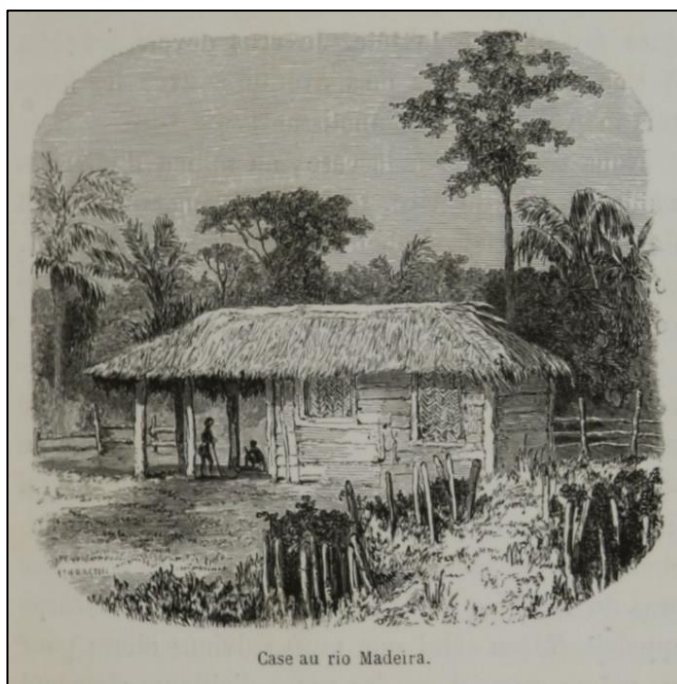
³⁴ FERNANDES, Ana Claudia (ed.). *Araribá Mais: História* (manual do professor). São Paulo: Moderna, 2018, p. 1.

relato no qual se refere que, na época da *Cabanagem*, os cidadãos viviam em condições de pobreza extrema, sendo vítimas de um governo que os tratava com desprezo em detrimento dos ricos, principalmente os portugueses que viviam na Província do Grão-Pará. Tal fato, segundo os textos do livro didático da coleção *Araribá Mais*, foi um dos motivos responsáveis por levar os cabanos a se rebelarem contra a gente lusa e opulenta, dando início ao movimento.

O manual escolar também oferece uma representação iconográfica dos cabanos bem diferente das recorrentes em outras publicações do gênero. Isso porque na coleção *Araribá Mais* é utilizada a imagem de uma xilogravura que mostra a moradia de uma família cabana à beira do rio Madeira. Eis, portanto, a seguir, o retrato daqueles tempos:

Imagem 8

Cabana no rio Madeira (1862), Xilogravura, de Auguste François Biard



Biblioteca *Brasiliana Guita e José Mindlin* (BBM) da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3787>>. Acesso em: 20 jun. 2022; &_FERNANDES, Ana Claudia (ed.). *Araribá Mais: História* (manual do professor). São Paulo: Moderna, 2018, p. 200.

Ora, ao estudar um fato histórico é importante delimitar um recorte temporal, os antecedentes ou possíveis gatilhos que contribuíram para que ocorresse determinados eventos, bem como o cenário sócio-político nos quais se passaram os acontecimentos. Também é preciso apresentar os atores, as figuras importantes, os partícipes que concorreram para o desenrolar dos processos históricos, além de analisar o desfecho e suas possíveis consequências. Para tanto, faz-se necessário salientar que, para se promover uma historiografia atenta a essas questões,

sendo ela voltada tanto ao saber histórico acadêmico quanto ao escolar, seria incontornável a realização, com muito cuidado, de acordo com muitos pesquisadores, de uma verdadeira e profunda observação dos vestígios. Estes, por sua vez, precisariam corroborar para a produção desses conhecimentos e não apenas se debruçar sobre as diversas narrativas a respeito de algum fato, o que nos convida a ter cautela ao realizar certas afirmações.³⁵

É o que tem feito a mais recente e, sobretudo, respeitável e referenciada historiografia sobre o tema, quando apontam, respectivamente, que 1) as resistências adotadas pelos chamados *despossuídos* incluía desde fugas ou rebeliões, chegando até a negociações e gerando, por vezes, inclusive conformismos, porém demonstrando toda a sua agência dos oprimidos em tentar moldar seus próprios destinos frente aos constrangimentos sociais. Afinal de contas, ao serem “Utilizados como força de trabalho na exploração econômica colonial, esses indivíduos recusaram a situação que lhes foi imposta e passaram a vivê-la como sujeitos de sua história”;³⁶ e 2) as lutas iniciais se resumiam a matar portugueses e maçons, muito embora tenha sido assassinatos pontuais, circunscritos às autoridades da Província, sendo que, quando Malcher propunha e pregava o retorno dos rebelados ao campo e às lides do trabalho, os cabanos entendiam este chamado como uma volta às suas míseras condições sociais. Desse modo, apenas a partir de agosto de 1835 que se expandiu a chacina aos inimigos do movimento na capital, Belém. Assim, pode-se dizer “que houve um aprendizado de luta entre um momento e outro. Minha hipótese é a de que uma parte significativa da experiência de classe entre os cabanos teria surgido em sua relação com os seus líderes, dentro do processo revolucionário”.³⁷

Tudo isso é proposto, obviamente, com ampla pesquisa e enorme base empírica: daí a confiabilidade nos dados. Por isso, quando observarmos os relatos escritos aleatoriamente nos livros didáticos, muitas vezes sem citação de fontes ou evidências consultáveis, acende-se um alerta que deve levar o professor-pesquisador a repensar sua difusão no Ensino de História. Não é exatamente o que se tem visto aqui junto às três coleções de livros didáticos, ainda que seus conteúdos sejam tímidos na exploração da historiografia mais atualizada sobre o assunto.

No presente caso, da coleção *Araribá Mais*, adota-se a mesma técnica do manual escolar precedente, ou seja: reproduz-se de forma resumida, o excelente artigo da história Magda Ricci e vão além. Junto da incorporação e mesmo apropriação dessa referência, há a indicação de

³⁵ Entre os historiadores que recomendam esse *modus operandi*, Cf. BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 41-68.

³⁶ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 71.

³⁷ RICCI, Magda. *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007, p. 13.

outro estudo mais recentes a respeito da temática a partir da chamada *Sugestão para o estudante*, qual sejam: CHIAVENATO, Júlio José. *Curumim cabano*. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Jovens do Mundo Todo), seguido do aviso de que o livro contém toques de ficção, buscando trazer ao primeiro plano o cotidiano dos sujeitos que foram os protagonistas da *rebelião armada* – termos do original – ocorrida na região do atual estado do Pará, a Cabanagem ou, como temos utilizado aqui, o Movimento dos Cabanos. Quando à seção dedicada às explicações históricas dos eventos, pode ser lido o seguinte:

Revoltas esparsas contra o governo central vinham ocorrendo na província do Grão-Pará desde a independência e se agravaram com a abdicação de D. Pedro I. O ponto central da insatisfação dos proprietários de terra e dos comerciantes locais era o controle que os comerciantes portugueses exerciam sobre os altos cargos públicos, incluindo o de presidente da província. Além disso, os habitantes do Grão-Pará viviam em uma situação de pobreza extrema. Dessa forma, a Cabanagem foi uma revolta que reuniu as reivindicações de ascensão política dos grupos ricos e médios locais com as exigências populares por melhores condições de sobrevivência. Logo, ter uma vida melhor era o desejo dos cabanos, população formada por indígenas, negros e mestiços pobres que moravam em cabanas à beira de rios e igarapés. Quando o governo central nomeou um novo presidente para a província, o movimento se exacerbou. No entanto, não havia unidade entre os rebeldes. Após a retomada da capital por tropas legalistas, os rebeldes se refugiaram no interior, onde permaneceram lutando por aproximadamente três anos. Em 1840, as tropas do governo retomaram o controle da província. Estima-se que 30 mil pessoas morreram no conflito.³⁸

Dito isso, encerra-se a presença da Cabanagem no terceiro livro didático aqui considerado. Portanto, em relação aos critérios da escrita historiográfica, faz-se mister salientar, conforme argumentam diversos estudiosos, que o trabalho do historiador é operado na dimensão social, amparado por uma epistemologia de seus tempos que se aprimora no exercício da escrita. Nesse ponto, pensando o Ensino de História, é preciso, tal como numa pesquisa estritamente acadêmica – mas salvaguardadas as direções e audiências para às quais cada qual se destina – realizar análises sobre o que está narrado, como foi composto e que base documental foi utilizada para a compreensão dos fatos transcorridos no passado e representados no presente.³⁹ Esse exercício não se encontra facilmente detectável entre aqueles que assinam manuais escolares, pois depreende um esforço descomunal para firmar a veracidade dos dados e, talvez, esteja aí um dos embaraços, nos dias atuais, para levar à cabo uma tarefa desta monta.

Neste sentido, diante das breves análises deste Capítulo, em relação às três coleções de livros didáticos, é preciso pontuar que seus autores foram muito felizes em, ao menos,

³⁸ FERNANDES, Ana Claudia (ed.). *Araribá Mais: História* (manual do professor). São Paulo: Moderna, 2018, p. 200.

³⁹ Cf. SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 33-46.

referirem-se ao tema da *Cabanagem*, visto que, sendo uma temática mais tomada junto aos contextos regionais, por vezes não se torna relevante esmiuçá-la em determinados locais do país, que devem atentar às suas próprias especificidades ou, dito com outras palavras, destacar àquilo que toca melhor os passados de seus conterrâneos.

Os autores dos manuais escolares, no entanto, poderiam valorizar um pouco mais o cenário da época não só em termos políticos e econômicos, na região do Grão-Pará, trazendo melhores elementos para a compreensão desses importantes fatos históricos ocorridos em parte do território da Amazônia e ecoado em espaços d'além mar ou mesmo por todo o continente.

Contudo, é possível compreender a falta desse exercício ao tratar do tema relativo à revolta dos cabanos. Afinal de contas, por ter sido um grandioso movimento com características populares, encabeçado por pessoas que viviam em condições desumanas, não costuma ser do interesse de grande parte de uma ainda existente aristocracia político-econômica brasileira – que é também a detentora dos meios de produção acadêmicos, editoriais, intelectuais etc. –, uma vez que, desde então, buscou priorizar personalidades opulentas e consideradas influentes, lançando mão, para tanto, dos velhos procedimentos de uma História Política *stricto sensu*.

Por outro lado, como já foi mencionado, cada região conta com um grupo de pesquisadores que, às vezes, preparam manuais escolares exclusivamente tratando dos processos históricos de determinadas localidades. No caso do Estado do Pará há referências publicadas por meio de disciplinas como *Estudos Paraenses* e *Estudos Amazônicos* que, por sua vez, fizeram e fazem parte dos componentes curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental na Rede Estadual de Ensino. Além disso, como se demonstrou, apesar de todos os problemas e vícios narrativos apegados a perspectivas e interpretações arcaicas, houve também momentos de inovação e circularidade entre os saberes acadêmicos e escolares atuais.

Assim, por ora, a presente pesquisa indicou que, dos três livros didáticos analisados, o que mais se aprofundou no tema da *Cabanagem* – ao descrever as péssimas condições de vida como uma das questões centrais para o levante da população, que organizou diversas incursões contra o governo do Grão-Pará, chegando a tomar o poder na Província em 7 de janeiro de 1835, mas que foram derrotados pelas forças imperiais, em 1840 –, foi a coleção *Araribá Mais*.

No capítulo seguinte, esta investigação oferecerá elementos mais robustos quanto à historiografia da *Cabanagem*, que já vinha sendo abordada – das antigas às novas interpretações – com o intuito de apresentar o conjunto de acontecimentos e processos, mas que, agora, deixará um pouco de lado o *saber histórico escolar* para adentrarmos mais enfaticamente no *acadêmico*.

CAPÍTULO 2

PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS SOBRE A CABANAGEM:**Interpretações acerca das causas, dos antecedentes, dos líderes e das consequências**

O movimento cabano pode ser explicado pelas graves contradições sociais presentes na província do Pará. Para indígenas, tapuios, negros forros e homens brancos pobres, a questão da terra foi importante na sua adesão (José Alves de Souza Júnior)

A revolta da *Cabanagem* ocorreu entre 1835 e 1840 no Grão-Pará, situado atual e praticamente na região Norte do Brasil. O movimento teve início quando o poder da Província na Capital, Belém, foi tomado pelos cabanos em meio a uma fervente agitação popular que culminou na execução de autoridades, comerciantes e políticos de origem portuguesa ou maçons. Liderada por camponeses, escravos libertos, quilombolas, indígenas, mestiços, comerciantes brasileiros e outras camadas populares, os sublevados buscaram se opor às políticas econômicas e sociais impostas pelos colonos e pela elite local.

Entre as principais causas da rebelião se incluem os elementos supracitados junto à falta de representação para os grupos da chamada *arraia-miúda* que sofriam, ainda, uma opressão religiosa e racial muito forte. Além disso, a exploração dos recursos naturais da região e a competição por terras também desempenharam um papel importante. Entre os principais líderes dessa rebelião da Amazônia (no âmbito da *Era das Revoluções*) se incluem as figuras de Félix Malcher (1772-1835), Francisco Vinagre (1793-1873) e Eduardo Angelim (1814-1882).¹

As consequências da *Cabanagem* foram significativas para a região amazônica e o país. O Movimento dos Cabanos levou à morte milhares de pessoas e causou grandes prejuízos materiais. A repressão violenta pelas forças governamentais também resultou na opressão e na discriminação dos grupos populares após a revolta. Além disso, a *Cabanagem* também foi vista como um fator decisivo na formação da identidade política e social da região, e tem sido um tema recorrente na historiografia brasileira. É, adicionalmente, considerada a primeira grande rebelião popular que teve importância fundamental para definir a cultura nacional.

Na historiografia, a *Cabanagem* é vista sob diferentes formas, dependendo da perspectiva do historiador. Alguns a interpretam como uma luta dos oprimidos contra a mão

¹ Para acessar alguns dados biográficos acerca de suas trajetórias, ver as notas 7, 8 e 9 do Capítulo 1.

pesada do governo e da elite econômica, enquanto outros a enxergam como uma rebelião violenta e inconsequente, sem um propósito claro. De qualquer forma é considerada um marco essencial na História do Brasil, pois pode ter sido referência para outras revoltas populares e movimentos sociais e políticos posteriores. Com efeito, a historiografia sobre o Movimento dos Cabanos tem sido objeto de muito debate entre os especialistas. Os primeiros relatos a respeito, escritos por membros da elite local, retrataram-na simplesmente como uma revolta bárbara e selvagem liderada por pessoas ignorantes e preguiçosas.

Esses relatos enfatizavam a retórica de alguns historiadores sobre uma suposta inferioridade racial e cultural dos rebeldes e minimizavam as queixas econômicas e políticas que motivaram a rebelião. No entanto, no século XX, uma nova geração de pesquisadores, muitos deles da classe trabalhadora e mestiça, começaram a desafiar esses primeiros relatos. Essas referências argumentaram que a Cabanagem tinha sido uma revolta popular legítima contra a exploração dos chamados donos do poder à época.

Historiadores também destacaram o papel dos afro-brasileiros escravizados e libertos na rebelião e enfatizaram a diversidade cultural e política do movimento. Recentemente, com o surgimento de novas pesquisas, metodologias e perspectivas, a historiografia sobre a Cabanagem se ampliou com outros olhares e percepções, a exemplo do papel dos indígenas, os conflitos internos e a participação de mulheres e crianças na revolta. No geral, a historiografia reflete as mudanças nos cenários acadêmicos nos quais ela foi e continua a ser investigada à medida que diferentes e complementares informações vêm à tona de tempos em tempos.

Atualmente, a historiografia sobre o Movimento dos Cabanos tem se concentrado em compreender a complexidade do conflito e suas raízes sociais, econômicas, políticas e culturais, bem como a forma como as desigualdades raciais, étnicas e de gênero pesaram no desenrolar de acontecimentos e processos. Além disso, também se tem enfatizado enormemente a imensa importância da memória e do legado da Cabanagem para a História do Pará, do Brasil e do Continente americano, propondo a sua inserção, em definitivo, em configurações mais amplas.

2.1. Raízes profundas de passados que abalaram o Grão-Pará

Para a maior parte dos historiadores, a Cabanagem começou no dia 7 de janeiro de 1835 e é conhecida como uma revolta social ocorrida no território do Grão-Pará até 1840, portanto, durante o Período Regencial (1831-1840), tendo emergido, entre várias outras razões, devido à grande insatisfação da população que estava vivendo em extrema pobreza e por um tendencioso favorecimento aos comerciantes e cidadãos de origem portuguesa em detrimento dos nativos

do Brasil. Por causa disso, também teve um desfecho político e juntou ex-escravizados negros, indígenas, mestiços, pequenos agricultores, brancos pobres e donos de comércios brasileiros em torno de um pensamento: tomar o poder da Província do Grão-Pará.

Na literatura que descreve a Cabanagem há diferentes interpretações sobre fatos importantes ocorridos durante a tensão entre cidadãos brasileiros e os dirigentes políticos da Província. O movimento foi causado por diferentes motivos que levaram à explosão de rebeliões e chegaram até a tomada do Palácio do Governo com desdobramentos posteriores.

Para Domingos Antônio Raiol (1830-1912), Barão de Guajará, no texto intitulado *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* – cuja primeira parte foi publicada em 1865 (saída pela Typografia Hamburguesa do Lobão, do Rio de Janeiro) – é, pelo que se tem notícia, o estudo que inaugura a escrita da historiografia do Pará a esse respeito. Nele se documenta parte das memórias do povo paraense e sendo a Cabanagem descrita, exclusivamente, nas últimas laudas desta publicação que se completa em 1890, portanto, em fins do século XIX.

Ao analisar as lutas político-sociais que abalaram profundamente as sociedades da Amazônia, por mais de três décadas, na primeira metade do oitocentos, ele produz um texto que traz uma abordagem responsável por narrar os chamados “motins” mediante uma escrita culta que faz paralelos com eventos ocorridos na Europa, em flagrante tendência de uma produção típica da História Política então dominante. Entre as descrições dos eventos feitas por ele, há uma expressa afeição pelo sistema monárquico de poder em detrimento do republicano, fazendo tal defesa com poucos argumentos, porém, carregada de críticas e menosprezo pelas lutas do povo pobre, desvalido e despossuído que buscava um lugar na atenção das autoridades constituídas junto ao Governo Provincial.

Ao se referir à Cabanagem como “motim”, Raiol qualifica os cabanos como homens violentos, sem remorsos, de classe inferior e iletrados, demonstrando desprezo e discordância com as pautas das lutas dos negros, indígenas, mestiços, brancos pobres, despossuídos etc. ao fazer o seguinte comentário sobre eles: “Homens de ínfima classe social, sem educação nem moralidade, dados em sua maioria à embriaguez e privados de discernimento, deixavam-se arrastar pelos instintos de ferocidades e não estremeciam diante dos maiores atentados!”² O estudo divide a população do Pará envolvida no movimento, basicamente, em dois grupos: povo

² RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 3). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970, p. 898.

e ralé. Mas, para ele, era este último estrato que estava sujeito a ser violento pelos próprios elementos das *camadas ínfimas da sociedade* citados em seus escritos.

Portanto, Domingos Raiol compreende a Cabanagem como motim que, segundo ele, poderia ser chamado de tumulto ou mesmo sedição e ainda revolta, insurreição ou rebelião, pois, em sua perspectiva nada alterará a natureza e os efeitos do movimento. Para Raiol, seja qual for o nome que se dê à Cabanagem, de acordo com o agrado dos ouvidos daqueles que ele denominou como incendiários, invariavelmente os ligará a toda sorte de transgressões então sujeitas à penas e sanções judiciais. Domingos Raiol não fez distinção, nos idos de 1865, da gravidade criminal perante às leis da época, entre uma ou outra revolta, e se mostra intolerante ao fato de classes pobres reivindicarem pretensos direitos e, especialmente, com a manifestação de sua insatisfação, não importa quais sejam os meios que se use para tal.

Em contraponto a Domingues Raiol, Henrique Jorge Hurley (1882-1956), mesmo tendo utilizado as reflexões impressas deste último, como principal fonte para suas pesquisas a respeito da Cabanagem, enaltece a luta dos cabanos pela tomada do poder no Grão-Pará. Seu título que melhor contribui para a historiografia é *Cabanagem*, publicado em 1936 pela Livraria Clássica, de Belém. Ele é considerado uma das principais fontes sobre a revolta dos cabanos enquanto movimento social e político ocorrido no início do século XIX na região da Amazônia.

Nesse estudo, Hurley apresenta uma análise detalhada sobre a *Cabanagem*, desde suas origens até seu fim, discutindo as causas e consequências desse processo histórico. Jorge Hurley argumenta que o Movimento dos Cabanos foi liderado por negros e indígenas que reagiram à opressão e à exploração econômica e política que sofriam. Também destaca sua importância como um conjunto de ações de viés revolucionário que buscou construir uma sociedade mais igualitária e justa. Ele argumenta que os líderes lutavam pela defesa de uma identidade cidadã e patriótica para os habitantes da região, postando-se, hoje, como uma fonte importante para a compreensão da revolta e suas implicações, considerado uma reflexão incontornável na historiografia sobre o tema, pois enfatiza a importância da luta por cidadania.

Nesta direção, apresenta, para a compreensão da Cabanagem, a saga de um povo. Isso porque ele argumenta se tratar do resultado de uma longa fustigação estrangeira de ataques violentos à população nativa da Amazônia, o que gerou ódio ao branco e levou à reação em massa, com sentimento de patriotismo no afã de se libertar e da conquista de um estado republicano, longe da opressão imperial.³

³ Cf. HURLEY, Henrique Jorge. *A cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936, p. 46-97. Disponível em <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

Ao esmiuçar as posições de Raiol e se fundamentar em documentos da Biblioteca e do Arquivo Públicos de Belém por conter, em sua perspectiva, fontes inestimáveis para se entender os meandros dos acordos das autoridades que formavam as “Juntas Governativas” do Grão-Pará, Hurley apresenta uma infinidade de documentos com informações de toda natureza acerca do que ocorria na região entre os anos de 1800 a 1840. Para compreender o que ocorria à época no tocante às tensões em torno da Cabanagem, ele conseguiu reunir um compilado de fontes que contribuíram para dar mais fidedignidade – segundo os critérios daquele momento – e informações à sua pesquisa, tais como: decretos, ofícios, memorandos, decisões parlamentares, papéis da Regência, publicações de jornais e folhetins, documentos oficiais da Presidência da Província do Grão-Pará entre outros materiais de suma importância.

Esse conjunto documental foi por ele reunido e é, hoje, considerado fundamental para sintetizar sua avaliação sobre quem eram os cabanos e como foram tratados pelas autoridades. Não obstante, trata-se de registros decisivos para conhecer melhor as condições em que viviam essas pessoas pobres, privadas de quaisquer assistências governamentais.

Henrique Jorge Hurley descreve, assim, a situação política e econômica do Grão-Pará, bem como as condições de vida dos cabanos em detalhes em outra publicação de sua lavra, a saber: *Traços cabanos: 13 de maio (1836-1936)*, publicada no mesmo anos de 1936, pelas Oficinas Gráficas Lauro Sodré, de Belém. O impresso surgiu sob os auspícios da Biblioteca e do então Arquivo Público do Pará, quando das comemorações acerca da ocupação da capital, no século XIX, pelas forças legais do general Francisco José de Sousa Soares de Andréa (1781-1858), Barão de Caçapava, nascido português, devido à passagem, no ano anterior (1935), do Centenário do Movimento dos Cabanos.⁴

Uma das hipóteses para o levante popular da Cabanagem e a enorme cólera furiosa que foi se acumulando contra os governantes de origem portuguesa é o episódio nefasto do massacre do brigue Palhaço, ocorrido cerca de uma década antes, nos idos de 19-20 de outubro de 1823. É Hurley quem melhor descreve, porque o faz em detalhes, esse acontecimento que chocou a população à época. Conhecido como a *Hecatombe do Palhaço* e já tendo sido descrito por Raiol, o episódio foi visto como por pura maldade, quando o mercenário inglês John Pascoe Grenffel (1800-1869), após encarcerar um grupo de 256 homens, sendo a maioria de militares de baixa patente que foram presos por supostamente se amotinarem devido à falta de pagamento de soldo. Foi aí que teriam sido chacinados, amontoados em um compartimento do brigue, sofrendo calor sufocante, sem comida ou bebida, sendo que ainda banhados por cal e, enquanto

⁴ Cf. HURLEY, Henrique Jorge. *Traços cabanos: 13 de maio (1836-1936)*. Belém: Oficinas Gráficas Lauro Sodré, 1936.

se debatiam, vez ou outra sofriam rajadas por armas de fogo. Contudo, para piorar a situação, os soldados despejavam água salgada suja no porão do navio Palhaço que estava ancorado na Baía do Guajará e que, na ocasião, reunia, portanto, os presos transferidos da cadeia pública.⁵

Os relatos são horríveis e muitos já o mobilizaram.⁶ Em um determinado momento o desespero era tão grande que os prisioneiros tiraram suas roupas, tentando diminuir o calor extremo e a falta de ar, enquanto outros iam caindo desfalecidos. “Por espaço de duas horas ainda se ouviu um rumor surdo e agonizante, que se foi extinguindo aos poucos, e às três horas de encerramento completo, que foi ao escurecer, reinou no porão o silêncio dos túmulos”.⁷

No total, a bordo do brigue Palhaço morreram em condições desumanas 252 homens, tendo, por muita sorte, um total de 4 sobreviventes. A barbárie causou grande comoção e uma onda de indignação teria tomado toda a Província. Tal episódio teria se dado em um período no qual o Cônego João Batista Gonçalves Campos (1782-1834) liderava um grupo de revoltosos autodenominados “patriotas”,⁸ que lutavam pela criação de um governo popular e que chegou a formar uma Junta governativa que acabou sendo destituída por D. Pedro I (1798-1834), o que levou a grande convulsão na cidade de Belém a partir de meados de 1823.

O fato, é que, liderada pelo inglês John Pascoe Grenfell, vinculado, como oficial, à Real Marinha Britânica, mas à serviço do Império do Brasil, foi negociada com os comerciantes de origem brasileira a adesão do Pará à Independência do Brasil, a qual ocorreu no dia 15 de agosto de 1823, sendo posteriormente contidos e presos muitos revoltosos, inclusive soldados que estavam amotinados e, ainda, o Cônego Batista Campos, líder dos ditos *patriotas* que chegou a ser amarrado na boca de um canhão para ser morto por ordem do próprio Grenfell, mas que acabou solto por intercessão de integrantes da Junta Governativa Provisória, o que, de certa forma, acalmou um pouco os ânimos naqueles dias.⁹

⁵ HURLEY, Henrique Jorge. *A cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936, p. 46-97 e 115-118. Disponível em <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

⁶ Cf., entre outros, RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 5). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970.

⁷ HURLEY, Henrique Jorge. *A cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936, p. 117. Disponível em <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

⁸ Nesse caso, tratava-se exatamente de um grupo de cabanos, seguidores do Cônego Batista Campos, com ideias revolucionárias mais radicalizadas.

⁹ No Grão-Pará as “Juntas Governativas” iniciaram em 1º de janeiro de 1821 sendo que em 1823 sua composição constava dos seguintes nomes: Geraldo José de Abreu (presidente), José Ribeiro Guimarães (secretário), Antônio Corrêa de Lacerda, Félix Clemente Malcher, João Henriques de Matos e João Batista Gonçalves Campos. Esta composição foi eleita em 18 de agosto de 1823, atuando até o dia 2 de maio de 1824, sendo a última Junta da Província, sendo sucedido pela liderança de José Araújo Rozo. Cf. HURLEY, Henrique Jorge. *A cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936, p. 13-46. Disponível em <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

Ora, tudo isso corresponde à uma discussão sobre o significado da liberdade para um povo e dos direitos de se sentir livre e ter a nacionalidade garantida. A cabanagem pode ter sido iniciada também pelo desejo de uma população ser reconhecida como brasileiros e, dessa maneira, receber um tratamento digno, como cidadãos, especialmente destacado por homens letrados daqueles tempos, como foi o caso de Felipe Patroni (1798-1866). Patroni, em meados de 1820, era um jovem idealista da Independência, político que estudou direito em Portugal e teria sido um dos fundadores da imprensa na região, ao editar o jornal intitulado *O Paraense*, que foi um importante instrumento difusor das ideias ditas revolucionárias.¹⁰

Já o Cônego Batista Campos foi um sacerdote brasileiro, político e intelectual, que liderou a bandeira de cabanos cristãos. Eloquentorador, o religioso era respeitado tanto na capital quanto no interior. Tinha igualmente conhecimento das leis, ideais libertários e cobrava maior participação popular junto aos representantes brasileiros. Ambos lutaram pela melhoria das condições de vida dos cabanos e eram vistos como defensores desses direitos que beneficiavam, sobretudo, trabalhadores rurais e indígenas oprimidos.¹¹

Além de mentores ideológicos e intelectuais, Patroni e Batista Campos também foram essenciais para organizar ações militares estratégicas contra autoridades e fazendeiros. Suas bandeiras, porém, foram derrotadas e recolhidas pelas forças governamentais em que diversos líderes caindo em desgraça, posto que capturados e até mesmo executados. No caso dos dois personagens citados aqui, eles foram processados.

Patroni foi inicialmente degredado para Portugal. Batista Campos foi preso e solto em seguida, porém, foi perseguido novamente, tendo que fugir para o interior, onde faleceu em 31 de dezembro de 1834, antes da tomada do poder pelos cabanos. Sobre esta mesma questão, Hurley destacou a bravura e o patriotismo deles, bem como o sentimento nativista com que

¹⁰ *O Paraense* foi o “Primeiro jornal a ser produzido e impresso na província do Grão-Pará, atual Estado do Pará, e pioneiro da imprensa no Norte do Brasil, [...] lançado em 22 de maio de 1822 pelo advogado e político Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Viabilizado pela tipografia que seu editor trouxera de Portugal ao retornar de sua graduação em Leis e Cânones na Universidade de Coimbra, o periódico foi impresso sob a influência que a Revolução Liberal do Porto e a instituição da Lei de Liberdade de Imprensa em Portugal, em 4 de julho de 1821, tiveram no estabelecimento da convicção político-intelectual de Patroni. Assim, sua linha era estritamente liberal, defensora da ordem constitucional e, num segundo momento, da autonomia brasileira frente ao domínio lusitano. No fim, após circular irregularmente – saía uma ou duas vezes por semana – no turbulento contexto que levou à Independência do Brasil, a folha pioneira acabou sofrendo com a repressão do poder local em diversas ocasiões: foi editada somente até sua 70ª edição, que, quando publicada, provocou a ira de autoridades militares locais, pró-domínio português, resultando em seu empastelamento em fevereiro de 1823”. BRASIL, Bruno. *O Paraense*. Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paraense/>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

¹¹ Cf. RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 1). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970.

desempenharam papel de lideranças em prol de um governo formado por cidadãos do Grão-Pará aclamados pelo próprio povo.¹²

Com efeito, por tudo o que se viu até aqui e, para uma melhor compreensão da Cabanagem como uma revolta social com desfechos políticos, é imprescindível revisitar os desdobramentos, mas também seus precedentes, como o cenário de implementação das Reformas Pombalinas. Tais políticas não estão no centro dos debates da presente dissertação, mas correspondem a circunstâncias relativas a um conjunto de medidas viabilizadas por Marquês de Pombal (1750-1777) que, em tese, buscavam modernizar e desenvolver Portugal e suas colônias, sobretudo com os olhos voltados para o Brasil.

Dentre elas, destacaram-se: a extinção do poder dos missionários sobre os indígenas; a formação de novas capitanias, tanto para fortalecer as fronteiras dessa grande região contra os ataques estrangeiros, quanto para facilitar a arrecadação de impostos; a criação de uma Companhia que integraria o comércio entre o Grão-Pará e o Maranhão que, na prática, forçou a intensificação do trabalho escravo; entre outros aspectos.

A propósito dessa parcela da região amazônica, as Reformas tinham o objetivo de desenvolver melhor a produção agrícola, o comércio externo e a administração desse território. Isso incluiu o aumento do número de escravizados e o incentivo ao cultivo de itens como o açúcar e o algodão, situação que redundou na concentração de poder nas mãos dos proprietários rurais e comerciantes de origem portuguesa. A adoção de tais medidas acabou desagradando e muito a população do Grão-Pará, principalmente porque os mais pobres continuaram sendo marginalizados cada vez mais, produzindo tensões permanentes nessas épocas.

Falando especificamente sobre uma temporalidade mais próxima ao ano de 1835, entre as principais causas que levaram ao início da Cabanagem é possível citar os seguintes motivos: 1) *discriminação racial*, pois os cabanos, que eram grupos compostos principalmente por indígenas, negros e mestiços, sofriam com a opressão por parte dos colonos da elite local.; 2) *exploração econômica*, uma vez que estes mesmos donos do poder controlavam a produção de borracha e outros recursos naturais da região; 3) *conflito social*, já que a sociedade estava dividida basicamente entre esses dois grupos majoritários (os despossuídos e os proprietários de terras); 4) *falta de representatividade política*, pois os envolvidos na Cabanagem para contestar o *status quo* sentiam-se excluídos das tomadas de decisões; & 5) *descontentamento com a administração imperial*, afinal de contas, os cabanos estavam insatisfeitos com o governo não atendia às suas necessidades e tampouco os protegia.

¹² Cf. HURLEY, Henrique Jorge. *A cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936, p. 10-40. Disponível em <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>. Acesso em: 15 abr. 2022.

Ora, por essas razões que alguns estudiosos enaltecem certa euforia patriótica nativista, pois se tais identidades fossem asseguradas haveria garantiria direitos. Um deles é Ernesto Cruz, que observa a ânsia dos cabanos pela tomada do poder como oriunda, especificamente, do despotismo presente no governo Bernardo Lobo de Sousa (1833-1835). Cruz analisa a Cabanagem do ponto de vista dos próprios cabanos, descrevendo-os como vítimas perpétuas de uma série de atrocidades e injustiças, que acabou levando ao sentimento coletivo e de um certo sentimento de *ódio aos brancos* daquela sociedade pretérita.¹³

Essas são, em síntese, as interpretações que, sendo mais antigas e, talvez por esse motivo, circularam por uma extensão maior de tempo e, com isso, acabaram ganharam as disputas intelectuais responsáveis por fazê-las parar nas narrativas das páginas dos livros didáticos. Isso porque, embora não apareçam, necessariamente, de forma explícita, elas são, via de regra, as perspectivas da História Política que se perpetuam, excluídos, é claro, os tons preconceituosos que as acompanham, mas irmanando-se de maneira harmoniosa com a tradição dos manuais escolares que assumem essas perspectivas explicativas quase invariavelmente.

2.2. A chama inflamada e as marcas indelévels na escrita da História

O movimento é descrito em detalhes por Caio Prado Júnior, em 1945. Segundo este historiador, o Movimento dos Cabanos foi o resultado de uma série de fatores que culminaram em uma revolta popular. Entre tais circunstâncias, ele destaca a situação de pobreza e a exclusão social vivida pela população local, formada em sua maioria por negros, indígenas e mestiços.

A Província do Grão-Pará igualmente sofria, de acordo com suas análises, com a exploração comercial por parte de Portugal, que mantinha um monopólio sobre as exportações de produtos da região. Segundo Prado Júnior, tratou-se de um marco na História do Brasil, pois representou um dos primeiros movimentos populares a lutar contra o sistema exploratório e excludente, além de ter servido como inspiração para outros levantes, a exemplo dos seguintes movimentos: a chamada Revolução Farroupilha, que inicia em setembro (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Balaiada (1838-1841), no Maranhão. Caio Prado apresenta uma análise crítica na qual aponta as desigualdades sociais e econômicas que levaram ao surgimento do movimento cabano e que ainda persistem no país.¹⁴

¹³ Cf. CRUZ, Ernesto. *Nos bastidores da Cabanagem*. Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942. Disponível em: <<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/nos-bastidores-da-cabanagem/>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

¹⁴ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1945].

Nos anos 1960, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis, por seu turno, destaca que, desde meados de 1700, a Região de Cayena, mesmo sendo alvo de muitas disputas por sua posse, foi um entreposto importantíssimo para toda a Amazônia, sendo uma região de intensa miscigenação de nacionalidades e destino frequente de degredados, principalmente da França.

Os cabanos tiveram contatos com diversos ideais revolucionários em Cayena e, portanto, podem ter recebido orientação para organização política e militar para resistir aos embates que se sucederam entre os anos da Cabanagem. Antes disso, muitos soldados com ideais republicanos já haviam recebido intenso treinamento com táticas de guerrilha. Ora, a Amazônia sempre foi alvo da cobiça devido às suas riquezas naturais e potencial econômico.¹⁵ Nessa interpretação são movimentos externos que pressionam a quadra doméstica.

Mais tarde, em outra chave de leitura, na década seguinte, mas já em diálogo com o viés caiopradiano que se perpetuou, Ferreira Reis chega a reconhecer que a Cabanagem teve sua origem na luta de classes, não se envereda por uma interpretação marxista. O historiador narra os fatos antecedentes à tomada do poder de Belém, pelos cabanos, com um olhar minucioso acerca dos acontecimentos que se sucederam a partir da madrugada do dia 7 do mês de janeiro do ano de 1835, quando “ecloidiu o movimento. Apoderando-se do quartel de caçadores e de artilharia os amotinados mataram os oficiais que resistiram ou recusaram acompanhá-los. Cercado o Palácio do Governo, foi assassinado o comandante das armas Silva Santiago”.¹⁶

Ainda segundo Reis, essa revolta foi caracterizada por uma violência intensa e pela destruição de símbolos de poder, como propriedades ligadas ao Império. Igualmente destaca que a Cabanagem representou uma tentativa de construir uma nova ordem política e social, com a tentativa de estabelecer formas alternativas de governo, mediante a participação de líderes populares e a criação de instituições próprias. No entanto, argumenta que a falta de unidade e de uma liderança coesa entre os rebeldes, bem como a forte repressão das forças governamentais, resultaram na derrota do movimento.

Quanto ao período pós-queda dos governos cabanos, enfatiza que as resistências continuaram na região do Grão-Pará até o ano de 1840. Para Arthur Cezar Ferreira Reis, os grupos remanescentes dos cabanos e outros rebeldes ainda lutavam contra o governo imperial e buscavam manter vivas as ideias e demandas que impulsionaram a revolta. De acordo com o historiador, mesmo tentando se manter em posição de resistência, em determinado momento os

¹⁵ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960, p. 15-35.

¹⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II, “O Brasil Monárquico”, v. 4, Dispersão e Unidade). São Paulo: Difel, 1972, p. 113.

cabanos tiveram que empreender fuga. Assim, a ocupação de Belém não encerrava o drama da Cabanagem, que, uma vez tendo os rebeldes escapado naquele primeiro momento da vitória das forças legais, prosseguiriam suas lutas nas guerrilhas, nas quais eles teriam se revelado, nos termos de Reis, verdadeiros mestres, tendo a rede hidrográfica e a floresta como aliados.

Após a retomada de Belém, nos relatos de Reis, Eduardo Angelin e milhares de revoltosos fugiram para a região do Acará conseguindo firmar resistência contra as tropas do Império. Porém tendo de realizar todo tipo de atentados, invasões, saques – em fazendas e povoados ao longo do caminho que passavam – e, após navegarem pela grande bacia hidrográfica e pela densa floresta, vivenciaram uma violência descomunal por parte das tropas Imperiais, pois “Falava-se em projeto de constituir-se uma República independente no Alto Amazonas, ideia que teria sido levantada pelo vigário de Óbidos e líder da reação legal ali, Padre Antônio Manuel Sanchez de Brito”.¹⁷

Este último trabalho sublinha que, em resposta à notícia de anistia ampla, os cabanos vencidos em outras partes da Província também depuseram suas armas. Isso sugere que a oferta enfraqueceu a resistência cabana, levando a uma série de rendições e entregas de rebeldes em diferentes localidades. Indica também que, à medida que a revolta se aproximava do fim, muitos perceberam que a resistência era insustentável e optaram por se render, encerrando assim sua participação na luta armada contra o governo imperial.

Contudo, apesar desses outros investimentos de pesquisa e leituras do tempo, o fato é que, são as interpretações caiopradianas que se hegemonizam por um tempo na historiografia brasileira, quando se vence igualmente as perspectivas memorialísticas e as avaliações de primeira hora do movimento, calcadas em razões tão somente políticas, muitas vezes marcadas por preconceitos. Inaugura-se, assim, com Caio Prado Júnior, em meados do século XX, mais de cem anos após seus eventos, uma leitura marxista e, portanto, econômica sobre esses passados. Tal visão perduraria, décadas a fio, chegando quase ao término do segundo milênio.

Nessa toada, algumas interpretações começaram a apontar com maior destaque não só que os revoltosos conseguiram tomar o controle da capital, Belém, por cerca de um ano, mas que, durante esse tempo tentaram iniciar diversas reformas sociais e políticas, tais como: a abolição da escravidão e a criação de uma governança popular. Porém, a resistência do governo deposto e o apoio de outras províncias do Império acabaram por enfraquecer o movimento

¹⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II, “O Brasil Monárquico”, v. 4, Dispersão e Unidade). São Paulo: Difel, 1972, p. 121.

cabano. Em 1840, as forças do poder central, sediado no Rio de Janeiro, a Corte, conseguiram retomar o controle da região pondo fim à revolta.

Na direção supracitada há o trabalho do sociólogo Pasquale Di Paolo analisa, nos anos 1990, a Cabanagem como a maior revolução popular da Amazônia no período Regencial, marcada pelos ideais de luta por independência política e social. No entanto, não enxerga o movimento como um fato isolado, mas conectado a processos que vinham em curso desde 1820, com destaque para a atuação intelectual e revolucionária de Felipe Patroni e Cônego Batista Campos, antes citados. Isso porque eles atacavam o governo regencial e provincial na imprensa, favoráveis à independência do Grão-Pará em relação ao Brasil e disseminavam ideias republicanas e libertárias. Por isso Di Paolo avalia acontecimentos como a *Adesão* e a implantação do chamado período do *Terror* (1822-1824) para justificar essa temporalidade mais recuada, seguindo os ciclos de presidentes nomeados pela Regência, que foram de 1824 a 1834, marcados pelo despotismo na forma de governar.¹⁸

Convém sublinhar também a referência do historiador Vicente Salles, igualmente publicada nos anos 1990, que descreve a Cabanagem como uma rebelião popular liderada por escravos, pessoas de origem africana, mestiços e indígenas, em síntese: os pobres contra as elites políticas e econômicas. Ele apresenta o Movimento dos Cabanos como uma manifestação de descontentamento e insatisfação com as condições precárias e desrespeitosas da época que se somavam à falta de representatividade política e à corrupção generalizada, motivo pelo qual debate as ideologias que marcaram a Cabanagem junto à busca por cidadania e, segundo suas palavras, apresenta a “história do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará”.¹⁹

Seja como for, muito já se discutiu sobre a chamada *formação nacional* e seus traumas, bem como a distância entre o sentimento de pertencimento e a emergência de certa identidade brasileira. Ao estudo, hoje considerado clássico, da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, sobre a interiorização da Metrópole e que separou as lutas nativistas da construção da nação, publicado nos anos 1970, seguiram-se outras pesquisas que, atualmente, enfatizam outras questões. Estas, a exemplo das análises dos historiadores István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta, que, a partir dos anos 2000, passaram a compreender que as agitações pró revolucionárias do período Regencial se deram em um ambiente marcado por incertezas, quanto aos rumos do Império e sua integridade territorial e política.²⁰

¹⁸ Cf. DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1990.

¹⁹ SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: SEJUP, 1992, p. 6 & 36.

²⁰ JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: SENAC, 2000.

Ora, nada como datas comemorativas para se alterar as formas de ler a História e, assim, também as historiografias. Vivíamos os chamados 500 anos do descobrimento do Brasil e novas leituras e interpretações sobre o país acabaram, inevitavelmente, surgindo.

Mas o fato é que, no caso da formação da identidade nacional, nada estava dado e as violências pululavam em todos os cantos. Este ódio possuía incontáveis motivações e se expressavam em diversos momentos. Na Corte, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro, a historiadora Gladys Sabina Ribeiro frisa, ao menos desde 2002, que isso gerou conflitos enormes já na década de 1820 e se alastrou Império afora no cenário independentista.²¹

No mesmo ano de 2002, o antropólogo David Cleary teve publicado um estudo que se debruçou sobre a Cabanagem, no qual também atentou aos aspectos deste conflito registrado no oitocentos como um movimento com forte ligação com questões vinculadas ao “patriotismo” e ao “antilusitanismo”, sem falar nas suspeitas de que o governo imperial queria entregar a Amazônia aos ingleses. Por isso, Cleary avançou sobre a importância do cenário e da geopolítica internacional, bem como das chamadas influências externas na revolta, argumentando que o movimento foi tocado pelas lutas de independências e emancipações que ecoavam na América Latina e no Caribe desde o princípio do século XIX.

Daí porque, nesta última pesquisa, o destaque recair sobre a descoberta de um plano do então Regente do Império do Brasil, Diogo Antônio Feijó (1784-1843), para que as autoridades de Portugal, França e Inglaterra organizassem uma intervenção militar conjunta na qual estaria entregando a Província do Grão-Pará nas mãos, sobretudo, desses últimos, como já foi dito, para que os cabanos fossem combatidos por tropas estrangeiras, conforme registros das correspondências oficiais nos quais constam tal pedido.

A ação, por óbvio, deveria ser feita no mais absoluto sigilo, para que as forças em coalisão conseguissem cercar Belém e massacrassem os revoltosos que, por sinal, foram chamados por Diogo Feijó de verdadeiros *selvagens*. A intervenção militar, no entanto, não ocorreu como desejado, pois impediram-na razões diplomáticas, políticas e econômicas.²²

Diante da descoberta dessa conduta inédita para um governante, como o intento de Feijó de entregar parte do Império do Brasil e de seu povo ao extermínio, considera-se tarefa urgente para os historiadores revisitarem a historiografia do século XIX, inclusive visitando os arquivos do Itamarati, pois, se nos acervos da Inglaterra existem papéis desta monta importantíssimos da

²¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

²² Cf. CLEARY, David. *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém: SECULT, 2002, p. 15-18 & 75-99.

época, certamente junto à diplomacia brasileira pode ainda repousar muitas peças documentais que ajudam a melhor compreender a Cabanagem em diferentes perspectivas.

Se avançarmos nessa última direção, tomando a dianteira os professores-pesquisadores que tem desenvolvido o ofício quase que exclusivamente em salas de aula, certamente o Ensino de História dessa temática ganhará muito em termos interpretativos e didáticos. Somado a isso, o antropólogo revelou o tratamento e a representação do cabano, à época, pois este sofreu certo grau de preconceito por parte alguns historiadores, mas que os *documentos ingleses* colocam-se como uma nova oportunidade de revisitar o tema, considerando o fato segundo o qual tais papéis carregam em seu bojo um cem número de anotações que mostram a atuação de autoridades e aristocratas influentes diante do dilema de conviver em um país estrangeiro, paradoxalmente sendo mais importantes que os nacionais, *marginalizados em sua própria terra*, sem cidadania, por mínima que fosse no oitocentos.

Sabe-se que essa procura por reconhecimento e integração, em particular nos anos subsequentes da Independência, foram marcados por várias cerimônias cujo intuito consistiu em homologar a autoridade do Imperador. Até porque, se existiam muitas desconfianças quando a D. Pedro I, que era português, o mesmo não valia para seu filho, o menino D. Pedro II, que nasceu no Brasil, adoração esta, aliás, quase confundida com a de alguns santos e santas católicos, tendo o mesmo peso popular, de acordo com a historiadora Magda Ricci, em análise do começo do presente século, em estudo publicado em 2003.

Isso do ponto de vista simbólico, cultural. Quanto à abrangência do Movimento dos Cabanos, nas palavras de Ricci, “espalhou-se rapidamente pelo que hoje se conhece pelos Estados do Pará, Amazonas e arredores, ganhando ares revolucionários internacionais com o assassinato de autoridades diplomáticas e a possibilidade de invasão de territórios circunvizinhos, como as Guianas e o Caribe”.²³

Por se tratar de uma referência que já ganhou – para benefício do Ensino de História – as páginas de livros didáticos, como se viu, convém mencionar outros trabalhos de Magda Ricci. Em estudo analítico, mas também de balanço historiográfico, demonstra de que forma a temática da Cabanagem tem sido interpretada ao longo dos anos, apontando que, muitas vezes, sua importância foi retirada, sendo tratada majoritariamente como apenas *mais um movimento regional*, isolado, excluído da História nacional e sem a repercussão necessária para atrair olhares do poder público e de pesquisadores para a região.

²³ RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840). In: PRIORI, Mary del; GOMES, Flávio (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 180.

Em suas análises está abrangido um amplo território no qual o Movimento dos Cabanos se desenvolveu como a resistência e realiza um diálogo com as diversas produções historiográficas, desde o período do Império brasileiro, destacando a ressignificação desta ação de negros, indígenas, mestiços e brancos pobres. Ricci sustenta que a Cabanagem teve um viés revolucionário, pelos desdobramentos internacionais, que buscou a construção de uma identidade cidadã e patriótica para os habitantes da região.

Neste mesmo artigo de 2007 publicado na prestigiada revista *Tempo*, da Universidade Federal Fluminense (UFF), ela mostra como eles, os cabanos, apropriaram-se das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade para construir uma nova identidade política. Desta forma, suas pesquisas são contribuições importantes para a compreensão da Cabanagem e suas implicações sociais para a região Norte do Brasil durante o Período Regencial. Magda Ricci aponta que, na década de 1980, esse passado foi reabilita e ganhou ares ainda mais populares, em ruas e praças, sendo que o primeiro governador eleito pós-ditadura, Jader Barbalho, via-se como um novo líder cabano, levando-a a criar memoriais e concursos monográficos pelo Sesquicentenário da Cabanagem, financiar pesquisas na área.²⁴

Tendo sido exitosa, a estratégia política foi reutilizada, agora pela esquerda, pois nos anos 1990 a prefeitura de Belém foi governada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), quando seu prefeito, Edmilson Rodrigues, passou a afirmar que seu mandato correspondia a uma espécie de nova tomada da capital, postando-se enquanto sucessor legítimo de Eduardo Angelim, liderança cabana, lançando mão dos mesmos estratagemas pela cidade.²⁵

Símbolo, até hoje, de movimentos sociais, legendas partidárias, militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sindicalistas da região, tal conglomerado representa e salvaguarda sua memória. Contrastando com esse período de redemocratização, durante o regime Civil-Militar “o povo da Amazônia se tornou quase invisível fora da região Norte. Em meio a um processo estatístico de medição da densidade populacional e de comparações do desenvolvimento regional, a Amazônia transformou-se em uma terra sem homens”,²⁶ cabendo, portanto, à Ditadura integra-la ao país e o fez por meio de uma visão desenvolvimentistas com os chamados projetos faraônicos de colonização e

²⁴ Cf. RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007.

²⁵ BARBOSA, Mário Medice. Sete de Janeiro da Cabanagem: as efemérides cabanas e as dissonâncias sociais em Belém (1985-2002). In: PINTO, Roseane; NEVES, Fernando Arthur (orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2005.

²⁶ RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007, p. 29-30.

mineração, que tem explorado todos os recursos naturais possíveis, sem falar nas construções de hidrelétricas na região, como foi o caso de Tucuruí, que se arrastou anos a fio.

Seja como for, quando dos festejos dos 150 anos da Cabanagem, faz-se necessário frisar que ali emergiram várias interpretações fomentadas pelo governo do estado do Pará, tal como do historiador Carlos Rocque, que buscou compreender o “sentido da cabanagem” (ecos caiopradianos dos *sentidos da colonização?*), que, em suas palavras, estavam ancorados em lutas contra o despotismo, promovendo, assim, uma visão revolucionária vista de “baixo para cima”. Para Rocque, tratava-se da “primeira vez, ao longo da História Nacional – fato esse que jamais se repetiu –, o povo assumia o poder graças a um movimento armado”.²⁷

Tais embates no entorno de questões memoriais já se faziam sentir desde as primeiras interpretações, conforme aponta Magda Ricci em outro trabalho, afirmando que, nos anos que se sucederam aos eventos, estes foram logo interpretados como uma mancha no passado amazônico, extremamente ruim, porque havia trazido incontáveis mazelas para os paraenses.²⁸

Vencidas essas perspectivas se se estenderam até fins do século XX e mais de uma década após o estudo já referencial de Ricci, publicado em revista da UFF no ano de 2007, como se disse, é desta mesma Instituição de Ensino Superior (IES) que vem a referência da próxima historiadora aqui considerada: María Verónica Secreto.

Secreto não é pesquisadora da temática, porém, diante da abertura de perspectivas territorial e temporalmente das últimas décadas, alargando as conexões d’além-mar e no próprio continente, pode-se apontar o clima dos processos independentistas das Américas como fatores convergentes para a ebulição da Cabanagem. Isso porque, tal como no caso em apreço, do Movimento dos Cabanos, por muitos anos, face à hipótese de que a busca pela desagregação da Metrópole Espanhola tinha sido obra exclusiva da uma elite *criolla* pouco homogênea e que se espalhava por toda a porção hispânica continental, “a participação de negros, mulatos, índios e mestiços foi vista a partir da ideia de recrutamento forçado, e não em termos de adesão desses grupos ao projeto político-social em disputa”.²⁹

Nesta mesma publicação coletiva em que Secreto assina um artigo, impresso em 2018, há igualmente uma reflexão da historiadora Maria Clara Sales Carneiro Sampaio. Em perspectiva semelhante, Sampaio destaca a “importância simbólica da fundação do Haiti [que] evidencia, pois, para as sociedades escravistas do mundo atlântico, uma experiência de sucesso

²⁷ ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: a epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984, p. 9.

²⁸ RICCI, Magda. As batalhas da memória ou a cabanagem para além da guerra. In: RICCI, Magda; SARGES, Maria de Nazaré (orgs.). *Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura*. Belém: Editora Açaí, 2013.

²⁹ SECRETO, María Verónica. Fronteiras da escravidão. In: SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 249.

de insurreição escrava”.³⁰ Seus abalos se fazem sentir por todo o continente, em outras colônias francesas no Caribe, bem como no Império do Brasil, Grão-Pará na dianteira.

Também em 2018, o antropólogo Mark Harris oferece uma visão mais voltada para salientar o viés da resistência contra o racismo e a opressão étnica como norteadores daquelas ações. Harris analisa os acontecimentos que ocorrem, sobretudo, na região do Baixo Amazonas, com destaque para o território de Icuipiranga, que teria sido um lugar estratégico para onde muitos dos rebeldes fugiram após a retomada da capital, Belém, pelas tropas imperiais. Ali teria sido possível montar um grande acampamento com a ajuda moradores locais que se organizam de tal forma que o esforço foi visto como “o maior e mais bem-sucedido baluarte rebelde no interior, durante a Cabanagem”, chegando a reunir mais de 100 mil rebeldes. Porém, em 1837 o acampamento foi destruído por ações militares, mesmo depois de grande resistência dos cabanos, que sofriam toda sorte de preconceitos.³¹

Para a historiadora Denise Simões Rodrigues, estava-se diante de um “incontrolável desejo de liberdade [que] assusta a elite, que se descobre indefesa na imensidão das distâncias amazônicas, prisioneira de seus haveres acumulados, ao mesmo tempo e na mesma dimensão do ódio dos que se rebelam contra seu domínio”,³² econômico, político, biológico.

Ora, o fato é que a perspectiva racial só cresceu a propósito das Américas. O historiador Bruno Silva, por exemplo, defende, em livro de 2020, que o racismo nasceu no continente, ainda no período moderno, antecipando, portanto, interpretações que sinalizam a existência dos preconceitos de raça como eminentemente ligados ao século XIX. Tratava-se, em realidade, de uma categoria científica e política mobilizada discursivamente pelos impérios e nações oitocentistas, por certo, mas que nascera na América de centúrias anteriores, com intenções diametralmente opostas. Isso porque, segundo o estudo de Silva, ao invés de se referir ao aspecto da imutabilidade dos corpos ou mesmo à origem biológica da cultura, tais narrativas, mormente europeias sobre as raças no século XVII, acabaram por promover um olhar acerca da suposta diferença americana em relação às gentes do Velho Mundo. Em especial considerando a rápida mutabilidade pelas quais seus corpos foram submetidos, em climas degenerados e mediante a miscigenação, biológica e cultural, adversas.

³⁰ SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. Emancipação nas Américas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 211.

³¹ HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2018, p. 274.

³² RODRIGUES, Denise Simões. *Revolução cabana e construção da identidade amazônica*. Belém: Eduepa, 2019, p. 56.

“Os viajantes e filósofos do século XVII degeneraram o homem americano; os letrados da centúria seguinte se encarregaram de teorizar sobre a degeneração”.³³ Assim, pode-se asseverar aqui que as elites viam os cabanos como degenerados e, portanto, poderiam ser explorados, considerados de segunda classe, ignorados.

Falta-lhes, portanto, investimentos de cunho biográfico que visem observar até que ponto a condição racial a eles imputadas os impediam de ascender socialmente ou obter respeitabilidade e ares de cidadania. Tais propostas já correm, por exemplo, à farta, no caso de intelectuais e nomes da elite, que, no entanto, vinculam-se ao Movimento dos Cabanos, tamanho o seu impacto em todos os segmentos sociais.

É o caso da pesquisa da historiadora Anna Carolina de Abreu Coelho, publicada pouco antes de Silva, em 2017, mas fruto de tese defendida no mesmo ano (2015), cuja investigação aponta que os escritos “de Gama e Abreu privilegiaram o esquecimento e o ‘fechamento de feridas’ da Cabanagem, [pois] o enfoque de suas obras é a Amazônia a partir do ano de 1855, o ano em que ele começa a se envolver com a política tanto do estado do Pará quando do Amazonas”,³⁴ porém, fazendo-o no sentido propagandístico, comercial, longe daquelas pautas revolucionárias, muito embora bem perto, do ponto de vista cronológico, de seus processos e eventos que aqui interessam detidamente.

Em síntese, face a tudo que se debateu até o momento, é possível afirmar que a revolta da Cabanagem teve várias consequências para o Brasil, sendo que em algumas das principais se incluem: 1) mortes: a guerra civil causou milhares de baixas, incluindo líderes proeminentes e participantes desconhecidos da rebelião, bem como civis inocentes; 2) destruição: inúmeras cidades e vilas ficaram em ruínas durante o movimento, com danos à infraestrutura e à economia; 3) repressão: o governo imperial brasileiro respondeu com repressão violenta, incluindo a captura, o julgamento e a execução de vários integrantes da Cabanagem; 4) mudanças políticas: a revolta propôs a abolição da escravidão e o estabelecimento de uma monarquia constitucional; & 5) transformações sociais: o Movimento dos Cabanos também teve impacto significativo na sociedade brasileira como um todo, pois teria contribuído para a formação de uma consciência nacional e uma agenda de luta por direitos dos negros e indígenas.

Assim, enquanto líderes negros e indígenas resistiam à opressão étnico-racial, as lideranças caboclas lutavam contra a desigualdade social e econômica. Outro fator que

³³ SILVA, Bruno. *As cores do Novo Mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Lisbon International Press, 2020, p. 111.

³⁴ COELHO, Anna Carolina de Abreu. *O Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)*. Belém: Acaí, 2017, p. 42.

contribuiu para a duração da revolta foi a falta de resposta eficaz do governo imperial, permitindo que suas ações revolucionárias se alastrassem. Além disso, a região da Amazônia era (e ainda é) uma área com pouca infraestrutura ou presença efetiva do governo, o que tornava mais difícil para as forças oficiais controlarem a rebelião.

Outro pesquisador atento aos desdobramentos da Cabanagem, é o historiador Luiz Balkar Sá Peixoto Pinheiro, que analisa os discursos produzidos sobre a revolta. Ao avaliar de forma cuidadosa e meticulosamente as diversas visões historiográficas sobre o Movimento dos Cabanos, ele tenta compreender as distintas versões sobre os ideais de pessoas de classes e raças diferentes que se uniram em torno, provavelmente, de causas igualmente distintas.

Ao aprofundar suas análises a partir de uma perspectiva acerca do *lugar social* em que foram produzidos e, mais do que isso, reproduzidos os inúmeros discursos sobre a Cabanagem, Pinheiro Peixoto também busca interpretar as origens das incontáveis imagens que foram sendo construídas sobre os cabanos, dando ênfase sobre a compreensão do significado da ideia de povo, tanto na visão dos historiadores, quanto a partir dos próprios partícipes, que representavam uma massa heterogênea, multifacetada política, cultural e economicamente.³⁵

Mais recentemente, o historiador José Alves de Souza Júnior igualmente destaca tanto as contradições que pairavam sobre a Cabanagem quanto a diversidade e autonomia dos grupos envolvidos no movimento, ressaltando os interesses conflitantes entre os despossuídos e as lideranças político-partidárias. Sabe-se, há décadas, que o processo histórico em tela não era monolítico e sim composto por uma série de facções com motivações e objetivos variados.

Sobre a violência em si e o controle de narrativas pelas autoridades durante a Cabanagem, Souza Júnior avalia que o uso, por exemplo, do termo *assassinato* em um ofício enviado pelo Vice-cônsul inglês do Pará, John Hesketh, para o ministro britânico Henry Stephen Fox que se achava na Corte, naquele momento, visava desqualificar e criminalizar os rebelados, destacando a importância do controle da linguagem em conflitos de natureza revolucionária. Segundo José Alves, o documento “afirma que a insurreição iniciou às três horas da madrugada, quando os soldados alojados no quartel tomado por Antônio Vinagre passaram a atirar ‘em seus próprios oficiais’, e que a eles se juntaram ‘os descontentes do rio Acará’, que haviam sido libertados da prisão”,³⁶ seguindo de outras notícias, tais como: a

³⁵ Cf. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. 2.ed. Manaus: Valer, 2018, p. 42-54 & 68-126.

³⁶ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 73-74.

maciça presença cabana na capital e a morte, pelos cabanos, do Presidente da Província, Bernardo Lobo de Souza e outras autoridades.

Dito isso, convém evocar o historiador Michel de Certeau, pois, linhas atrás, este trabalho se referiu ao *lugar social* da produção dos discursos. Em seus estudos, Certeau nos ajuda a pensar tais questões, pois ele dá destaque aos sujeitos marginalizados quando busca compreender como as classes ditas subalternas se organizam e usam os *espaços de resistência* para formarem uma barreira aos intentos de dominação.

Ora, ainda que não tenha escrito sobre a Cabanagem no Brasil, as análises de Certeau podem ser aplicadas à pesquisa desses eventos. Afinal de contas, ele se concentra nas práticas cotidianas desses grupos marginais e como elas utilizam sua criatividade, lançando mão de *artimanhas* para mostrar a insatisfação com o *status quo*, transformando o espaço e suas condições, mesmo quando seguem as normas externas. Ele argumenta que essas ações são formas de resistências silenciosas, permitindo que as classes subjugadas reivindiquem seu espaço e identidade em um mundo dominado por outras forças.³⁷

O debate sobre a Cabanagem passa pelo crivo da observação das estratégias hegemônicas de dominação. De acordo com Certeau, o poder é uma construção social que é criada através da manipulação do espaço e da produção de conhecimento. Ele argumenta que, apesar de ser geralmente concentrado nas mãos da elite política e econômica, as pessoas comuns também têm a capacidade de resistir e construir suas próprias formas de vida e representação.³⁸

Aplicando essa perspectiva à Cabanagem, podemos analisar como a revolta foi uma forma de resistência da população contra o poderio das elites governamentais. Além disso, podemos examinar como o Movimento dos Cabanos afetou a produção e a manipulação do espaço e do conhecimento na região, bem como a memória desses eventos tem sido transmitida através do tempo. Portanto é importante analisar como tais registros têm perpetuado, incluindo como foram narrados e são lembrados. Isso inclui explorar como a Cabanagem é representada na literatura, nas artes e na mídia, e como tais formas afetam os entendimentos de seus eventos.

O também historiador Jacques Le Goff, por seu turno, destaca a importância da memória na formação da História, acreditando que as sociedades têm a capacidade de selecionar, interpretar e transmiti-las com atenção especial aos eventos que consideram importantes ou para suplantarem o que desejam esquecer.³⁹ Tais considerações certamente podem orientar muitos debates no âmbito das salas de aula junto ao Ensino de História.

³⁷ Cf. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (v. 1). 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

³⁸ Cf. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

³⁹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003, p. 5-6.

Além desses historiadores, convém salientar os estudos de René Rémond, pois ele considera imprescindível aplicar teorias políticas para analisar eventos de vieses político-ideológicos (e podemos tomar aqui a Cabanagem como um exemplo), para avaliar as implicações de revoltas, incluindo a dinâmica da época, bem como os acontecimentos posteriores, pois eles são importantes para conduzir uma análise rigorosa e completa da em benefício de um História Política renovada.⁴⁰ Longe, portanto, das narrativas que tradicionalmente ocupam as laudas dos livros didáticos.

O historiador Renán Silva, por sua vez, aborda que a escrita da História e as memórias relacionadas a ela são integradas a dinâmicas dos tempos idos que nos cabe investigar meticulosamente. Neste sentido, sua ideia de que o *passado é um país estranho* reflete a necessidade de se fazer uma análise crítica dessas narrativas para melhor compreender as dinâmicas dos passados.⁴¹ Isso porque, elas alimentam historiografias.

As que estamos abordando sobretudo na segunda parte deste Capítulo 2, podem, muito bem, ser incorporadas às narrativas didáticas para que o Ensino de História incorpore, discuta, critique, debata e também – por que não? – proponha igualmente interpretações sobre o Movimento dos Cabanos. Por ora, os manuais têm sido tímidos no uso das historiografias renovadas, cabendo-nos, portanto, nos processos de aprendizagem voltados à Educação Básica, promover, da melhor maneira possível, a circularidade entre os saberes acadêmicos e escolares.

Por isso, à luz dessas discussões e escritas da História, aliando-a à produção de material suplementar, de apoio, auxiliar – o nome pouco importa – pretendemos desenvolver um curta-metragem que possa servir aos colegas docentes de todo o Brasil, em geral, e do Pará, em particular, que tente viabilizar a junção dos conhecimentos produzidos nas universidades e aqueles que são construídos pelas relações professor-aluno nas escolas.

Assim, o audiovisual intitulado *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*, que será melhor abordado e tratado no capítulo seguinte por corresponder ao produto / intervenção didática da presente dissertação, foi planejado e desenvolvido com base, entre outros debates, pela relação História e Cinema voltados para o Ensino de História e, portanto, ao ambiente escolar.

E embora a proposta de dinamização das salas de aula com o recurso cinematográfico / televisivo não seja recente, no campo da História o tema foi revitalizado a partir dos estudos de Marc Ferro, nos anos 1970, no âmbito da chamada Nova História que o ofício passava a

⁴⁰ Cf. RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ / FGV, 1996.

⁴¹ Cf. SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, brevíário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 33-46.

considerar com maior diligência. Em *O filme: uma contra-análise da sociedade?*, Ferro discorre sobre as potencialidades de pesquisa a partir tipo de registro (permitindo a este trabalho refletir sobre seus usos no ensino), em texto originalmente publicado em 1973, na já prestigiada revista *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. Depois o estudo foi reeditado no ano seguinte para o livro *Faire de l'histoire: nouveaux objets*, sob a organização de Jacques Le Goff e Pierre Nora, que chegou ao Brasil em 1976, tendo sido reimpresso em outros com ajustes e alterações, a exemplo de *Cine e Historia*, publicado na Espanha, em 1980.

Para o historiador francês, o documento fílmico, sobretudo quando produzido pelo Estado, traz, quase sem querer, dados que vão contra as intenções daqueles que o produzem. Desse modo, “Seus pontos de ajustamento, os das concordâncias e discordâncias com a ideologia, ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não-visível através do visível”.⁴²

Não é bem o caso do material audiovisual que será apresentado no capítulo seguinte, denominado *Curta a Cabanagem*, muito embora, ainda assim, é Marc Ferro, agora em pesquisa de 1985, que nos faz pensar sobre sua condição. Isso porque, em *Y a-t-il une vision filmique de l'histoire* (*Existe uma visão fílmica da História*, em tradução livre), ele aponta que o vídeo realizado com poucos recursos ao menos permite, em certos casos, a um grupo *tomar a palavra*.⁴³ É o que buscou-se produzir com o curta-metragem antes citado, sendo esta, portanto, uma espécie de narrativa contra hegemônica, combativa da escrita da História escrita.

Depois disso, muitos trabalhos, inclusive no Brasil, se voltaram para as relações História-Cinema, História-Televisão e, mais recentemente, História e Audiovisual, para refletir acerca de seus usos em sala de aula e, fechando o compasso, no Ensino de História. Em *O cinema na escola: o professor, um espectador*, de Cristina Bruzzo, preocupa-se com a formação de educadores para lançar mão de filmes nas escolas, haja vista a atenção que deve ser dirigida sobre as imagens, circunstância que requer algum preparo. “Afiml quais são as informações necessárias para iniciar o professor no exame das imagens em movimento?”⁴⁴

Para Ferro, “El problema es metodológico; se trata de recurrir a la ficción y a lo imaginario para definir los elementos de la realidad”.⁴⁵ Seja como for, o fato é que, tal como o Movimento dos Cabanos foram para o passado amazônico, o uso de audiovisuais em sala de aula deve funcionar como uma espécie de perturbação da educação tradicional, pois o cinema

⁴² FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 204.

⁴³ FERRO, Marc. *Y a-t-il une vision filmique de l'histoire. L'Histoire sous surveillance*. Paris: Calman-Lévy, 1985, p. 116.

⁴⁴ BRUZZO, Cristina. *O cinema na escola: o professor, um espectador*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1995, p. 120.

⁴⁵ FERRO, Marc. *Cine e Historia*. Barcelona: G. Gili, 1980, p. 41.

e todas as modalidades de expressões narrativas pelas telas, incluído, por certo, o curta-metragem, aparece como uma espécie de ruído sobre a tradicionalmente adotada em processos de ensino-aprendizagem. Isso, por si só, exige maior preparo do corpo docente já que o trabalho com as imagens confronta um *modus operandi* bem arraigado nas escolas de Educação Básica, nos termos do estudioso Dermeval Saviani.⁴⁶

Mesmo porque, ainda de acordo com Ferro, pode apresentar “una realidad muy distinta de la que emana de las fuentes tradicionales”.⁴⁷ Daí sua força didática, pois, segundo Marília da Silva Franco, é possível, a partir de vídeos, propor na escola um debate sobre as narrativas. Com efeito, ao se assumir o professor-pesquisador “como espectador especializado [é este profissional] que terá autoridade para se fazer intérprete das linguagens audiovisuais”.⁴⁸

Também Antônio Penalves Rocha apontou a necessidade de se firmar um compromisso com o método e a postura científica (mas também acadêmica, didática etc.) na composição e nos usos do recurso audiovisual, a exemplo do cinema, junto ao Ensino de História nos espaços escolares.⁴⁹ Já Celso João Ferretti, por sua vez, destaca a importância do filme como documento e elemento central para a socialização, como instrumentos de alteridade.

Nas palavras de Ferretti, através desses materiais as “pessoas aprendem novos conhecimentos, formas de ser, agir e pensar, convenções, gestos, habilidades etc.”,⁵⁰ pois tal produção, em função da sua própria linguagem, pode tingir as emoções e afetividades.

Tudo isso acaba se relacionando, igualmente, com as exigências da legislação, especialmente a mais recente, como é o caso da Lei 13.006, de 2014, do senador Cristovam Buarque, que, embora não praticada ainda como prevista, estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais nas escolas de todo o país no âmbito da Educação Básica, por, no mínimo, duas horas por mês. A proposta, evidentemente, integra uma sequência de planos semelhantes, a exemplo do Projeto de Lei nº 185, de 2008, que incidia o cinema como arte no espaço escolar, irmanando-se com a 9.394, de 20 de dezembro de 1996, ou seja: a Lei das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional que sinalizam as mesmas questões.

Seja como for e observadas uma parte das linhas de força historiográfica que cimentam a ideia de elaboração de um curta-metragem, convém retornar ao tema do Movimento dos

⁴⁶ Cf. SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. *Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências*, Vitória da Conquista, v. 3, p. 11-36, 2014.

⁴⁷ FERRO, Marc. *Cine e Historia*. Barcelona: G. Gili, 1980, p. 119-120.

⁴⁸ FRANCO, Marília da Silva. Uma análise da natureza pedagógica das linguagens audiovisuais. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993, p. 30.

⁴⁹ Cf. ROCHA, Antônio Penalves. O filme: um recurso didático no ensino da História? In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993.

⁵⁰ FERRETTI, Celso João. O filme como elemento de socialização na escola. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993, p. 109.

Cabanos em si, pois, face a tudo o que foi exposto, pode-se destacar três principais pontos quase consensuais nas interpretações, mesmo renovadas, sobre a Cabanagem, segundo o historiador José Alves de Souza Junior, já amplamente citado, mas, incontornável.

São os seguintes entendimento principais: 1) a existência de cisões e conflitos internos, evidenciada pela resistência à autoridade de Malcher e a subsequente divisão do movimento em facções opostas. Essa disputa levou a confrontos armados e à instabilidade política dentro da própria revolta, demonstrando as complexidades e contradições de suas agendas; 2) os confrontos militares e as intervenções externas, pois a capital, Belém, foi sitiada por navios de guerra das forças legais do Império do Brasil, mas também ingleses e franceses. O bombardeio da cidade, a partir dessas posições marítimas, revela a escala e a intensidade do conflito, bem como a natureza complexa das relações diplomáticas envolvidas na Cabanagem; e 3) o caráter inovador do movimento, pois houve participação massiva da população, com a tomada da capital da Província do Grão-Pará, morte de autoridades e, portanto, violência política, como elemento distintivo desses processos e eventos.

Tal caracterização destaca a singularidade e a importância da Cabanagem como um processo histórico significativo na trajetória formativa do Brasil pós-Independência. Por isso Souza Júnior a interpreta como ação revolucionária, comparando, inclusive, com a Revolução Francesa, do século anterior, o XVIII, porque em ambas estavam sendo externadas uma enorme insatisfação das “massas de despossuídos” em relação as profundas desigualdades sociais, à exclusão política, aos abusos e injustiças sofridos pela população e à disseminação de ideias que promoviam mudanças no *status quo*. Assim, o “movimento cabano pode ser explicado pelas graves contradições sociais presentes na província do Pará. Para indígenas, tapuios, negros forros e homens brancos pobres, a questão da terra foi importante na sua adesão”.⁵¹ Daí a formação de um *protocampesinato* na Amazônia espoliado da propriedade fundiária e forçados a trabalhar em domínios de lavradores abastados, mas em condições extremamente precárias.

Da mesma forma, a historiadora Magda Ricci trata da subversão da Cabanagem ao frisar aspectos de republicanismo nos tempos da Regência no Brasil Império. Ricci explica tais questões à luz de fontes, tais como jornais, que descreveram os eventos que se sucederam no período revolucionário de 1835 a 1840, buscando mapear os alvoroços e desordens carregadas de violência, ódios e rancores contra o elemento lusitano, como aspectos que denominaram todo esse processo histórico igualmente compreendido como uma espécie de *conjuração*.

⁵¹ SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, p. 80-81.

As pesquisas desta última historiadora demonstram o quanto ter ideias republicanas era considerado um gesto subversivo e, conseqüentemente, perigoso, pois os castigos, as mortes por fuzilamentos como pena capital de julgamentos não ocorridos, as torturas, as perseguições e o exílio, eram conseqüências por assim dizer corriqueiras e bem aceitas pela aristocracia na Província do Grão-Pará e em outras localidades.

Para Magna Ricci, na região que, hoje, corresponde ao Norte do Brasil, a imensa área da Amazônia estava assentada nas contradições que pairavam com o advento da Independência. Isso porque, de um lado, o burburinho causado pelo 7 de setembro de 1822 que seguia calando fundo; de outro, as agitações revolucionária-independentistas oriundas de ex-colônias espanholas em nações com territórios integrantes da floresta. Ou seja: estavam reunidas as condições históricas para a sublevação.⁵²

⁵² Cf. RICCI, Magda. Cabanagem (1835-6). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa (orgs.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 31-37.

CAPÍTULO 3

A PODEROSA SUBVERSÃO DA AMAZÔNIA NAS TELAS E ALÉM:**Uma jornada audiovisual pelo Ensino de História dos Cabanos sublevados**

Em lugar de se contentar com a utilização de arquivos, o historiador deveria antes de tudo criá-los e contribuir para a sua constituição: filmar, interrogar aqueles que jamais têm direito à fala, que não podem dar seu testemunho (Marc Ferro)

Neste momento, cabe-me apresentar uma proposta de produção de curta-metragem documental sobre a Cabanagem, que foi um dos movimentos populares mais significativos da História (do Pará, da Amazônia, Brasil, do Continente...), ocorrido entre os anos de 1835 e 1840. O audiovisual desenvolvido corresponderá ao produto / intervenção didática desta dissertação e será voltado aos estudantes do 8º Ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de utilizar o vídeo como ferramenta pedagógica para o Ensino de História. Por esse motivo e considerando o município de atuação profissional em que eu, Cleumar Rodrigues Pereira, atuo, ele foi apresentado à Diretoria do Departamento de Ensino Superior de Canaã dos Carajás (PA), chefiado pela Professora Mestra Leuzilda Rodrigues.

A ação e contato foi liderada pelo grupo de pesquisa intitulado Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (Cethas), vinculado à Faculdade de História (FHT) e ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (Ietu), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), *Campus Xinguara*. Trata-se do grupo de pesquisa coordenado pelo meu orientador, Professor Doutor André Furtado, e do qual faço parte como membro como estudante de mestrado e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A partir de um quadro teórico-metodológico que abrange a relação entre tecnologia, ludicidade, cinema, linguagens, História Digital, Pública etc., serão selecionadas as principais referências que embasarão esta proposta educacional. Suas metas incluem, portanto, o desenvolvimento de um curta-metragem que contenha entre 15 e 20 minutos e que será apresentado em sala de aula, futuramente, também com o auxílio de um intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), visando ampliar sua difusão entre Pessoa com Deficiência (PcD) auditiva, bem como baixa visão (daí a narrativa), surdez (por isso as legendas que também estimulam a leitura, viabilizando perspectivas interdisciplinares do processo de ensino-

aprendizagem) etc. Sendo que a seleção das imagens se dará, por exemplo, a partir de livros didáticos, lançando mão de algumas que já integraram o Capítulo 1 da presente dissertação.

O roteiro e o passo a passo da filmagem e montagem serão detalhados, assim como os objetivos específicos e público-alvo desta proposta. Tal projeto visa contribuir para a valorização e a compreensão da história dos movimentos subversivos no oitocentos, em geral, e paraense, em particular, além de incentivar o uso de recursos audiovisuais para o Ensino de História. Até porque, nunca é demais repetir: a Cabanagem é um dos movimentos populares mais importantes que ocorreram na primeira metade do século XIX, em parte do território que, hoje, compõe o atual estado do Pará. As reflexões acerca desses passados são ricas e diversas, porém, muitas vezes, pouco acessíveis ao grande público e aos alunos do Ensino Fundamental.

Assim, este produto / intervenção didática audiovisual, intitulado *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História* buscará apresentar o Movimento dos Cabanos de forma didática e diversificada, utilizando recursos tecnológicos para narrar os acontecimentos e processos deste importante conjunto de eventos, tentando compreender os meandros que permeiam essa tão profunda agitação social.

3.1. Por que produzir um curta-metragem? Da justificativa ao roteiro

A produção de um curta-metragem pode se justificar pelo fato de que esse tipo de material visa mobilizar o conjunto de interpretações historiográficas para tentar ampliar o acesso e o conhecimento sobre a História da Cabanagem, por corresponder a um movimento popular importante, mas pouco conhecido pela maioria dos estudantes brasileiros. Através de uma abordagem audiovisual, busca-se proporcionar uma experiência de aprendizado mais envolvente e estimulante para os alunos do Ensino Básico e do Ensino de História. Eis aqui, por si só, a sua relevância: nada mais apropriado ao mundo digital dos ciberespaços que, se não soubermos navegar e selecionar os suportes didáticos confiáveis, nos traga em suas redes.

Ora, embora a Cabanagem tenha sido um dos mais importantes processos históricos de viés popular que se tem notícia, ele é pouco conhecido, como já se disse, fora do Pará e rara ou parcamente sua temática é abordada em manuais escolares do país, mesmo entre aqueles utilizados na região. Por esse motivo a necessidade de elaborar uma complementação de recursos narrativos para o Ensino de História nesse campo de estudos, produzindo, assim, um material que auxilie e dê suporte aos livros didáticos.

Daí a proposta de elaboração do curta-metragem, para que o Movimento dos Cabanos seja apresentado ao público em geral e, em particular, aos estudantes da Educação Básica. Além

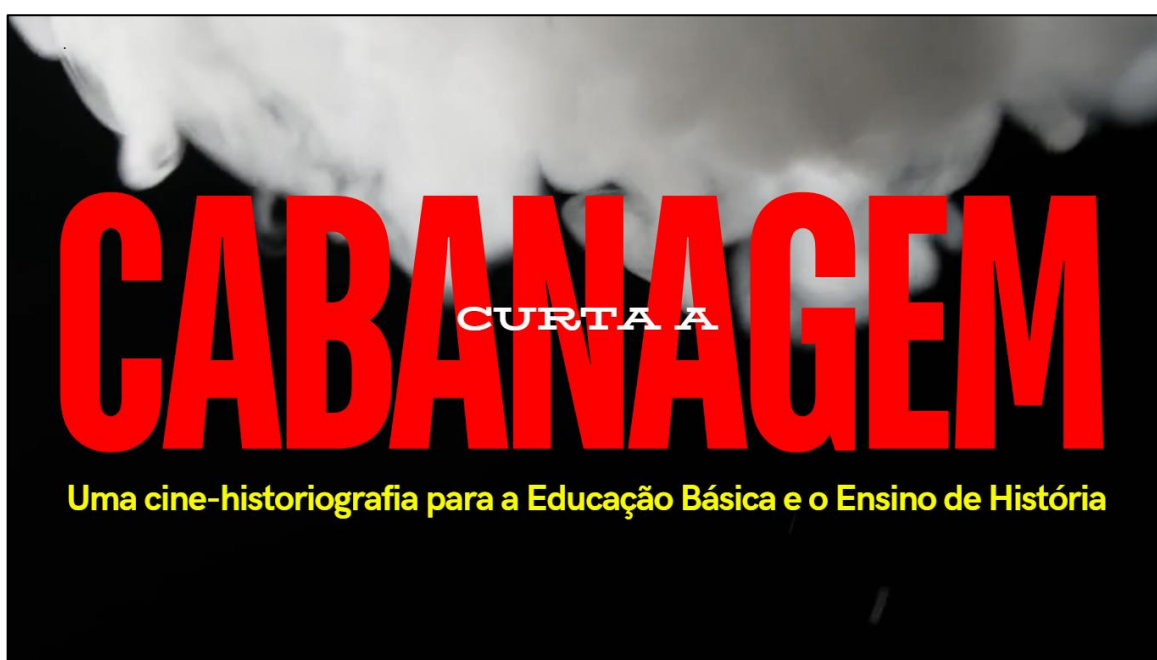
disso, a elaboração do vídeo pode contribuir para a valorização da cultura e da História da região Norte do Brasil, cujos laços com outras paragens, ideias e gentes os conectavam à chamada *Era das Revoluções*, para mencionarmos aqui a expressão consagrada por Eric Hobsbawm.

Neste sentido, para se produzir este curta-metragem, utilizar-se-á recursos de tecnologia que proporcionem uma experiência de aprendizado mais envolvente e estimulante para os estudantes. Serão utilizados elementos da linguagem cinematográfica para narrar a História da Cabanagem, seguindo uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica (acadêmica, por meio de depoimentos de pesquisadores, e escolar, através da narrativa que empreendi ao longo do audiovisual, com base nos textos mobilizados a partir dos livros didáticos). A proposta também se baseará em estudos sobre a relação entre História e Cinema – já referida neste trabalho –, bem como no uso de imagens em livros didáticos para o Ensino de História.

Entre as principais metas, que os colegas professores certamente podem adotar em suas práticas docentes e de pesquisa, sobretudo a propósito de outros conteúdos, busco, como Objetivo Geral, produzir o curta-metragem que compõe, como apêndice, este trabalho de Mestrado, intitulado *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História* e que aborde o processo histórico em apreço de forma acessível, tecnológica e dinâmica, utilizando recursos audiovisuais para estimular o interesse dos estudantes pelo estudo da História do Pará, em particular, e da Amazônia como um todo, bem como de todos aqueles que se virem tocados por esses passados.

Imagem 9

Tela de abertura do curta-metragem



Com efeito, entre os Objetivos Específicos, este Capítulo final da dissertação pretende demonstrar o planejamento para: I) realizar uma pesquisa sobre a Cabanagem e selecionar informações relevantes para a produção do curta-metragem; II) utilizar a linguagem audiovisual para narrar a História da Cabanagem de maneira atrativa; III) incentivar a reflexão crítica sobre o processo histórico e a importância de sua memória; IV) contribuir para o desenvolvimento de habilidades, tais como: análise e interpretação do conteúdo pelos estudantes; & V) fornecer subsídios para a utilização do curta-metragem em sala de aula, por meio da elaboração de roteiros pedagógicos enquanto materiais de apoio, visando facilitar o trabalho dos professores na utilização do vídeo como ferramenta para o Ensino de História.

Quanto ao público-alvo, convém repetir a informação já propagada aqui: a proposta visa a produção e a distribuição do curta-metragem nas escolas, públicas e privadas da Educação Básica – iniciando pelo município de Canaã dos Carajás, antes mencionado, porque é a cidade na qual atuo, assim como a divulgação em redes sociais e canais de comunicação, considerando que a principal audiência são os alunos de turmas do 8º Ano do Ensino Fundamental, que se somam a docentes e pesquisadores da área porventura interessados.

Existem, aliás, várias perspectivas possíveis para a produção do audiovisual sobre a Cabanagem (e outras temáticas que podem ser abordadas em sala de aula), algumas das quais incluem: a) a *histórica*, pois o curta-metragem se concentrará em apresentar os fatos relativos ao Movimento dos Cabanos, retratando os personagens e eventos ocorridos durante o levante. Desta maneira, abordará questões como as causas do movimento, seus líderes e seguidores, os objetivos e as consequências; b) a *cultural*, uma vez que o vídeo poderá explorar suas manifestações populares e a identidade regional que surgiu em torno do movimento que inclui aspectos, tais como: a música, a culinária, as danças, o teatro, as crenças as práticas religiosas e outras expressões artísticas; c) a *literária*, já que a produções audiovisual tem a possibilidade de incluir a análise de poemas, romances e outros tipos de literaturas que foram escritas sobre o movimento; d) a *sociopolítica*, pois tem a possibilidade de se concentrar nas implicações dessa natureza, a exemplo das mudanças que se deram após o movimento; bem como e) a *educativa*, afinal de contas, seu objetivo principal visa compartilhar o conhecimento histórico sobre a Cabanagem de uma maneira mais acessível e envolvente para estudantes do Ensino Fundamental, em particular, e demais alunos ou outros interessados, em geral.

Tais indicações servem aos colegas docentes que queiram elaborar um material dessa natureza, mas, no meu caso, terão, sobretudo, as perspectivas *histórica* (que será um misto de narrativa didática e depoimento historiográfico, de especialistas) e *educativa* (porque, não

bastasse o público ao qual se dirige, pensei, inclusive, no formato de curta, pois, sendo de até 20 minutos de conteúdo, há de prender a atenção sem consumir todo o tempo da aula).

Logo, a produção do vídeo contribuirá para divulgar a História da Cabanagem e promover uma reflexão sobre a luta popular no Brasil e, por que não, em todo o continente, nas Américas, no além-mar etc. Adicionalmente, o curta-metragem poderá ser visto como uma forma de utilizar a linguagem audiovisual enquanto ferramenta pedagógica. O uso de recursos dessa natureza tecnológica pode tornar o Ensino de História mais dinâmico e envolvente para os estudantes, além de permitir que tais passados sejam contados de uma maneira interativa, visual e emocional: esses são os pontos de maior interesse, ou seja, criar empatia.

Outro elemento relevante diz respeito à ideia de abordar a Cabanagem a partir de diferentes perspectivas e vozes, a exemplo das visões dos diversos grupos sociais que participaram do movimento e que nos chagam até a atualidade por intermédio de incontáveis linguagens, tais como: os relatos e pesquisas de historiadores, as memórias porventura legadas, as recriações artísticas, as dramatizações, as memórias etc.

Considerados tais aspectos, o Roteiro pode ser desenvolvido nos seguintes termos: 1) Abertura, com a apresentação do título e dos créditos iniciais; 2) Introdução, na qual se contextualizará o tema da Cabanagem e sua importância histórica; 3) Panorâmica histórica, onde, após uma breve apresentação do cenário da época, destacar-se-á a exploração econômica e a situação social e política da região (que é o mote central das narrativas didáticas, como se viu nos capítulos anteriores deste trabalho); 4) Apresentação dos personagens, levando em conta os principais líderes e figuras envolvidas na revolta, destacando seus ideais e motivações; 5) Narrativa do processo histórico, salientando o conjunto de eventos que levaram à eclosão do movimento, com ênfase para a tomada do poder pelos rebeldes e sua posterior derrota pelas forças governamentais; 6) Consequências, mediante a qual será preciso enfatizar os resultados sociais, políticos, econômicos e culturais da ação dos cabanos, tanto no curto quanto no longo prazo; 7) Análise historiográfica (mobilizando historiadores disponíveis a conceder entrevistas e, depois, extraindo trechos delas para compor o texto final a ser rodado nas telas) entre outras possibilidades de desdobramentos, a depender do tema, mas que, no caso em tela, basicamente utilizou a sequência supracitada, ainda que não anunciado ou nomeadamente assim. Fez-se o curta-metragem e tais elementos foram incorporados em sua própria constituição.

Nesse sentido, cabe sublinhar que consegui o aceite dos seguintes pesquisadores, docentes que atuam na região ou em outras Instituições de Ensino Superior (IES): Bruno Silva e Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, Professores Doutores da Unifesspa; Anna Carolina de Abreu Coelho e José Alves de Souza Júnior, Professores Doutores da Universidade Federal do

Pará – UFPA; bem como, por fim, porém, não menos importantes, María Verónica Secreto e Gladys Sabina Ribeiro, Professoras Doutoradas da Universidade Federal Fluminense – UFF).

Os dois primeiros pesquisam na área de História das Américas e nos ajudaram a compreender (como se verá no *Curta a Cabanagem*), os traços continentais ou vinculados às escravidões e liberdades do período. Os docentes seguintes, também atuam na região do Pará, mas vinculados, sobretudo, às áreas de História da Amazônia, sendo um deles, o Professor Souza Júnior, profundo conhecedor e especialista no assunto. Por fim, as docentes do Rio de Janeiro têm investigações, via de regra, mais vinculadas ao período do século XIX em si.

A partir do depoimento deles, fizemos uma seleção de trechos mais significativos, além de cuidar para evitar uma repetição de ideias, explicações, interpretações ou análises para melhor diversificar os pontos de vista historiográficos. Neste sentido, extraiu-se aproximadamente um minuto e meio, em média, de cada relato dos entrevistados.

Entre uma fala e outra, o vídeo *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História* pretende mostrar *flashes* de imagens que remetem ao movimento, tais como: mapas, (xilo)gravuras, quadros e relíquias que remetem aos cabanos e às autoridades etc. Essas imagens serão oriundas das seguintes coleções de livros didáticos de História que, no Capítulo 1, foram mobilizadas como fontes, a relembrar: *Araribá Mais*, da Editora Moderna, *Historiar*, da Saraiva e *Teláris*, da Ática, todas elas publicadas em 2018, no estado de São Paulo, sede das casas editoriais que as produziram.

Finalmente, o Roteiro poderá contar com um 8) Fecho, ou, como queiram, uma Conclusão que, na produção audiovisual precisa destacar a importância de se conhecer a História da Cabanagem e seus reflexos na sociedade atual; bem como ter os 9) Créditos, nos quais se destacam os financiadores / fomentadores, apoiadores, as instituições vinculadas etc.

Observação: este roteiro poderá ser adaptado conforme a visão do diretor e a disponibilidade de recursos e todo o material precisarão contar com intérprete de Libras, ser editado, considerar questões de direitos autorais etc. Após essas etapas cumpridas, far-se-á necessário proceder às 10) Finalização e Distribuição do curta-metragem, seja por meio de plataformas *on-line* ou em eventos de exibição, como o lançamento oficial a ser programado para ocorrer em Canaã dos Carajás, na Unifesspa do *Campus* Xinguara, bem como em demais *campi* e espaços educativos de Marabá, em Belém etc.

De forma adicional e conforme já se frisou aqui, talvez seja interessante também manter uma legenda para um público de PcD, com problemas de audição, não letrados em Libras ou mesmo para pessoas idosas. Por fim, esta dissertação sugere que, quaisquer que sejam as temáticas abordadas em sala e que visem contar com o auxílio de material didático

complementar, tal como o *Curta a Cabanagem*, considere a possibilidade de produção de três vídeos, por ordem de prioridade, da seguinte forma: 1) um audiovisual para o curta-metragem em si, de até 20 minutos nos moldes supracitados; 2) um vídeo mais estendido para, a partir da produção do curta (mas diferente dele), incorporar uma parte do tipo *making of* (como novos trechos sendo incluídos no entremeio talvez da versão “1”, buscando aproveitar outros trechos das falas dos entrevistados que não apenas os cerca de um minuto e meio da cada); & 3) um audiovisual que vise promover os dois anteriores (espécie de *trailer* ou *teaser* que possa fazer uma propaganda de 15 a 30 segundos para uso e divulgação nas redes sociais).

Isto posto, a partir da parceria com Diretoria do Departamento de Ensino Superior de Canaã dos Carajás, por meio da responsável pela pasta, a Professora Leuzilda Rodrigues, o Cethas / Unifesspa foi posto em contato com os responsáveis pela edição, montagem e todos os aspectos tecnológicos do vídeo etc., a saber: o Professor Doutor Osvaldo dos Santos Barros, da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, líder do Laboratório de Ensino da Matemática da Amazônia Tocantina (Lemat), grupo de pesquisa cujo *site* hospedará o curta-metragem; e Gabriel Ribeiro Barros, Graduando em Artes Visuais da mesma IES, que, face à sua experiência na área de documentários, ficou responsável pelo trabalho mais técnico. A esse tipo juntou-se Thuane Karoline Ribeiro da Silva que, na condição de bolsista de Tecnologia sob orientação do Professor Doutor André Furtado, na graduação da FHT da Unifesspa, é a responsável, atualmente, pela elaboração do endereço eletrônico e redes sociais do Cethas que, no futuro, também veicularão a produção audiovisual.

O fomento concedido à estudante advém da Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa (Fapespa) que, somada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), financiam os projetos do docente na Unifesspa através dos convênios dessas agências com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Propit) da mesma instituição. O Professor André Furtado, aliás, assina comigo a Direção, sendo que ainda realizo a narrativa fundo, que é entremeada pelos depoimentos dos pesquisadores entrevistados. Entre as principais referências para compor o Roteiro e, com ele, a narrativa, constaram, para citar apenas alguns títulos que já integram as referências dos capítulos precedentes e afora os livros didáticos:

- 1) CHIAVENATO, Júlio José. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo, Brasiliense, 1984; 2) CLEARY, David. *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém: SECULT, 2002; 3) DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1990; 4) HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil*. Campinas: Ed.UNICAMP, 2018; 5) PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da*

Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia. 2.ed. Manaus: Valer, 2018; 6) REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II, v. 4). São Paulo: Difel, 1972; 7) RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007; 8) SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: SEJUP, 1992; 9) SOUZA JR., José Alves. *Cabanagem: revolução amazônica (1835-1840)*. São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022, entre outras referências.

Já entre as imagens usadas no *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*, menciono as seguintes: 1) DETALHE de mapa publicado no *Atlas Histórico Escolar do Ministério da Educação*; 2) BIARD, Auguste François. *Cabana no rio Madeira* (1862), Xilogravura 2. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM) da Universidade de São Paulo (USP); 3) NORFINI, Alfredo. *O Cabano Paraense* (1940). Óleo sobre tela. Acervo do Museu de Arte de Belém; 4) BIARD, Auguste François. *Cabana no rio Madeira* (1862), Xilogravura 1. BBM da USP; 5) NORFINI, Alfredo. *A tomada ao Trem de Guerra* (1840), Óleo sobre tela. Acervo do Museu de Arte de Belém (MABE); 6) VISTA de Belém do Pará em litografia de Johann Baptist von Spix publicada no *Atlas zur Reise in Brasilien*, 1823-1831. Biblioteca Nacional Digital; entre outras.

É importante demarcar, ainda, para auxílio dos colegas docentes da Educação Básica, a necessidade de alimentar o vídeo ou com imagens cujos direitos autorais já expiraram pelo tempo de sua produção / antiguidade (50 anos) seja por meio do uso de plataformas que oferecem possibilidades de utilização de conteúdo gratuito e de alta qualidade / resolução, como foi o caso do *Pixabay*, fartamente mobilizado, inclusive para obter a *Trilha Sonora*, com as canções *Story man*, *Epic action & Viking saga*. Outra plataforma tecnológica acessada para construir alguns elementos do curta-metragem foi o site *Canva*, que oferece inúmeros recursos imagéticos, sonoros, textuais etc. para trabalhos voltados para as redes sociais, produção audiovisual, postagens, enfim, tudo relacionado ao mundo digital.

Além disso, para conferir credibilidade ao produto / intervenção didática, somadas às parcerias interinstitucionais, aos fomentos com bolsas de estudos (da graduação e do mestrado), convém salientar ainda que o curta-metragem lançou mão do Conselho Científico do ProfHistória relativo ao triênio 2024-2026, composto pelos seguintes nomes: Professora Doutora Cristina Ferreira, da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB, Brasil); Professora Doutora Hevelly Acruche, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Brasil); da Professora Doutora Juliana Vasco Acosta, da Universidad de Antioquia (UdA, Colômbia);

da Professora Doutora María Fernanda Galindo, da Universidad Veracruzana (UVC, México); & da Professora Doutora Natália de Santanna Guerellus, da Université Jean Moulin (LYON 3, França), que incluímos nos créditos da produção audiovisual em apreço.

Em termos de orientações para viabilizar uma produção audiovisual de melhor qualidade possível, a sugestão que o setor de comunicações de Canaã dos Carajás deu foi que os entrevistados buscassem um ambiente fechado, com iluminação artificial porque constante e, se possível, um fundo branco ou claro de modo que, depois, na edição, eles pudessem manipular / padronizar os fundos. Não foi bem o que se passou, como se verá no curta-metragem, mas faz-se necessário esse registro para o caso de novos planejamentos a partir dessa experiência de produção de material didático complementar para a Educação Básica no Ensino de História. Por fim, solicitamos o preenchimento de um documento para concessão dos direitos de imagem e som, que todos os pesquisadores de bom-grado assinaram. Eis o modelo possível:

Imagem 10
Formulário de cessão de direitos



TERMO PARA CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS E USO DE IMAGEM

Por meio da presente autorização, o(a) Professor(a) _____, portador/a do Cadastro de Pessoa Física (CPF) _____ e do Registro Geral (RG) _____, doravante denominado OUTORGANTE, cede o direito de utilização do registro da entrevista para a produção audiovisual intitulada "Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História", coordenada pelo Professor André Furtado, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), inscrito/a no CPF 070.662.619-25 e no RG 4.873-253, com residência à Rua Carajás, n. 215 B, Bairro: Centro, Cidade: Xinguara (PA), Cep.: 68.555-570, brasileiro, doravante denominado/a OUTORGADO, nos termos a seguir descritos:

- 1) por este instrumento, o OUTORGADO fica autorizado a utilizar o registro audiovisual do OUTORGANTE para reprodução no curta-metragem supracitado, por todos os meios que venha ser produzida, bem como nos com a finalidade de divulgação não comercial (mídia, internet etc.);
- 2) a referida utilização poderá ser feita em todas as edições do vídeo, em qualquer número, bem como para qualquer quantidade de *downloads* ou acessos no caso de disponibilização na internet;
- 3) esta autorização se faz em caráter gratuito, durante todo o período que a obra esteja disponível para visualizações, vedada a sua transferência a terceiros, sem a prévia e expressa anuência do OUTORGANTE;
- 4) O OUTORGADO compromete-se a utilizar esta cessão de direitos autorais e uso da imagem do OUTORGANTE exclusivamente para as finalidades de pesquisa, acadêmicas e educacionais estabelecidas nesta avença, de forma íntegra.

Cidade, [inserir dia, mês e ano].

OUTORGANTE: [assinar]

OUTORGADO: André Furtado [assinar]

Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias / Faculdade de História
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História
Instituto de Estudos do Tópico Único / Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Assim, vencidos essas questões burocráticas, mencionados os profissionais representam as bases acadêmicas desse produto / intervenção didáticas e, no caso do Professor Osvaldo dos Santos Barros (UFPA) e do estudante de graduação Gabriel Ribeiro Barros (UFPA), é preciso dizer que eles, diante da *expertise* que reúnem em matéria tecnológica, começaram a montar o material, em diálogo conosco, seguindo nossas orientações, a partir das entrevistas que foram realizadas previamente, via *StreamYard* (que é um estúdio da Plataforma do *YouTube*).

Elas tiveram, cada uma, uma média de 30 minutos e foram assim distribuídas e sequenciadas: Professora Doutora Anna Carolina de Abreu Coelho (UFPA), dia 25 de janeiro, a partir das 11h30; Professora Doutora María Verónica Secreto (UFF), dia 26 de janeiro, a partir das 09h30; Professor Doutor José Alves de Souza Júnior (UFPA), dia 29 de janeiro, a partir das 10h30; Professor Doutor Bruno Silva (Unifesspa), dia 30 de janeiro, a partir das 09h30; Professora Doutora Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (Unifesspa), também no dia 30 de janeiro, a partir das 10h; & a Professora Doutora Gladys Sabina Ribeiro (UFF), por fim, no dia 31 de janeiro, a partir das 10h da manhã.

3.2. Quais debates teórico-metodológicos podem ser mobilizados?

Para refletir sobre toda a estrutura do vídeo aqui proposto, iremos nos basear nas ideias de referências que tratam dos diferentes temas ligados ao Ensino de História, tais como: suas relações com o audiovisual, o cinema, as tecnológicas, as mídias, as linguagens etc.

No campo dos estudos dos espaços *cibernéticos*, o trabalho do curta-metragem tem sido pensado junto às contribuições de Pierre Levy que avalia as transformações sociais decorrentes do uso das tecnologias digitais. Em seus estudos Levy apresenta uma análise dos impactos desses avanços, especialmente na Educação, e propõe uma reflexão sobre a importância deste tipo de conhecimento na relação entre os indivíduos e as máquinas. Para a produção do *Curta a Cabanagem*, tais pesquisas podem contribuir nos processos de ensino-aprendizagem, bem como a forma pelas quais as populações se apropriam do conhecimento histórico.¹

Outra perspectiva corresponde ao campo dos nexos entre História e Cinema. Afora as referências já mobilizadas mais ao término do capítulo anterior – muito pautadas em Marc Ferro –, convém citar agora o trabalho de Marcos Napolitano, por exemplo, que aponta os vídeos como ferramenta poderosa e lúdica para transmitir informações sobre um determinado tema ou evento. Esta se converte em um dispositivo educacional de grande valor, haja vista a

¹ Cf. LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

possibilidade de os espectadores se renderem a experiências vicárias, permitindo que eles se coloquem no lugar dos indivíduos retratados no filme / produção audiovisual. Isso proporciona uma conexão emocional e empática com as temáticas abordadas, despertando o interesse e a curiosidade do público. Além disso, o uso de recursos visuais e sonoros cria uma atmosfera imersiva que pode ajudar a transmitir dados complexos de maneira envolvente.

Com efeito, por se tratar de um vídeo do tipo documentário, pode-se explorar diferentes pontos de vista, pois, ao apresentar múltiplas vozes e opiniões sobre um determinado assunto, abre-se o espaço para a crítica e a discussão. Isso encoraja os espectadores a questionarem suas próprias visões de mundo e a considerar diferentes interpretações dos eventos retratados e, no caso dos estudantes, a verem os temas trabalhados em sala de aula ganharem vida por meio de histórias reais e testemunhos de pessoas diretamente envolvidas nos acontecimentos retratados por meio de suas pesquisas, circunstância que auxilia na conscientização e no engajamento social. Ao abordar questões contemporâneas e problemáticas, os documentários podem despertar nos espectadores um senso de responsabilidade e motivá-los a agir em prol de mudanças.²

Felipe Pereira da Silva Davson, por sua vez, aponta o uso do cinema como forma de representação social, oferecendo *insights* sobre a construção de narrativas e imagens acerca do passado. Silva Davson argumenta que a sétima arte desempenha um papel significativo na compreensão e interpretação da História. Ele explora o potencial do cinema como fonte primária que pode fornecer informações valiosas sobre determinado período. Destaca ainda que os filmes, por meio de sua linguagem visual e narrativa, podem transmitir aspectos da realidade ao mesmo tempo em que são influenciados pelas visões e ideologias de seus criadores. Além disso, enfatiza que eles refletem e constroem imagens e estereótipos relacionados a diferentes grupos sociais, identidades e fenômenos. Discute como o cinema pode moldar a memória coletiva e ter um peso sobre a percepção acerca de determinadas épocas ou temas, apontando para a importância da análise crítica e contextualizada das representações cinematográficas.³

Keith Jenkins, por sua vez, explora as transformações culturais e sociais decorrentes da convergência midiática, ou seja, a interseção e interação entre diferentes mídias, plataformas e tecnologias. Ele argumenta que estamos vivenciando uma mudança significativa na maneira como consumimos informações que está alterando os padrões de produção, circulação e

² Cf. NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi et. al. (orgs.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2004.

³ Cf. DAVSON, Felipe Pereira da Silva. O cinema como fonte histórica e como representação social: alguns apontamentos. *História Unicamp*, Campinas, v. 4, n. 8, p. 263-273, 2017.

consumo de conteúdo, bem como a forma de como nos relacionamos uns com os outros. Vivemos uma cultura participativa, como o desenvolvimento de vídeos amadores, *fanfictions*, *mods* de jogos e comunidades *on-line*. Jenkins analisa como essas práticas desafiam as estruturas tradicionais de poder e autoridade nas indústrias, permitindo que os indivíduos tenham papéis ativos na (re)definição da cultura, impactando no potencial do engajamento e na promoção da cidadania digital, a aprendizagem informal e a expressão criativa.⁴

A chamada História Pública, hoje mais uma moda do que propriamente algo muito diverso daquilo que já se praticava no país quando mal havia estruturas acadêmicas, sendo nossos historiadores obrigados a escreverem em jornais, por exemplo – é mais uma abordagem, nos dias que correm, muita tinta tem se vertido. Ela busca, em tese, tornar a História mais acessível e relevante para o público em geral, tentando ir além dos muros acadêmicos. Thais Nívia de Lima e Fonseca argumenta que “A História Pública também pode ser percebida pela produção de múltiplas leituras sobre o conhecimento científico em história e pela elaboração de diferentes representações dela, na forma de filmes, documentários, novelas, desfiles de escola de samba, música, teatro etc.”,⁵ de modo a se converter numa estratégia auxiliar para educadores que podem utilizar as mídias digitais para enriquecer o Ensino de História.

Alguns entendimentos atuais têm defendido – a meu ver, perigosamente – que a História Pública deve se concentrar na ideia de que a produção do ofício não deve ser exclusivamente elaborada e consumida por historiadores profissionais, mas sim compartilhada e construída em coparticipação ativa da sociedade em geral.⁶ Como educador que não tem essa formação específica, conheço, na prática, os desafios de se ensinar História na Educação Básica e busco me cercar das principais referências da área. Por isso, diante dessas perspectivas, sinto receio. De minha parte, creio ser mais prudente apegar-se aos profissionais do *métier*. Daí eu ter me cercado de historiadores para os depoimentos do curta-metragem.

Jil Linddigton, por outro lado, ao discutir qual seria o melhor conceito para a Histórica Pública, procura refletir e se questionar se se trata, atualmente, de “um guarda-chuva tão acolhedor a ponto de oferecer abrigo a todas as formas de História ‘popular’ – seja ela a História

⁴ Cf. JENKINS, Keith. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

⁵ FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Ensino de história, mídia e *História Pública*. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 192.

⁶ Cf. MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016

Oral ou a ‘história dos povos’, a ‘história aplicada’ ou os ‘estudos do patrimônio’? A resposta, provavelmente, é um generoso ‘sim’: deixai que mil flores desabrochem”.⁷

Seja como for, a História Pública também se propõe a valorizar a diversidade de vozes e perspectivas na construção da narrativa histórica, buscando incorporar múltiplas histórias e experiências que podem ter sido negligenciadas ou marginalizadas pela historiografia tradicional. Além disso, promove o engajamento do público no processo histórico, encorajando a participação das pessoas na pesquisa, a preservação e o debate acerca dos passados (não seria essa a meta de toda e qualquer produção na escrita da História?).

Isso pode ocorrer por meio de projetos colaborativos, entrevistas com testemunhas oculares, entre outras abordagens que aproximam os sujeitos da História e permitem que elas compartilhem suas próprias percepções do tempo e memórias. Portanto, em que pese minhas críticas, aqui volta e meia explicitadas, a História Pública é, segundo Marta Gouveia de Róvai, uma abordagem que visa democratizar o conhecimento histórico, tornando-o mais acessível, inclusivo e participativo transcendendo os limites das instituições acadêmicas e buscando envolver o público em geral na exploração e compreensão do passado, promovendo uma apreciação mais profunda e crítica da História.⁸

Existe ainda uma corrente dentro da História Pública que há algum tempo está se propondo a pesquisar, sobretudo, a História Digital, a exemplo de Anitta Luchesi. Para ela, “a humanidade encontra-se na transição da cultura alfabética para a cultura digital”.⁹ A pesquisadora convida o professor-historiador à reflexão sobre como o advento das mídias muda a perspectiva de apresentação de determinado tema, no caso aqui tratado, o Ensino de História.

Uma possível conceituação seria aquela segundo a qual a História Digital não corresponde há apenas a História *on-line*, disponível, portanto, na *internet*. É toda aquela que é produzida, divulgada e interpretada a partir de métodos e ferramentas digitais. Então, tal como se passa nas novas plataformas, as tecnologias devem ser vistas não só em termos de espaços, de redes, de ambientes da *web*, mas também em termos de *software*, com essa combinação de técnicas e ambientes digitais, pois isso pode nos ajudar a fazer História a interrogar o passado de uma outra maneira. Um historiador pode, por exemplo, trabalhar hoje em dia com *big data*, que é uma técnica de pesquisa que está em uso. Porém, se optarem em seguir o caminho dessa

⁷ LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011, p. 32.

⁸ Cf. ROVAI, Marta Gouveia de. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et. al. (orgs.). *História do Tempo Presente*: volume 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 35.

⁹ LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e historiografia digital. *Boletim Historiar*, n. 02, mar./abr. 2014, p. 48.

técnica de pesquisa que trabalha com grandes arquivos para mineração de enorme quantidade de dados, teriam, necessariamente, que entrar no terreno da História Digital.

Hoje esta última se volta a pensar a construção de um *site*, que exige conhecimentos específicos, por exemplo, saber programar algo, rodar *scripts* ou promover a divulgação de uma pesquisa, que é a própria exploração de um arquivo, de um digitalizar, para reconhecer os caracteres, peneirar informações, usar ferramentas digitais para interrogar as fontes. Outra preocupação muito grande desse campo de estudos é com as notícias falsas, mais conhecidas como *fake news* ou ainda com um arquivo nascido digital, que é diferente, sendo este um vestígio eletrônico que a humanidade está produzindo.

Em parceria com Bruno Leal Pastor de Carvalho, Luchesi afirma que está ocorrendo uma crescente transformação na forma como as tecnologias e a *internet* têm alterado a maneira como as pessoas acessam, consomem e compartilham informações históricas. Para os pesquisadores, a História Digital se encaixa no campo mais amplo da História Pública, face à ampla capacidade de atingir uma audiência sem precedentes. Pela observação desse fenômeno, discutem os desafios e oportunidades associados a isso, apontando para a necessidade de os historiadores se adaptarem às novas mídias, ao mesmo tempo em que mantêm padrões rigorosos de investigações e interpretação histórica. Da mesma maneira, veem aí uma circunstância propícia para compartilhar narrativas, documentos de arquivo e recursos educacionais. Nesse ponto enfatizam como as tecnologias podem enriquecer a aprendizagem, oferecendo recursos interativos e envolventes para os estudantes.¹⁰

Nota-se, assim, que a História Digital tem ganhado incrementos com o desenvolvimento e discussão de pesquisas que visam responder a diferentes questionamentos do campo da História. De fato, há algum tempo atrás seria impensável ler qualquer coisa que não tivesse sido impresso em um pedaço de papel ou em algum outro de tipo de suporte como o *outdoor*, placas de todos os tipos, letreiros de lojas etc. Tudo isso visando refletir sobre a chamada historiografia digital. Por isso propusemos uma *cine-historiografia* sobre o Movimento dos Cabanos. Diante dessas questões, muitas perguntas certamente veem à tona, especialmente para debater acerca dos textos de História, pois, até que ponto sua escrita, difundida na *internet*, é confiável? Quem nos garante a autenticidade do que está disposto na rede? Os direitos autorais são respeitados?

Tais questionamentos tocam, muito de perto, os argumentos de Roger Chartier sobre práticas culturais a respeito da defesa da leitura na *internet* para compreender como as

¹⁰ Cf. CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

sociedades a desenvolve em seu dia-a-dia. Aponta que as redes pode ser uma aliada dessa ação para acessar conteúdos, fazendo circularem com mais rapidez os textos e com potencial de maior alcance. Chartier não acredita que a *internet* irá substituir o livro físico, pelo contrário: ela pode ajudá-lo a ser mais conhecidos. Porém, o historiador chama a atenção para o aspecto fragmentado ou incompleto das leituras. Parece-me que a grande questão, hoje, não somente para o Ensino de História, é que, os professores precisam contribuir mais com a sistematização das leituras eletrônicas, instruindo e se apropriando dos meios *on-line* de pesquisa, utilizar-se de bibliotecas digitais, bancos de dados, plataformas, repositórios institucionais, acervos de *sites* de universidades etc. Afinal de contas, para Roger Chartier, “Tivemos a tábua, o rolo, o códice, que durou séculos, e agora as telas. O sonho da biblioteca universal está perto de ser concretizado. Todos os textos escritos podem ser digitalizados. Não existe uma razão teórica que impeça essa biblioteca universal”,¹¹ sem falas da possibilidade, totalmente nova, de o leitor entrar na escritura, dialogar, participar e alterar ela: composição textual em colaboração.

Mas é preciso, por isso mesmo, debater os direitos autorais, (re)definir regras. Cercar-se de credibilidades, motivos pelos quais o *Curta a Cabanagem* se cercou de *experts*, Conselho Científico, entre outras formas que possam conferir a confiabilidade dos dados apresentados.

Afinal, quem lê na *internet* precisa se certificar se a leitura na qual está se debruçando possui fonte confiável, o que depreende saber se o artefato onde está publicado o texto se caracteriza como um repositório ou periódico qualificado no qual as autorias estejam devidamente identificadas, o que sugere autenticidades.

Ainda assim parece ser impossível que um professor consiga fazer com seus alunos leiam uma obra inteira e a compreender certos assuntos na íntegra. A grande questão é saber como a escola, em tempos de convergência digital, poderá incentivar seus educandos a ler sem utilizar meios digitais. Daí a inevitabilidade dessas discussões, não podendo o Ensino de História e as perspectivas interdisciplinares se retirarem dessa agenda. Até porque a construção do conhecimento histórico também passa, hoje, pela *internet*, daí porque o Ensino de História na escola, a partir de temas pouco representados em livros didáticos, como é o caso da Cabanagem, surgem como potenciais conteúdos a serem abordados por intermédio desses recursos tecnológicos. O professor pode, intencionalmente, comparar, criticar e discutir temas

¹¹ CHARTIER, Roger. *Internet e leitura, os livros vão acabar?* *Jornal O Globo*, Suplemento Verso&Prosa, publicada no site da Fundação Perseu Abramo, em 11 de maio de 2006. Cecília Costa. São Paulo. 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/05/11/internet-e-leitura-os-livros-va-acabar/>>. Acesso em: 27 jan. 2024. O uso proposital de uma referência retirada das redes é uma forma de demonstrar, aqui, o uso de trabalho de qualidade, bastando, para tanto, reunir as capacidades técnicas que possam identificar a posição referencial do historiador francês nesse campo de estudos.

em diferentes cenários produzindo junto aos seus alunos uma aprendizagem significativa, participativa, democrática, interativa, digital, audiovisual.

Ora, as escolas, como espaços formais de ensino, ainda adotam, sistematicamente, um posicionamento conservador e, de certa forma, não se adaptaram totalmente aos novos recursos digitais da *internet*, caminhando a passos lentos no sentido de compreender o seu papel como espaço privilegiado que poderia ensinar, também, as melhores práticas de uso das redes e das tecnologias que contribuiriam para o conhecimento (processo de ensino-aprendizagem) dos alunos. Sobre esse aspecto, Marta Rovai salienta que, no Brasil, há um certo “constrangimento e mal-estar diante de inúmeros discursos que fazem uso do passado, estrategicamente, para abrigarem interesses de setores conservadores, a fim de legitimarem sua posição política e social em meio a situações de conflitos, violências e desigualdades que se agravam”.¹²

Resta ao historiador, ao professor de História encontrar os caminhos que levem às melhores práticas de pesquisa, escrita, divulgação e Ensino de História mediado pelo uso da *internet*, das mídias, da tecnologia, de produções audiovisuais, do mundo digital etc. Nesse aspecto, este campo tem se tornado uma enorme fonte de recursos riquíssimos e a própria rede mundial de computadores e plataformas que dela fazem parte, já são, por si só, um manancial de estudos e pesquisas, mas que deve ser buscada e consumida de maneira segura e responsável.

De fato, o momento histórico em que a sociedade está passando se apresenta como um desafio que precisa ser enfrentado. Portanto, as discussões levantadas por este capítulo final permanecem abertas ao crivo do professor de História, para dialogar, não só com seus pares das humanidades, mas, igualmente de outras áreas e correntes teórico-metodológicas no sentido de, cada vez mais, estabelecer pontes que levem à compreensão sobre como se produz conhecimento histórico *na* e *da internet* e/ou o que é e como se faz a tal da História Pública. Por isso as parcerias dessa dissertação com profissionais de outras áreas, da Matemática às Artes Visuais, respectivamente com o Professor Osvaldo dos Santos Barros (UFPA) e do estudante de graduação Gabriel Ribeiro Barros (UFPA), que cuidaram do preparo do *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*.

Este produto / intervenção didática audiovisual será de grande valia para o Ensino de História. E apesar de as propostas voltadas a dinamizar as salas de aula com o recurso das telas não seja muito recente, em nosso campo, o da História, os trabalhos de Marc Ferro, que surgem na década de 1970, são um marco historiográfico e, hoje, referencial. Ferro discorre sobre as potencialidades de pesquisa a partir tipo desse tipo de registro no âmbito dos *chamados novos*

¹² ROVAI, Marta Gouveia de. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et. al. (orgs.). *História do Tempo Presente*: volume 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 32.

objetos. Para ele, o material fílmico deve ser tomado como documento, em particular quando produzido pelo Estado, conforme já se apontou no capítulo anterior.¹³

Não sendo diretamente este o caso em apreço (ainda que se pudesse dizer que sim, considerando que o ProfHistória é um programa do governo federal, a Capes), mesmo assim Ferro leva o presente estudo a refletir sobre esse aspecto, quando frisa que um produto *fílmico* pode viabilizar que grupos marginalizados tomem a palavra.¹⁴ Isto sim se aplica ao conteúdo relativo ao Movimento dos Cabanos, parcamente abordado em livros didáticos a despeito do enorme avanço das pesquisas sobre o tema e da massa crítica já acumulada a seu respeito.

Nos anos subsequentes ao aparecimento desses estudos de Marc Ferro, diversas perspectivas avançaram para além das relações Cinema-História, chegando àquilo que mais interessa aqui, ou seja: História e Audiovisual que possam ser utilizadas nas escolas. Por isso a referência a Cristina Bruzzo, porque atenta à formação de professores nesse campo educacional que mobiliza todo tipo de filmes em processos de ensino-aprendizagem.¹⁵

Para Ferro, a questão é, sobretudo, de viés metodológico, pois se trata de recorrer à ficção, ao imaginário e à fantasia para estabelecer os parâmetros da realidade a ser abordada.¹⁶ De todo modo, vale sublinhar que a Cabanagem, como um processo histórico amazônico com poucos materiais didáticos disponíveis que não somente aqueles apegados estritamente aos fatos e personagens, sem voos interpretativos mais abrangentes, é um assunto que cai feito uma luva em produtos audiovisuais, perturbando a Educação Básica tradicional para tratar de uma temática extremamente importante e definidora dos passados da região e além. Porém, o procedimento requer uma preparação sistemática do corpo docente, pautada na formação continuada, em cursos de pós-graduação etc., segundo defendeu Dermeval Saviani.¹⁷

Afinal de contas, nas palavras de Ferro, os vídeos podem representar uma realidade social muito diferente daquelas que emanam das fontes mais tradicionais do ofício.¹⁸ Isso tanto na pesquisa quanto na docência. Por essa razão convém destacar sua vitalidade enquanto material didático complementar, uma vez que, de acordo com Marília da Silva Franco, os professores podem, tomando a produção audiovisual como ponto de partida, viabilizar uma

¹³ Cf. FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

¹⁴ Cf. FERRO, Marc. *Y a-t-il une vision filmique de l'histoire. L'Histoire sous surveillance*. Paris: Calman-Lévy, 1985.

¹⁵ Cf. BRUZZO, Cristina. *O cinema na escola: o professor, um espectador*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1995.

¹⁶ FERRO, Marc. *Cine e Historia*. Barcelona: G. Gili, 1980, p. 41.

¹⁷ Cf. SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. *Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências*, Vitória da Conquista, v. 3, p. 11-36, 2014.

¹⁸ Cf. FERRO, Marc. *Cine e Historia*. Barcelona: G. Gili, 1980.

discussão no espaço escolares, com os educandos, sobre a existência de diversas narrativas acerca de um mesmo processo histórico.¹⁹ E com a Cabanagem não seria de outra forma: cabe, portanto, ao Ensino de História, encarar esses desafios, seja com esse tema ou não.

É esta, igualmente, a posição de Antônio Penalves Rocha, que salienta a imperiosidade de se construir um compromisso metodológico e cientificamente responsável para elaborar materiais de natureza digital.²⁰ Celso João Ferretti, por seu turno, enfatiza a centralidade e a ludicidade de vídeos no formato de filmes, por exemplo, como fonte de pesquisa e de socialização, como instrumentos que se ligam aos processos de promoção da alteridade junto às práticas docentes diretamente ligadas ao Ensino de História, atingindo no âmago os aspectos subjetivos por meio dos quais o sujeito educativo também se constitui.²¹

A relação da História com o Cinema – e o audiovisual como um todo – também é abordada por Robert Rosenstone, que compreende os vídeos como ferramentas poderosas para representar e interpretar eventos históricos, argumentando que a combinação de efeitos visuais, sonoros e narrativos criam uma experiência imersiva. Rosenstone explora essa tentativa bem-sucedida de capturar a atmosfera de uma época passada, pois afirma que os filmes podem sim recriar cenários, figurinos e contextos culturais que já não são mais os nossos.²²

Nesse sentido, compreende que há um impacto em nossas formas de percepção dos eventos históricos ao discutir como os filmes dessa natureza moldam – ou podem moldar – a memória coletiva, por meio desses recursos altamente tecnológicos cujos mecanismos são capazes recriar atmosferas pretéritas e formar opiniões, críticas, leituras. É nisso que precisa se concentrar o Ensino de História do Movimento dos Cabanos, buscando contrastar com sua tímida presença em livros didáticos utilizados no país.

Em outro estudo, o mesmo Robert Rosenstone sinaliza as inter-relações da História e as produções audiovisuais no sentido de apontar que as intersecções entre essas duas áreas viabilizam a produção de imagens e narrativas que podem se colocar enquanto novas formas de comunicação histórica, impactando de maneira profunda as visões sobre os passados.²³

Por fim, pode-se retomar aos trabalhos de Marco Napolitano, que introduz o conceito de *fontes audiovisuais* como *materiais históricos*, expandindo a tradicional noção de

¹⁹ Cf. FRANCO, Marília da Silva. Uma análise da natureza pedagógica das linguagens audiovisuais. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993.

²⁰ Cf. ROCHA, Antônio Penalves. O filme: um recurso didático no ensino da História? In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993.

²¹ Cf. FERRETTI, Celso João. O filme como elemento de socialização na escola. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993, p. 109.

²² Cf. ROSENSTONE, Robert. *A História nos filmes, os filmes na História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

²³ ROSENSTONE, Robert. *Visto e não visto: o uso da História no cinema*. São Paulo: Paz e Terra, 2010b, p. 25.

documento baseada quase tão só em vestígios escritos. Ele destaca como os registros de áudio e de vídeo, como filmes, documentários, curta-metragem etc. têm ganhado importância crescente. Assim, Napolitano sublinha como seus usos transformaram as práticas de pesquisa e de escrita da História provocando mudanças nas práticas historiográficas (e eu acrescentaria: no Ensino de História também). Segundo o historiador, “o cinema encontrou a história antes mesmo da história encontrar o cinema”,²⁴ chamando a atenção para problemas teórico-metodológicos que podem surgir com a utilização desses recursos. Mesmo assim, enfatiza que como os historiadores agora têm acesso a uma gama mais ampla de materiais, sendo que isso, por si só, requer novas abordagens para que, cada vez mais, nos debruçemos na compreensão dos passados sob novos olhares, ângulos e pontos de vista.

Um outro enfoque destacado por Marcos Napolitano é a natureza interdisciplinar do uso de fontes audiovisuais, já que a análise de filmes e gravações de toda sorte, frequentemente, envolve a colaboração com especialistas em cinema, música, artes, tecnologias e outras áreas. Isso ressalta a flexibilidade e a abertura da pesquisa histórica para diferentes campos do conhecimento, sem perder o horizonte de avaliação crítica dos produtos audiovisuais, carecendo, portanto, que cada docente fique alerta quanto aos aspectos de autenticidade, contextualização, verossimilhança, elementos de prova, fontes primárias e secundárias, imaginação controlada, entre outros fatores e cuidados necessários.

Aí se inclui também os desafios práticos enfrentados pelos historiadores ao trabalhar com materiais tecnológicos que produzem recursos audiovisuais, tais como: a preservação e a acessibilidade. Ao mesmo tempo, é preciso destacar as oportunidades que esses instrumentos de estudos, típicos do mundo digital, oferecem ao Ensino de História visando trazer, para a Educação Básica, uma dimensão mais vívida e emocional à narrativa histórica. Eis, assim, uma das principais questões que tocam de perto o produto / intervenção didática da presente dissertação, pois o *Curta a Cabanagem* busca, exatamente, causar esses efeitos.

Todos esses debates se relacionam com diretrizes educacionais, como não poderia ser diferente, sendo que aqui, saliento as exigências da legislação, sobretudo a mais atualizada, a exemplo da Lei 13.006, de 2014, que estabelece a obrigatoriedade da exibição de filmes produzidos no país em espaços educacionais de todo o Brasil, por, ao menos, duas horas mensais, em projeto de autoria do senador Cristovam Buarque.

Tal proposta faz parte integral um conjunto de programas semelhantes, como é o caso do do Projeto de Lei nº 185, de 2008, cujo direcionamento busca fixar um entendimento do

²⁴ NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi et. al. (orgs.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 238.

cinema enquanto arte a ser veiculada nas escolas, seguindo em muito a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional, que defende idêntica perspectiva e encaminhamentos educacionais.

Todas essas referências trazem importantes contribuições teórico-metodológicas para o desenvolvimento da proposta educacional, didática e pedagógica do *Curta a Cabanagem*. Através desses estudos, ampliam-se os argumentos para explorar diferentes narrativas.

Assim, tomando por base as interpretações historiográficas sobre o Movimentos dos Cabanos, entre saberes escolares e acadêmicos, mobilizados, sobretudo, nos Capítulos 1 e 2 da presente dissertação, o texto final utilizado no curta-metragem corresponde à seguinte sequência, com a qual este trabalho decidiu finalizar sua reflexão, com o intuito de sumarizar o conteúdo sobre a temática em apreço com uma linguagem preparada e adaptada para as telas. O esforço investigativo e inventivo se ancorou nos debates historiográficos e nas técnicas ou reflexões dos nexos entre História e Cinema, ludicidade, História Digital, circulação entre saberes produzidos nas universidades e nas escolas, História Pública etc.

Assim, tenho a honra de apresentar a narrativa didático-científica do audiovisual *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*.

Narrador: Na primeira metade do século XIX, em meio à exuberante floresta amazônica, um movimento épico irrompeu.

Tratava-se do processo histórico que ficou mais conhecido pelo nome de Cabanagem.

Embora ligado a incontáveis prolongamentos no tempo e no espaço, o desenrolar dos acontecimentos se deram, sobretudo, entre os anos de 1835 e 1840 na então Província do Grão-Pará, que compreendia os atuais estados do Amazonas, do Amapá, de Roraima e do Pará.

Portanto, correspondeu a um conjunto de eventos que abalou, no mínimo, toda a Região Norte do Império brasileiro, sob a regência de Diogo Antônio Feijó, e representou um conflito sangrento que deixou um legado duradouro para a História do país.

Porém, como se sabe, o passado é infinitamente mais complexo...

Profa. Dra. Anna Carolina de Abreu Coelho (Universidade Federal do Pará)

[00m:14s a 01m:24s da entrevista]: A abrangência da Cabanagem ela foi muito grande, territorial, e envolvendo, inclusive, territórios fora do Brasil e esse movimento é importantíssimo, também, na memória, como é que ele vai se constituindo?

Quando há esses projetos imperiais de urbanização da Amazônia e da organização dessas redes urbanas no Grão-Pará e no Rio Negro, seria posteriormente no Amazonas, há uma preocupação muito grande dessas autoridades, por quê?

Ela foi uma revolução popular praticamente única, onde setores populares... eles chegaram a matar o governador, que seria hoje o governador, na época não era esse cargo.

Então, é muito emblemático e vai se colocando também numa agenda da memória.

Narrador: Assim, não bastassem essas mudanças na estrutura da sociedade, é preciso dizer que a Amazônia oitocentista era uma região vasta, rica em recursos naturais, mas também marcada por enormes desigualdades, explorações predatórias e violência de toda sorte.

A população cabana, composta por mestiços, indígenas, negros e brancos pobres despossuídos, estava sujeita a condições de vida precárias, vivendo à beira de rios ou igarapés.

Esses sujeitos tinham que enfrentar ainda uma governança opressiva que, frequentemente, utilizava-se da força contra todos os que se opunham às suas ações, mantendo o *status quo*, a exemplo da mão-de-obra escravizada.

Daí a centralidade do movimento dos cabanos, embora seja um assunto pouco explorado em livros didáticos.

Profa. Dra. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) [02m:8s a 03m:08s da entrevista]: É um tema fundamental, visto ainda um pouco de maneira regional, então, tenho a impressão de que os livros produzidos fora do Estado do Pará e fora do Estado do Amazonas, talvez, não percebiam a importância do tema, e aí ele acaba como uma nota de rodapé, um quadrinho ou então alguma menção no meio de tantas outras coisas importantes.

Eu faço essa ligação com a questão da escravidão porque ela é, do mesmo jeito que a Cabanagem é formativa no Pará, a instituição da escravidão é formativa de todo tecido social brasileiro, e ela, também, não aparece, da maneira como deveria aparecer, uma questão como essa, no livro didático.

Narrador: Somado a esses fatores, faz-se necessário salientar os vários nexos transterritoriais implicados e pouco debatidos sobre o assunto, que iam do Brasil aos vizinhos continentais e destes ao outro lado do oceano, no chamado Velho Mundo.

Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro (Universidade Federal Fluminense) [04m:35s a 05m:24s da entrevista]: A gente não vai compreender, em absoluto, a formação do Estado brasileiro, nem os movimentos sociais e a formação da classe trabalhadora brasileira, se a gente não olhar para essa questão, primeiro, das relações Brasil-Portugal em relação à política, relações essas que impactam o movimento de pessoas nesse momento, da Era das Revoluções.

A gente tem que tomar um pouco o cuidado de entender essa Era das Revoluções como alguma coisa situada apenas na Europa, com desdobramentos nos Estados Unidos, mas também

entender que isso impacta o movimento de trânsito para o Atlântico Sul, e que isso tudo está ligado à questão do tráfico de escravos.

Narrador: Diante desse quadro, não era de se estranhar que muitas revoltas contra o governo central ocorressem por todo o Império desde a Independência, proclamada em 1822, como uma forma, talvez, de evitar uma ruptura mais radical com a antiga Metrópole.

Até porque, como é de amplo conhecimento, o Pará custou a aceitar o desligamento de Portugal, aderindo ao processo independentista brasileiro quase um ano depois, em quinze de agosto de 1823.

Mas, no caso do movimento da Amazônia, a insatisfação se agravou quando, somado às desigualdades, também os proprietários de terra e comerciantes locais questionaram o controle político e econômico que os concorrentes lusos tinham sobre a região desde o período colonial.

Prof. Dr. Bruno Silva (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) [03m:42s a 05m:10s da entrevista]: Trabalhar a Cabanagem por uma lógica também de se pensar as formas como esses grupos sociais e as suas lutas estão sendo engendradas no ambiente mais amplo, não somente a região do Pará, mas, alargando inclusive toda essa discussão para o que a gente chama de Amazônia Caribenha, é fundamental! Quando a gente trata a questão da liberdade, da luta pela liberdade.

Ora, se a Cabanagem ocorre num recorte tradicionalmente entre 1835 e 1840, não se pode deixar de considerar que, nesses anos efervescentes do início do século XIX, nós temos a independência no Haiti, que se consolida ali por volta de 1804, a Argentina, em 1810, a Venezuela, em 1830, bem próximo... a Bolívia, em 1825, Guatemala, Costa Rica, Honduras, em 1838.

Ou seja: tem todo um processo independentista e de luta pela liberdade que está ocorrendo nessa região e em regiões próximas da América que vai se convencionar a chamar de América Latina que, de alguma forma, dialogam com essa perspectiva do que ocorre no Pará: a Cabanagem.

Narrador: Portanto, nessa Era Revolucionária, cabe-nos refletir sobre os pontos de contato com outros processos históricos. Afinal...

Profa. Dra. María Verónica Secreto (Universidade Federal Fluminense) [02m:36s a 04m:08s da entrevista]: se a gente compara com os movimentos da América Hispânica, a gente vai ver que a Cabanagem se parece muito com outros movimentos, se parece muito ao próprio Movimento Indígena, *criollo* em espanhol, que o líder era Hidalgo, no México, com um forte viés anti-espanhol, o qual tinha a característica principal era a morte dos espanhóis, é a passagem por lugares, onde passa Hidalgo na sua marcha para o México, para a Cidade do

México – não? –, e se caracteriza pelo fuzilamento massivo de espanhóis, como se fosse uma guerra também étnica.

Então é mais uma característica que são muito parecidas com outros, com outros acontecimentos que são contemporâneos, coevos, das Guerras Hispano-americanas, das independências Hispano-americanas.

Então, isto a respeito do viés social que tem a Cabanagem. Não são tão, seria a única, digamos, originalidade em que tem, que tem a Cabanagem, ou a única forma de comparar seria com o caso mexicano?

Na realidade a gente pode encontrar em diferentes lugares na América Hispana diversos movimentos parecidos, ou participações, adesões de composição social bem parecidas com as da Cabanagem.

Narrador: Assim, parte das motivações da Cabanagem pode ser comparada com os rancores que, também na América de domínio espanhol, se desferiu contra os europeus e acabaram unindo diferentes grupos sociais.

Por esses motivos que, a princípio, os cabanos foram apoiados por muitos fazendeiros.

Prof. Dr. José Alves de Souza Júnior (Universidade Federal do Pará) [11m:47s a 12m:32s da entrevista]: Qual é a grande questão que está em foco? É o acesso à posse da terra. Se formou na Amazônia o que eu denomino de um proto-campesinato, que era, na verdade, esse grande contingente de indígenas, de negros, de mestiços, de homens brancos pobres, que foram não só despojados da sua condição de humanidade pela escravidão, indígenas e africanos, como perderam o acesso à terra, o que na verdade comprometeu sensivelmente as suas condições de sobrevivência e os obrigou a trabalhar nas lavouras dos moradores.

Narrador: Por isso que não demoraria muito para que esses fazendeiros se afastassem do movimento.

Em 1835, os cabanos conquistaram Belém e mataram várias autoridades, inclusive o então Presidente da Província, Bernardo Lobo de Souza.

Os revoltosos controlaram a cidade até o ano seguinte, mas tiveram dificuldade para governar, pois não havia unidade entre os rebeldes.

Tanto que, uma vez conquistado o poder, o primeiro governo foi encabeçado pelo fazendeiro Félix Antônio Malcher, que logo tentou desbancar as lideranças populares, o que o levou a entrar em confronto com outros líderes do movimento, sendo derrotado e morto.

O segundo governo se formou sob o comando do cabano Francisco Vinagre, que foi derrotado e preso pelas tropas do Império, voltando Belém ao domínio regencial.

Algum tempo depois, os cabanos retomaram as armas sob a liderança do irmão de Francisco, Antônio Vinagre, e de Eduardo Angelim, outro expoente da Cabanagem.

Novamente a capital da Província do Grão-Pará voltou às mãos dos revoltosos, formando, assim, um terceiro governo.

Profa. Dra. Gladys Sabina Ribeiro (Universidade Federal Fluminense) [28m:01s a 28m:42s da entrevista]: Nada disso está ligado às necessidades regionais e às questões regionais, onde você tem interesses ligados ao que a gente chama hoje Amazônia, que é uma nomenclatura que engloba hoje algumas regiões que antigamente não englobava, muito ligadas a Portugal e, sobretudo ao norte de Portugal, daí também a Revolução do Porto ser tão importante para essas notícias e para essa adesão do Norte do país aos princípios liberais da Revolução do Porto, onde trazia uma série de benefícios para esses interesses do norte do país...

Narrador: Seja como for, todo esse estado de coisas e a falta de coesão do movimento facilitou a repressão violenta das tropas enviadas do Rio de Janeiro pelo governo imperial.

Após a retomada da capital por forças legalistas, os rebeldes se refugiaram no interior, onde permaneceram lutando por aproximadamente três anos.

Mas, em 1840, começaram a perder terreno e, em março, os últimos cabanos foram perseguidos interior afora, outros tantos acabaram mortos e muitos foram presos.

Prof. Dr. José Alves de Souza Júnior (Universidade Federal do Pará) [12m:47s a 13m:32s da entrevista]: No século XIX a estrutura fundiária colonial da Amazônia está constituída. É importante que se ressalte que, diferente do Nordeste açucareiro, diferente do Sudeste cafeeiro, você não tem na Amazônia a formação de latifúndios, cujas terras sejam sequenciais.

Você tem grandes propriedades de terra na Amazônia, mas com propriedades espalhadas ou numa mesma região ou em várias regiões.

Narrador: E foi, portanto, na imensidão desse território que se contabilizou aproximadamente 30 mil mortes no conflito, o que equivalia a mais de um quinto da população da Província à época. Assim, na condição de herdeiros desses passados, precisamos nos perguntar...: de que forma integramos essa História?

CONCLUSÃO

Ao findar esta investigação, que recebeu – não por acaso – o título de *Insubmissos: o Movimento dos Cabanos (835-1840) no Ensino de História*, convém, agora, sumarizar seus principais resultados. Assim, o primeiro Capítulo da dissertação, denominado de *A invisibilidade historiográfica da Cabanagem na Educação Básica: uma análise dos livros didáticos voltados para o 8º Ano do Ensino Fundamental*, investigou a forma como o Movimento dos Cabanos tem sido retratado nos manuais escolares da atualidade. A análise se concentrou em três coleções amplamente utilizadas em nosso país, a saber: a *Teláris*, da Editora Ática; a *Historiar*, da Saraiva; e a *Araribá Mais*, da Moderna, todas publicadas no ano de 2018. Nele se abriu uma discussão acerca do desequilíbrio entre aquilo que se ensina nas escolas do Brasil e o que circula no ambiente acadêmico sobre o tema. Igualmente identificou as lacunas interpretativas em torno do evento, destacando a falta de atenção dada à Cabanagem, apesar de sua importância histórica para o Pará e o Brasil, o continente e o mundo Atlântico da *Era das Revoluções*.

A pesquisa examinou as *representações* dos cabanos nesses materiais, demonstrando que o movimento tem recebido pouca atenção ou é marginalizado, apontando ainda as consequências dessas omissões para a formação dos estudantes. O capítulo também abordou as iconografias dos manuais escolares, apontando como essas grafias visuais desempenham um papel crucial para construir certa memória dos educandos. Tais análises envolveram revisões de narrativas, identificação dos principais temas e a comparação com fontes historiográficas críticas. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa, baseada na avaliação de conteúdo, para observar como os eventos e personagens da Cabanagem veem sendo representados. Ao considerar essas questões, não apenas se destacou os esquecimentos historiográficos que pesam sobre o Movimento dos Cabanos, mas também se propôs caminhos para uma educação histórica mais completa e inclusiva, que valorize todas as vozes e experiências desses passados.

Tamanha invisibilidade não apenas ignora o avanço de pesquisas sobre a temática como igualmente diminui a relevância histórica da Cabanagem, fazendo ouvidos moucos para as suas repercussões políticas e sociais na região da Amazônia e do Brasil como um todo. De igual forma, a sub-representação dos cabanos nesses livros didáticos contribui para uma compreensão limitada e parcial da história brasileira e americana entre os estudantes do Ensino Fundamental.

Diante do exposto, faz-se necessário uma inserção mais robusta do assunto em materiais didáticos, sendo isto crucial para viabilizar uma visão mais completa desse processo. Para

atingir essa meta é fundamental que se exerça uma crítica dos manuais existentes e que se busque incentivos para a produção de recursos suplementares que enfatizem sua relevância. Nesse sentido, sugerimos a adoção do curta-metragem que se produziu a partir desta pesquisa de mestrado, como produto audiovisual intitulado *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para Educação Básica e o ensino de História*, como ferramenta potencial para complementar os manuais escolares, oferecendo uma abordagem mais dinâmica para o Ensino de História.

O Capítulo 2, por sua vez, denominado *Perspectivas historiográficas sobre a Cabanagem: interpretações acerca das causas, dos antecedentes, dos líderes e das consequências*, aprofundou o estudo explorando diversas referências, desde as mais antigas, tais como: Domingos Antônio Raiol, Henrique Jorge Hurley e Ernesto Cruz, às atuais e inovadoras, a saber: José Alves de Souza Junior e Magda Ricci. Além disso, o estudo tratou das marcas deixadas pelo Movimento dos Cabanos na sociedade e na política, discutindo o legado duradouro do processo histórico e suas transformações. O capítulo também abordou as consequências imediatas e de longo prazo no pós-1840.

Trata-se da parte da dissertação que completa a ideia de *circularidade didática* porque complementa os *saberes escolares* com esses, *acadêmicos*, criando as condições para que os colegas docentes da Educação Básica, leitores eventuais do presente trabalho, viabilizem projetos nesses termos, com fundamentos historiográficos, a possibilidade de produzir novos conhecimentos para a sala de aula, produzindo diversas outras ferramentas pedagógicas. Igualmente a exploração de imagens permitirá que, aliado aos saberes antes citados, se aprofunde as análises e exposições sobre a Cabanagem, renovando suas formas de interpretá-la e ensiná-la. Além disso, para constituir o argumento que permite a passagem ao texto derradeiro desta pesquisa de mestrado, o capítulo aprecia rapidamente a importância do cinema e dos vídeos como aliados no Ensino de História.

A análise sugeriu que filmes e documentários possam ser utilizados amplamente, pois são instrumentos poderosos no mundo digital em que vivemos, circunstância que, por si só, tem mais chances de engajar os estudantes e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, constatou-se, neste momento, a imperiosidade de revisitar as diversas interpretações historiográficas sobre o Movimento dos Cabanos, já sinalizando para a exploração de outras formas de narrativas para melhor disseminá-las na Educação Básica. Assim, tal integração das historiografias renovadas com os livros didáticos pode promover uma compreensão mais crítica e abrangente do processo histórico que se quer ensinar.

Um exercício dessa natureza é decisivo para que se promova uma educação que valorize a diversidade e a pluralidade de experiências históricas. Isso envolve reconhecer a participação

dos diversos grupos sociais, tais como: indígenas, negros e mestiços, despossuídos, nas lutas por justiça e igualdade. Uma representação mais abrangente pode fomentar nos estudantes um senso crítico aguçado e um maior entendimento sobre a complexidade da passagem do tempo.

Além da revisão dos manuais escolares aliando-se às renovações historiográficas, é essencial destacar o papel dos educadores na valorização da Cabanagem e de outros movimentos populares. Professores bem informados e sensibilizados para a importância dessas narrativas podem complementar os conteúdos dos livros didáticos com discussões em sala de aula, projetos de pesquisa, visitas a locais históricos e outras atividades que aprofundem o entendimento dos estudantes sobre esses eventos.

Por fim, o Capítulo 3, que recebeu o título de *A poderosa subversão da Amazônia nas telas e além: uma jornada audiovisual pelo Ensino de História dos Cabanos sublevados*, sintetiza as estratégias metodológicas contemporâneas que utilizam elementos de linguagem cinematográfica para os processos educacionais, sobretudo através de recursos audiovisuais tendo como objetivo central a produção de um curta-metragem como produto de pesquisa. Este foi concluído e se intitula *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História*, que aborda o processo histórico em apreço de forma acessível, tecnológica e dinâmica, utilizando recursos tecnológicos para estimular o interesse dos estudantes pelo assunto em apreço.

O intuito consistiu em fornecer subsídios para a utilização do curta-metragem em sala de aula, mediante a elaboração de roteiros pedagógicos enquanto materiais de apoio, visando facilitar o trabalho dos professores na utilização do vídeo como ferramenta para o Ensino de História. Neste sentido, destacou-se também os debates a respeito das transformações culturais e sociais decorrentes da convergência midiática; dos nexos entre História e Cinema; do filme como documento para a pesquisa e o ensino; da formação de professores para produção e execução de vídeos dessa natureza; dos espaços cibernéticos; da História Pública e sua intrincada rede; da História Digital entre outras abordagens possíveis.

Ancorado nestas balizas, o capítulo revelou como foram organizadas as entrevistas nas quais seis especialistas, em áreas distintas da História, trataram sobre a questão da Cabanagem, cada um a seu modo, olhando para as questões regionais, nacionais, continentais e ocidentais em suas análises sobre os significados, alcances, conexões, memórias etc., tendo sido os seguintes participantes: a Professora Doutora Anna Carolina de Abreu Coelho, da Universidade Federal do Pará (UFPA); a Professora Doutora Maria Clara Sales Carneiro Sampaio, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa); a Professora Doutora Gladys Sabina Ribeiro, da Universidade Federal Fluminense (UFF); o Professor Doutor Bruno Silva,

da Unifesspa; a Professora Doutora María Verónica Secreto, da UFF; e o Professor Doutor José Alves de Souza Júnior, da UFPA.

Com efeito, ao culminar com a produção audiovisual do *Curta a Cabanagem*, esta dissertação permite ainda a inclusão de alunos / Pessoas com Deficiência (PcD), por ser sonorizado, legendado e possuir intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Metodologicamente, pode-se afirmar que o produto / intervenção didática literalmente em tela poderá ser usado de diversas formas, nas escolas, por professores de História e outras disciplinas correlatas ou até por ocasião de eventos científicos, em debates, mesas redondas, simpósios e seminários. Desta maneira, pode ser exibido em aulas expositivas como parte de uma introdução ou contexto do tema, seguido de uma discussão guiada sobre os eventos, causas e consequências da Cabanagem; como ponto de partida a projetos interdisciplinares que integrem História a outras áreas do conhecimento, explorando temáticas diversas; também serve como base para atividades em grupo, composição posterior de painéis, apresentações orais ou até mesmo produções audiovisuais próprias.

Em uma perspectiva de flexibilidade, professores igualmente podem usar o curta-metragem como uma ferramenta de avaliação alternativa, solicitando resenhas críticas, ensaios, ou reflexões dos alunos sobre o impacto da Cabanagem; de maneira mais abrangente, a organização de *workshops* e palestras com historiadores e especialistas se revela como uma oportunidade importante, para aprofundar o conhecimento dos educandos.

Com efeito, o *Curta a Cabanagem: uma cine-historiografia para a Educação Básica e o Ensino de História* não só serve como um recurso didático complementar, mas também como um modelo de como o uso de tecnologias audiovisuais podem transformar o Ensino de História e fomentar uma reflexão crítica sobre os processos históricos e suas repercussões na atualidade, revelando-se uma abordagem inovadora que demonstra o potencial de vídeos como ferramentas pedagógicas eficazes em prol de uma educação mais inclusiva, ativa e colaborativa.

Sejamos, portanto, *Insubmissos*, sejamos *Cabanos*!

REFERÊNCIAS

- ALFREDO Norfini. In: *Enciclopédia Itaú Cultural de arte e cultura brasileira*. São Paulo: Itaú Cultural, 2023. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22260/alfredo-norfini>>.
- BARBOSA, Mário Medice. Sete de Janeiro da Cabanagem: as efemérides cabanas e as dissonâncias sociais em Belém (1985-2002). In: PINTO, Roseane; NEVES, Fernando Arthur (orgs.). *Faces da História da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2005.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL, Bruno. *O Paraense*. Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paraense/>>.
- BRUZZO, Cristina. *O cinema na escola: o professor, um espectador*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 1995.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; LUCCHESI, Anita. História Digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (v. 1). 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural*. Entre práticas e representações. 2.ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- CHARTER, Roger. *Internet e leitura, os livros vão acabar?* *Jornal O Globo*, Suplemento Verso&Prosa, publicada no site da Fundação Perseu Abramo, em 11 de maio de 2006. Cecília Costa. São Paulo. 2006. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2006/05/11/internet-e-leitura-os-livros-vao-acabar/>>.
- CLEARY, David. *Cabanagem: documentos ingleses*. Belém: Secult, 2002.
- COELHO, Anna Carolina de Abreu. *O Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)*. Belém: Acaí, 2017.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Saraiva, 2018.
- CRUZ, Ernesto. *Nos bastidores da Cabanagem*. Belém: Oficina Gráfica da Revista de Veterinária, 1942. Disponível em: <<http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/nos-bastidores-da-cabanagem/>>.

DAVSON, Felipe Pereira da Silva. O cinema como fonte histórica e como representação social: alguns apontamentos. *História Unicamp*, Campinas, v. 4, n. 8, p. 263-273, 2017.

DI PAOLO, Pasquale. *Cabanagem: a revolução popular da Amazônia*. 2.ed. Belém: CEJUP, 1990.

FERNANDES, Ana Claudia (ed.). *Araribá Mais: História (manual do professor)*. São Paulo: Moderna, 2018.

FERRETTI, Celso João. O filme como elemento de socialização na escola. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993.

FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

FERRO, Marc. *Cine e Historia*. Barcelona: G. Gili, 1980.

FERRO, Marc. *Y a-t-il une vision filmique de l'histoire. L'Histoire sous surveillance*. Paris: Calman-Lévy, 1985.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. Ensino de história, mídia e *História Pública*. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

FRANCO, Marília da Silva. Uma análise da natureza pedagógica das linguagens audiovisuais. In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil*. Campinas: Ed.UNICAMP, 2018.

HURLEY, Henrique Jorge. *A cabanagem*. Belém: Livraria Clássica, 1936, p. 46-97. Disponível em <<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/a-cabanagem/>>.

HURLEY, Henrique Jorge. *Traços cabanos: 13 de maio (1836-1936)*. Belém: Oficinas Gráficas Lauro Sodré, 1936.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira, 1500-2000*. São Paulo: SENAC, 2000.

JENKINS, Keith. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

KNAUSS, Paulo. Conhecimento histórico acadêmico. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

LAGE, Leandro Rodrigues; FRANÇA, Júlia Mota. Fantasmas do levante cabano: entre o heroísmo do sujeito revoltado e a ira da multidão sediciosa. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 22, n. 56, p. 107-132, jun. 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5.ed. Campinas: Ed.UNICAMP, 2003.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e historiografia digital. *Boletim Historiar*, n. 02, mar. /abr. 2014.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016

MEC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi et. al. (orgs.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2004.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Visões da Cabanagem: uma revolta popular e suas representações na historiografia*. 2.ed. Manaus: Valer, 2018.

PNLD / MEC. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro>>.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006 [1945].

PREFEITURA de Belém. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 1). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 3). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970.

RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou História dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* [1865]. Coleção “Amazônica”, Série José Veríssimo (v. 5). Belém: Universidade Federal do Pará – UFPA, 1970.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II, “O Brasil Monárquico”, v. 4, Dispersão e Unidade). São Paulo: Difel, 1972.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: EdUFRJ / FGV, 1996.

RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. 8.ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840). In: PRIORI, Mary del; GOMES, Flávio (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Tempo*, Niterói, v. 11, n. 22, p. 5-30, jul./dez. 2007.

RICCI, Magda. As batalhas da memória ou a cabanagem para além da guerra. In: RICCI, Magda; SARGES, Maria de Nazaré (orgs.). *Os oitocentos na Amazônia: política, trabalho e cultura*. Belém: Editora Açai, 2013.

RICCI, Magda. Cabanagem (1835-6). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa (orgs.). *Dicionário da República: 51 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROCHA, Antônio Penalves. O filme: um recurso didático no ensino da História? In: FALCÃO, Antônio Rebouças; BRUZZO, Cristina (orgs.). *Lições com cinema*. São Paulo: FDE, 1993.

ROCQUE, Carlos. *Cabanagem: a epopeia de um povo*. Belém: Imprensa Oficial, 1984.

RODRIGUES, Denise Simões. *Revolução cabana e construção da identidade amazônida*. Belém: Edupepa, 2019.

ROSENSTONE, Robert. *A História nos filmes, os filmes na História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

ROSENSTONE, Robert. *Visto e não visto: o uso da História no cinema*. São Paulo: Paz e Terra, 2010b.

ROVAI, Marta Gouveia de. História Pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et. al. (orgs.). *História do Tempo Presente: volume 2*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem*. Belém: SEJUP, 1992.

SAMPAIO, Maria Clara Sales Carneiro. Emancipação nas Américas. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica. *Revista Binacional Brasil Argentina: Diálogo entre as Ciências*, Vitória da Conquista, v. 3, p. 11-36, 2014.

SECRETO, María Verónica. Fronteiras da escravidão. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (orgs.). *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Bruno. *As cores do Novo Mundo: degeneração, ideias de raça e racismos nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Lisbon International Press, 2020.

SILVA, Cristiani Bereta. Conhecimento histórico escolar. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). *Dicionário de Ensino de História*. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

SILVA, Renán. *Lugar de dúvidas: sobre a prática da análise histórica, breviário de inseguranças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SOUZA JÚNIOR, José Alves de. *Cabanagem: revolução amazônica: 1835-1840* (Coleção “Rebeliões Populares”, v. 3). São Paulo: Fundação Lauro Campos, 2022.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris História: 8º Ano, Ensino Fundamental, anos finais* (manual do professor). São Paulo: Ática, 2018.

WILHELM, Adalbert Heinrich. Diário de viagem. In: *Brasíliana Itaú*. Disponível em: <<https://www.brasilianaiconografica.art.br/artigos/23413/a-aventura-do-principe-da-prussia-pela-amazonia>>.